Diário de Lisboa

Fevereiro 1977
Segunda-feira
28
ANO 56.º
N.º 192 89
6 escudos

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

DL

O BRIGADEIRO HUGO DOS SANTOS E A INFORMAÇÃO

O «Diário de Lisboa», de 21 de Fevereiro, referiu-se aos «juízes que absolvem 'pides'» e estranhou a composição do Tribunal Militar de Coimbra. Estranho é, realmente, que das audiências de um Tribunal Militar saiam agentes da PIDE/DGS absolvidos, quase sempre justificados, muitas vezes louvados. E estranho é, igualmente, que o sr. brigadeiro Hugo dos Santos tenha acrescentado a declarações prestadas aos jornais «Comércio do Porto» e «Jornal de Notícias», um comunicado (veja-se: «Jornal de Notícias», de 27 de Fevereiro) do Quartel-General da Região Militar do Centro do seguinte teor:

«O Comando da Região Militar do Centro repudia veementemente as afirmações constantes do artigo do «Diário de Lisboa» de 21 de Fevereiro, sob o título «Juízes que absolvem «pides» — A estranha composição do Tribunal Militar de Coimbra», que visam directamente os militares que integram e constituem o Tribunal Militar Territorial de Coimbra, ao mesmo tempo que reafirma a sua total confiança na honestidade e integridade desses militares.

«Artigos desta natureza visam como é evidente, a desestabilização das Forças Armadas, e definem á partida as intenções de quem os escreve e de quem os publica. Informa-se a população em geral, e em particular a da área desta região, de que o procedimento legal contra o «Diário de Lisboa» se encontra já a correr pelas vias competentes, e que todas as notícias militares referidas à Região Militar do Centro só deverão ser aceites como verídicas se os órgãos de comunicação social referirem a sua confirmação junto do Quartel-General da Região Militar do Centro.»

Não se logra compreender como, para o sr. brigadeiro Hugo dos Santos, é «desestabilizadora» uma informação que lamenta a composição de um tribunal (ao qual estão cometidas responsabilidades que excedem a sua pura função militar) e alerta para a absolvição dos «pides», e não é «desestabilizador» o comportamento profissional e moral dos «libertadores» e dos «justificadores» da PIDE/DGS. Nem compreendemos que não mereça outro género de atenção, da parte do comandante da Região Militar do Centro, a informação do «DL» que apontava para a necessidade de um inquérito e não de simples declarações à Imprensa nas quais o problema de fundo é esquecido.

«Desestabilizadora» é, será sempre, a tendência para a contra-informação e para a manipulação da opinião pública, amalgamando, expeditivamente, uma informação publicada no «DL» e acontecimentos de natureza completamente diferente que se terão verificado na Região Militar do Centro. Amálgama que não é brilhante e que aqui vivamente, e com um protesto enérgico, repudiamos.

Quanto à concepção da Informação que resulta das linhas finais do «comunicado», deixamos o seu mérito ao sr. brigadeiro Hugo dos Santos. Na Região Militar do Centro as informações terão de ser «confirmadas». A verdade deverá apresentar o carimbo do Quartel-General.

■ **Tito de Morais escreve a António Macedo** (Pág. 2)

■ **Três anos de Geisel** (Pág. 3)

■ **Morrer está pela "hora da morte"** (Centrais)

CONTRA A DEMOCRACIA, COM "ULTIMATO"

OUTRA VEZ AS BOMBAS

A direita reaccionária continua empenhada em provocar a desestabilização da vida social portuguesa, instalando o terror e a insegurança entre as populações. Assim se entendem mais três bombas que explodiram esta madrugada em Lisboa e que, embora não visando directamente pessoas, foram colocadas em locais com grande frequência de público, nomeadamente junto a uma via de comunicação. Os objectivos deste plano terrorista são claros: provocar o caos e pôr em causa o prestígio dos órgãos da soberania, procurando por essa via abrir caminho à liquidação do Estado democrático. O «ultimato» da semana passada não oferecia outra leitura! A propósito, recorda-se que há centenas de ex-«pides» (potenciais activistas da extrema-direita) à solta no País, da mesma forma que os mentores do anterior surto bombista, conhecidos ou «desconhecidos», gozam de singular liberdade.

As bombas rebentaram nas zonas do Campo Grande e Alvalade, causando prejuízos de centenas de contos. Não houve vítimas pessoais.

Os engenhos são de características idênticas àqueles que explodiram na noite de sexta para sábado — pólvora negra, com detonador pirotécnico, fazendo supor que se trate de fabrico caseiro.

De fraca potência, as bombas rebentaram a partir da meia-noite: o primeiro petardo deflagrou era meia-noite e meia hora junto a uma vitrina do Banco Borges e Irmão, paredes-meias com o café-cervejaria «Vavá», no cruzamento da Avenida de Roma com a Avenida dos Estados Unidos da América. Aqui, embora o engenho tivesse sido colocado junto à montra do banco, os maio-

Continua na pág. 20

A bomba que explodiu junto da delegação do Banco Borges e Irmão provocou estilhaços e destruiu parte das montras do Café Vává

Decretos oficializam austeridade

. O suplemento do «Diário da República», contendo as medidas de austeridade económica e financeiras anunciadas há três dias, foi esta manhã distribuído pelos departamentos ministeriais e órgãos da comunicação social.

Deste suplemento, que contém 47 diplomas e será vendido ao público por 21 escudos, demos já, na passada edição de sábado, o essencial do seu conteúdo, sendo de destacar, entretanto, a lista extensa dos artigos e bens de consumo que ficarão sujeitos a novas taxas ao abrigo do imposto de transacções que sofre o adicional de 20 por cento.

Principais diplomas ali transcritos: indemnizações a estrangeiros cujos bens foram objecto de expropriação ou nacionalização; composição do «cabaz das compras»; desvalorização do escudo; extinção do BIP; contingentação da importação de alguns bens de consumo; novas listas sob o imposto de transacções; taxas de juro e de desconto; montante de avales (7 milhões de contos) para o IRA; regime de horários para o sector de Comércio.

SUSPENSAS OPERAÇÕES CAMBIAIS

Entretanto, a meio da manhã de hoje, todas as operações cambiais estavam suspensas, tratando-se, segundo um informador do Banco de Portugal, de «medidas lógicas e normais, a fim de evitar a especulação».

A suspensão refere-se a notas e oiro. Quanto às outras divisas o Banco de Portugal só deverá proceder à sua cotação a partir das 14 horas, muito embora tal não estivesse, ao fim da manhã, ainda confirmado.

Recorda-se, que à data da desvalorização a cotação do dólar e do marco era a seguinte: dólar — venda — 33 escudos e 14 centavos; compra — 32 escudos e noventa e um centavos. Marco: venda — 13 escudos e oitenta e dois centavos; compra — 13 escudos e setenta e quatro centavos.

O desfile dos manifestantes anteontem através da cidade de Evora

No Alentejo luta-se pela Reforma Agrária

. Milhares de trabalhadores concentraram-se no sábado em Évora numa impressionante jornada de luta em defesa da Reforma Agrária, que resultou na maior manifestação realizada naquela cidade após o 1.º de Maio de 1974. Elementos das Unidades Colectivas de Produção vincaram, de forma inequívoca, a sua vontade de pressionar os órgãos responsáveis do Governo a cumprir o que a lei determina

(Pág. 5)

20 PÁGINAS

Nacional

Política de A a Z

PLURALISMO E DEFESA DA DEMOCRACIA

No acto da posse dos novos corpos directivos do Sindicato Nacional dos Jornalistas, José Carlos de Vasconcelos, novo presidente da Assembleia Geral proferiu palavras de grande lucidez e de incontestável oportunidade. Considerando a profissão de jornalista como a prestação de um serviço público, José Carlos de Vasconcelos afirmou: «A existência e clara definição de uma política informativa pluralista e antifascista, coerentemente desenvolvida de acordo com grandes linhas de orientação previamente fixadas, depois de discutidas por todos os que quanto a elas têm uma palavra a dizer aí — incluídos em pleno destaque os jornalistas —, é uma das maiores e mais esquecidas carências da Revolução de 25 de Abril».

Relativamente a essa «política informativa pluralista e antifascista» cuja clara e responsável definição continua a ser uma das carências da Revolução de 25 de Abril, José Carlos de Vasconcelos, esclareceu: «O Estado nao pode fazer qualquer discriminação ideológica e deve preservar e fomentar a todo o custo o pluralismo. Mas não pode ser neutro perante a ilegalidade, a desonestidade, a incompetência ou o uso da liberdade para destruir a própria liberdade».

A informação democrática pluralista deverá ser defendida dentro dos princípios definidos na Constituição, mas o Estado não poderá permanecer indiferente aos ataques as instituições democráticas à campanha contra a letra e o espírito da Constituição da República que foi elaborada pelos representantes, livremente eletos do Povo português.

O conceito de «pluralismo» tem limites: os limites de toda a área ideológica de um antifascismo autêntico e coerente; os limites traçados na Constituição. Como declarou, no seu discurso de posse, o presidente da Assembleia Geral do Sindicato dos Jornalistas, os jornais não poderão prevalecer-se de uma suicidária abertura pluralista que permita o «uso da liberdade para destruir a liberdade».

O Governo Constitucional só garante o «pluralismo» se definir uma política democrática e antifascista de informação, uma política de informação que defenda as instituições democráticas; que oponha uma barreira legal; respeitando o espírito da Constituição, à propaganda fascista; que, nos termos da lei que urge promulgar, torne passível de procedimento penal as apologias do «regresso» e da «desforra».

UM ESCÂNDALO

Melhor diremos: «mais um escândalo». Desta vez é o secretário de Estado da Comunicação Social que usa a palavra com força afirmativa, mas traindo uma certa amargura, uma quase decepção. À entrada para São Bento, segundo os jornalistas que recolheram as suas declarações, Manuel Alegre, disse: «Eu acho que o caso de «A Rua» é um escândalo, um desafio à democracia e ao regime democrático existente em Portugal. Quanto a isso já várias vezes me tenho pronunciado».

Lê-se e pasma-se. Ouve-se, dado que a Rádio e a Televisão levam as desesperadas palavras **às nossas casas, e pasma-se**..

O responsável do sector da Comunicação Social do primeiro Governo Constitucional reconhece o «escândalo», apercebe-se do «desafio à democracia», e não tem meios para lhe pôr cobro. Com efeito Manuel Alegre, explicou:

. «Há, como se sabe, a separação de poderes, e o Governo não tem a possibilidade de intervir ou suspender. Pode fazer processos, nomeadamente já fiz vários à «Rua», que não tiveram consequências. Eu penso que isso é grave para a defesa da democracia e para o funcionamento das instituições democráticas, e até, para a própria defesa da liberdade de Imprensa. Porque a existência de um jornal como «A Rua» que é um jornal fascista, põe em risco a própria liberdade de Imprensa».

Para o secretário de Estado da Comunicação Social o jornal «A Rua» não se enquadra no estatuto de «pluralismo» que, como José Carlos de Vasconcelos bem referiu, deverá ser entendido como «pluralismo antifascista». As palavras de Manuel Alegre são precisas: «Na medida em que viola a Constituição, faz clara e abertamente propaganda das ideias fascistas e, de uma maneira muito concreta, fazer a propaganda do fascismo em Portugal é fazer a propaganda do regime salazarista, um regime que durante 48 anos oprimiu o povo português e lhe retirou os seus direitos elementares, e, inclusivamente, a liberdade de Imprensa em Portugal». E Manuel Alegre reconhece que estamos perante um problema político de fundo. Citamos: «Este é um problema político de fundo, um problema político grave. Penso que tem de ser encarado pelos diversos órgãos de soberanis. Infelizmente eu não tenho possibilidade legal de suspender «A Rua», porque se a tivesse eu actuaria e «A Rua» deixaria de existir A existência de um jornal como aquele e uma ofensa a Revolução do 25 de Abril, à democracia e é um insulto a todos os portugueses que lutaram pela liberdade em Portugal».

Juridicamente — dir-se-á — o problema ultrapassa a competência do Governo. Mas o Governo, politicamente, não pode ignorar o problema do recrudescimento da propaganda apologética do salazarismo, do fascismo, do nazismo. Trata-se de «um problema político de fundo». E se os tribunais se mostram insensíveis aos perigos que rondam as instituições democráticas há que reorganizar o aparelho judicial há que criar o aparelho judicial do Estado democrático.

Parece-nos ser urgente que a Assembleia da República se debruce sobre esse problema... O Caso de «A Rua» é um escândalo. É um insulto. É um instrumento do fascismo e do pior fascismo dos ultras. É a versão actual do «Agora».

O Governo pode fazer processos por violação à Lei de Imprensa e à Constituição, mas não tem competência para os suspender. É urgente que a Assembleia da República se debruce sobre esse problema. O caso da «Rua» é um escândalo. É um insulto. É um instrumento, dos ultras. É a versão actual do ««Agora».

TITO DE MORAIS A ANTÓNIO MACEDO

Inimigos da democracia querem "apunhalar a própria democracia"

Lembrando a sua experiência da vida política italiana, o eng. Manuel Tito de Morais, destacado dirigente do P. S. e secretário de Estado da População e Emprego no actual elenco governamental, diz em carta a António Macedo, presidente do seu partido, ser «com apreensão, que nos é comum, que verifico que também cá — e agora também em Espanha — se procura criar o mesmo clima de tensão, que se verificam as mesmas infiltrações, que os inimigos da democracia se querem aproveitar das conquistas conseguidas após o 25 de Abril no campo da libertade e dos direitos humanos para apunhalarem a própria democracia».

A missiva, cuja importância nos permitimos sublinhar, contém uma adesão formal ao espírito da conferência de Imprensa promovida por um numeroso grupo de resistentes antifascistas no passado dia 16 em Lisboa, e é do seguinte teor:

«Meu caro António Macedo:

Durante os anos que vivi em Itália, assisti a várias manifestações que incluíram assaltos, roubos, destruições, bombas, desfiles, etc. tendentes a criarem uma situação de instabilidade, que faziam parte de acções integradas num plano que se designava como a «estratégia da tensão».

As investigações eram constantemente prejudicadas, encontrando obstáculos na Administração, os processos não andavam e acusavam-se as forças de esquerda e extrema-esquerda, como responsáveis dos atentados, procurava-se confundir a opinião pública.

Isto sucedia num país que vivera, como nós, uma época «fascista» e os fascistas não desarmavam — tal como agora, em Portugal — e constituiam uma ameaça constante, para a democracia e para o progresso social.

A pouco e pouco foram sendo desmascarados os verdadeiros autores dos crimes graças à mobilização das forças democráticas, e verificou-se que na base do terrorismo estava o partido neofascista que conseguira infiltrar-se em todo o aparelho de Estado até mesmo nas Forças Armadas.

A democracia em Itália resistiu a todos estes golpes, mas já tinha tido tempo para se consolidar.

É com apreensão, que nos é comum, que verifico que também cá — e agora também em Espanha — se procura criar o mesmo clima de tensão, que se verificam as mesmas infiltrações, que os inimigos da democracia se querem aproveitar das conquistas conseguidas após o 25 de Abril no campo da liberdade e dos direitos humanos para apunhalarem a própria democracia.

O Governo, é certo, está atento aos perigos que derivam das actividades subversivas e vem tomando as medidas que estão ao seu alcance para as dominar, mas sentindo o apoio de todos os antifascistas, mais forte se sentirá para enfrentar este perigo, que é permanente.

Respondo assim ao vosso apelo, apoiando a vossa iniciativa, cujos objectivos claramente definidos não podem ser deturpados, tipo de manobra que é também tradicional nos métodos dos inimigos da democracia.»

Comissão para Defesa da Constituição contra "desenfreada escalada fascista"

Num telegrama enviado ao Presidente da República, Presidente da Asembleia da República, Conselho da Revolução, Comissão Constitucional e presidente do Conselho de Ministros, a Comissão Organizadora do Congresso para a Divulgação, Aplicação e Defesa da Constituição «manifesta — como tantas outras entidades, grupos, sectores ou forças clamorosamente o vêm fazendo — extrema preocupação pela desenfreada escalada fascista e manifesta ainda a sua perplexidade perante a importência dos órgãos de poder face a tal escalada de que o último número de um semanário fascista com reportagem sobre altos responsáveis pela opressão salazarista-caetanista é execrável e já insuportável exemplo».

Termina o telegrama: «É tempo de dizer BASTA e de actuar em conformidade e de ao Povo Português se apresentarem as soluções por que tão profundamente espera».

L.C.I. EM CONGRESSO

Pela unidade do movimento operário e contra o plano de austeridade

A Liga Comunista Internacionalista (L.C.I.), que ontem encerrou o seu quarto Congresso, declara-se «por uma política virada para a unificação dos trabalhadores, de unidade do conjunto do movimento operário e, portanto, da unidade de todos os partidos, do movimento operário, do Partio Socialista e do Partido Comunista» e propõe-se desenvolver um trabalho de massas adoptando «uma táctica que derrote o plano de austeridade do Governo e que seja capaz de favorecer a unidade do movimento operário quanto aos planos da burguesia».

Como ponto principal de uma alternativa revolucionária para unificação das lutas que se desenvolvem actualmente a L.C.I. propôs «um dia de paralisação nacional, um dia de greve, pela saida imediata dos contratos, pela defesa do poder de compra dos trabalhadores, com reivindicações em torno do salário mínimo e pela semana de 40 horas e as reivindicações que defendem as principais conquistas dos trabalhadores».

Sobre a prevista fusão da L.C.I. com o P.R.T. foram aprovadas duas propostas a apresentar à direcção do P.R.T., procurando defender com um certo número de iniciativas, uma discussão interna conjunta entre as duas organizações e a promoção de uma unidade de acção dos militantes dos dois partidos em objectivos de interesse comum. Foram reconhecidas «algumas divergências que é preciso ultrapassar» e sem «ilusões de que a fusão se possa realizar de um dia para o outro» entendeu-se que essa resolução terá que ser da iniciativa comum dos militantes da L.C.I. e do P.R.T.

Está prevista também uma campanha de solidariedade com a Espanha, prevendo-se uma jornada de luta da L.C.I. conjuntamente com a Liga Comunista Revolucionária daquele país.

Estiveram presentes no Congresso da L.C.I., delegações da Liga Comunista Revolucionária, de Espanha, do Partido Socialista dos Trabalhadores, da Argentina, do Movimento da Esquerda Revolucionária, do Chile, uma delegação do Secretariado Unificado da Quarta Internacional, bem como delegações do P.C.P., P.S.P., F.S.P. e P.R.T.

Os trabalhos foram presididos pelos novos membros do Comité Central da L.C.I., Adelino Fortunato, Cabral Fernandes, António Brandão, Vítor de Sousa e Ana Campos.

Noticiário breve

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

■ Após a «agitação» do último fim-de-semana, com duas reuniões do Conselho da Revolução e audiências com o Primeiro-Ministro, o Presidente da República terá hoje um «dia normal». Esta a informação dos respectivos serviços de Imprensa.

CONSELHO DE MINISTROS

■ Depois das graves decisões tomadas no decurso das maratonas ministeriais do final da semana passada, nova reunião de Conselho de Ministros está prevista para amanhã. Hora de início dos trabalhos: 15 e 30.

«HOJE HÁ PIDES»

Nos tribunais militares territoriais de Lisboa prosseguem esta tarde os julgamentos de mais alguns «pides». Em Santa Clara, serão julgados os chefes de Brigada Vasco Gomes Correia e José Filipe da Silva. À Rua do Jardim do Tabaco estarão no banco dos réus os agentes Jaime Gomes Nogueira e António P. da Fonseca.

Mais libertações em perspectiva?

RELAÇÕES COM O FIJI

■ O fiji é um país que engoloba cerca de 800 ilhas do Oceano Pacífico, ex-colónia britânica independente desde 1970. Com ele, Portugal acaba de estabelecer relações diplomáticas ao nível de embaixador não residente.

ASSEMBLEIA DA MADEIRA

■ A Assembleia Regional da Madeira reune depois de amanhã. Deverá ser feita uma exposição sobre as últimas medidas económicas decretadas pelo Governo Central.

MOBÍLIAS MODERNAS E DE ESTILO
COMPRE NO FABRICANTE
TEMOS GRANDE VARIEDADE EM EXPOSIÇÃO
FÁBRICA DE MÓVEIS SUPERCONFORTO
RUA MARIA ANDRADE, 64
(Perto Igreja dos Anjos)

EXTERNATOS
MARQUÊS DE POMBAL
Rua Morais Soares, 93
Tel. 82 02 21 / 83 46 58
ALVARES CABRAL
Avenida Grão Vasco, 1
(Benfica) Tel. 70 69 74 / 5
PREPARATÓRIO-LICEAL
(GERAL E COMPLEMENTAR)
ADM. UNIVERSIDADE
(EXAMES «AD HOC» — Maiores de 25 anos)

post-scriptum

Um exemplo para Portugal: a Irlanda e a C.E.E.

O Governo de Mário Soares, conjuntamente com o C. D. S. e o P. P. D., lutam pela integração de Portugal na C. E. E. Os ministros do P. S. afirmam que a adesão ao Mercado Comum beneficiará Portugal de várias maneiras, apresentando como exemplos os contínuos avanços económicos realizados por Estados membros, tais como a Holanda e a Alemanha Ocidental.

Se os portugueses querem ficar com uma ideia de quais serão as consequências de uma possível entrada de Portugal na C. E. E., devem olhar para a recente experiência de outra pequena nação, que é membro da C. E. E. há quatro anos. Refiro-me exactamente ao meu país, recentemente visitado pelo dr. Mário Soares: a República da Irlanda.

A Irlanda e Portugaal, nações atlânticas na periferia ocidental da Europa, estão numa situação económica semelhante. Depois de terem sido economicamente satélites da Grã-Bretanha por um longo período da sua História, hoje são economicamente dominadas pelas companhias multinacionais e pelo capital estrangeiro.

A constante penetração, durante tanto tempo, de forças económicas externas, prejudicou gravemente o desenvolvimento nacional da Irlanda, tanto como o de Portugal. Quase mais nenhum país da Europa tem o seu sector agrícola tão atrasado e tão resistente a qualquer melhoramento ou mudança. A Irlanda e Portugal são praticamente os únicos países da Europa que têm de importar consideráveis quantidades de géneros alimentares, apesar das suas economias serem essencialmente rurais.

As coisas não melhoraram com a industrialização, dado que em ambos os países a transformação industrial tem sido um processo dolorosamente lento. Uma grande proporção de fábricas pertencem a estrangeiros e é grande o número de encerramentos.

Os baixos salários, o desemprego e frequentemente as péssimas condições de trabalho das classes populares, fizeram das duas nações as maiores fontes de emigração da Europa. O êxodo tem sido de tal maneira que as segundas maiores cidades de ambos os países estão fora de fronteiras, sendo respectivamente Paris, no caso de Portugal e Nova Iorque, no da Irlanda.

Existem, portanto, suficientes características comuns a ambos os países que justifiquem uma análise económica comparativa. Uma questão, contudo, fica em suspenso: deverá Portugal seguir o exemplo da Irlanda, associando-se à C. E. E.?

A minha opinião é não.

Sou irlandês, e alguns cépticos especularão porventura em que este meu apelo para que Portugal não adira à C. E. E. parte do desejo de que a maioria dos subsídios desta organização aos seus membros mais pobres continuem a ir para a Irlanda. Mas a minha intenção não é essa.

De facto, o efeito dos subsídios económicos tem sido perfeitamente secundário para a economia irlandesa, e isso precisamente porque a Irlanda é associada do Mercado Comum, com as consequências desastrosas que essa associação implica.

Numa corporação económica centralizada, com o objectivo de assegurar a sobrevivência dos mais fortes, a Irlanda, que é o membro mais pobre e afastado, perdeu pesadamente. Com a adesão à C. E. E., a produção e as exportações baixaram. O desemprego atingiu quase 10 por cento da população activa. Os salários mantiveram-se no mesmo nível, enquanto os preços subiram rapidamente, degradando-se assim o nível de vida do povo.

Portugal tem à sua frente o exemplo de um país pobre, que ainda empobreceu mais com a sua adesão à C. E. E.

Espero que o povo português, por quem tenho uma enorme simpatia, evite que o mesmo venha a acontecer aqui.

Tom Gallagher — LISBOA

Pluralismo sim, saudosismo não

Encontrando-me em passagem de trabalho por esta linda cidade de Aveiro, e porque as noites são longas, para passar algum tempo resolvi ir ao cinema.

O que vi brada aos céus e bole com os sentimentos de todos os portugueses que tenham um mínimo de respeito pelo Portugal que se pretende diferente depois de Abril de 74.

Para início da sessão, foi apresentado, no Teatro de Aveiro, um documentário em que aparece «sua excelência o sr. Presidente da República, sua excelentíssima esposa, o sr. ministro Moreira Baptista, etc». É claro que se trata de Américo Tomaz e toda aquela comitiva que nos habituámos a ver, durante anos e anos, nos cinemas, nos jornais, na Televisão e a ouvir na rádio, sempre que havia uma fita para cortar, e nisso sempre fomos ricos. Neste documentário também lá estava a fita para cortar em Tróia e umas medalhas para pôr ao pescoço de dois «senhores Silvas» (onde é que eu já ouvi estes nomes?), pelo seu grande esforço desenvolvido ao serviço do povo português. Seriam estes Silvas os pedreiros que ajudaram a erguer aqueles edifícios enormes que lá se encontram?

Qual é a intenção desta distribuidora de filmes e qual a «inocência» da empresa que explora aquela casa de espectáculos?

Já não nos bastam os pasquins reaccionários e fascizantes que aparecem diariamente nos escaparates, lançando a sua baba peçonhenta sobre todos os que nos ofereceram a Liberdade naquela inesquecível manhã de Abril. Porém, essa prosa saudosista só compra quem quer, o que não acontece no cinema, onde nunca sabemos o que é que vai aparecer em complemento da sessão, restando-nos apenas a demonstração de desagrado que se ouviu na sala em referência.

Daqui lanço o meu apelo a quem de direito para que haja um mínimo de respeito pela dignidade do Portugal actual.

Horácio dos Anjos Braz — ALVERCA

BRASIL 1977

TRÊS ANOS DE GEISEL

DANIEL VEGGAY

BRASÍLIA, (IPS) — O presidente da Federação do Comércio de São Paulo, José Papa Júnior, divulgou um manifesto exigindo um diálogo político dos empresários com o governo e defendendo uma abertura política como passo prévio para uma abertura económica.

É no Estado de São Paulo — outrora centro do «milagre» — que se localiza o momento de maior efervescência política no meio empresarial. Nesse Estado, o Governo Federal está submetido a um duplo jogo de pressões. De um lado, estão os empresários «testas de ferro» das grandes multinacionais que viveram o seu príodo dourado durante o governo de Emílio Garrastazu Medici. Este grupo queixa-se agora de que o governo de Geisel não concede aos empresários os mesmos favores que obtinham na época em que o actual embaixador em Paris, Delfim Neto, era o senhor absoluto da economia brasileira. Os chamados «delfinistas» acusam o governo actual de estatizar a economia nacional.

O outro sector de pressão são os empresários nacionais que procuram uma «détente» económica para resgatarem os seus bens e interesses financeiros. Este último grupo também está contra a «estatização crescente», mas divergem dos «delfinistas» quanto às soluções políticas para a conjuntura actual.

Os «delfinistas» querem um regime ainda mais duro e opressor, para que os empresários ligados às multinacionais possam actuar com toda a liberdade, como nos tempos de Medici.

Os «nacionais» querem uma abertura política, com a realização de eleições directas, liberdade de opinião e abolição do Acto Institucional Número Cinco, essa «espada de Damocles» que retira aos cidadãos os seus direitos políticos e os entrega aos caprichos do governo.

A existência destes dois grupos não é nova, mas tornou-se crítica face às dificuldades económicas do actual governo, pressionado por uma dívida externa avaliada em vinte mil milhões de dólares e por uma crescente inflação interna. A rebelião dos empresários «nacionais» agudizou as divergências com os «delfinistas» e a primeira vítima foi Severo Gomes.

O episódio da demissão de Gomes torna evidente um violento jogo de pressões entre os vários grupos de empresários. Foi também a primeira vez que estes grupos tentaram uma participação política directa.

O governo está agora perante um impasse no partido oficial (Arena) em resultado do crescimento do prestígio do partido da oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB); enfrenta também a oposição dos intelectuais devido à drástica censura imposta à Imprensa, ao teatro, ao cinema e aos livros.

A Igreja, por seu lado, passou nos últimos meses a condenar abertamente a falta de liberdade política, as violações dos direitos humanos e o crescente empobrecimento das populações de rendimentos mais baixos. Pela primeira vez, desde 1964, nota-se agora no Brasil uma coincidência de protestos em várias áreas sociais do país.

Um diário de São Paulo reproduziu há pouco o comentário de um político que afirmava: «Só falta agora que surjam frentes de oposição entre os sindicatos e os militares».

Entre os sindicatos, não é provável que nos próximos meses surjam focos de rebeldia importantes devido ao esquema de repressão montado pelo governo e que permanece intacto mesmo depois da dispersão dos grupos que tentaram a via insurreccional. A inflação e a exploração empresarial, são, no entanto, fontes permanentes de descontentamento, a ponto de alguns empresários estarem já a tentar acordos directos de reajustamento salarial a níveis superiores aos fixados pelo Governo.

No sector militar, começam a aparecer as primeiras cisões, embora determinadas basicamente pela aproximação do período em que será decidida a sucessão de Geisel.

A sucessão é, tradicionalmente, um problema que se resolve dentro das forças armadas, onde a cúpula impõe o controlo e o segredo absolutos.

Extra-oficialmente, sabe-se, no entanto, que existem actualmente três chefes militares que procuram influenciar mais directamente o processo de sucessão. São o general Moacir Potiguara, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas; o general Sílvio Frota, ministro do Exército; e o general João Baptista Figueiredo, chefe do Serviço Nacional de Informações.

Também se registou uma articulação falhada de civis que tentaram impulsionar a candidatura do senador Magalhães Pinto à Presidência, mas esta última alternativa parece hoje eliminada pelos comandantes militares, que dificilmente cedem as suas prerrogativas sucessórias, ainda menos no momento em que o país vive uma das suas fases mais confusas nos planos económico, político e institucional.

A simultaneidade e a dimensão dos problemas levaram a que o presidente Geisel praticamente abandonasse o seu controverso plano de abertura política. O Governo também perdeu a iniciativa no terreno político mantida nos últimos dois anos e começa neste momento a concentrar a sua atenção na solução da crise e dos problemas apresentados pelos diversos sectores sociais. A abertura política prometida por Geisel acabou por transformar-se num travão para o Governo, que não pode continuar a estimulá-la.

A Geisel resta apenas o recurso de limitar uma aspiração que ele próprio despertou, na perseguição de uma velha aspiração dos militares desde 1964: a liderança populista.

UMA ALINÇA REPRESSIVA

FRIDA MODAK

MÉXICO (IPS) — O caso dos oito dirigentes sindicais chilenos desaparecidos pôs novamente em foco o sistema usado pela ditadura de Pinochet para eliminar os presos políticos, a fim de evitar a propaganda internacional, a aliança que neste ponto existe com outros regimes semelhantes do Cone Sul. Os oito dirigentes desaparecidos foram detidos entre Novembro e Dezembro últimos por agentes da direcção de Informação Nacional, DINA, sem que até agora tenha podido descobrir-se o seu paradeiro. As explicações dadas pelo regime, e apoiadas pela ditadura Argentina, só tiveram uma virtude: tornar claro que, apesar de todos os protestos de Pinochet, a violação dos direitos humanos no Chile não afrouxou, pelo contrário, a prática do crime atingiu novo ciclo.

Mas voltemos aos oito dirigentes sindicais, cujos nomes se acrescentam à longa lista de desaparecidos que começou a ser escrita no próprio dia do golpe militar de 11 de Setembro de 1973. As suas detenções foram denunciadas imediatamente pelos seus familiares e outras testemunhas dos factos e determinaram que três advogados, Andrés Aylwin, Fernando Guzmán e Luís Contreras apresentaram um recurso a seu favor aos tribunais. Em cumprimento dos trâmites de rigor, um ministro do tribunal de apelações solicitou informação sobre o caso ao ministro do Interior de Pinochet e este respondeu afirmando que as oito pessoas desaparecidas tinham saído do Chile com rumo à cidade de Mendoza na Argentina e que o haviam feito legalmente. Inclusivamente, apresentou certificados de viagem emitidos pela polícia civil. Esta manobra foi imediatamente secundada pelo regime do general Videla, cujo ministro do Interior anunciou que três dos oito dirigentes sindicais tenham entrado no seu país como turistas. Mas os cúmplices não se puseram completamente de acordo, uma vez que o regime de Pinochet dizia que tinham atravessado a fronteira num automóvel de matrícula argentina, com placa 124961, de Mendoza, e os militares argentinos afirmavam que tinham utilizado um carro de matrícula chilena com placa HG-19. Posteriormente, o Governo argentino declarou que era mais elevado o número de desaparecidos entrados no seu território.

Os advogados de defesa salientaram que toda a história é falsa, que o mais provável é que tenha havido substituição de pessoas e pediram uma investigação mais ampla, uma vez que o tribunal de apelações deu por encerrado o caso e aceitou como verídica a versão da viagem para a Argentina, apesar das numerosas testemunhas das detenções. A investigação solicitada não poderá lançar qualquer luz em torno do que na realidade sucedeu, porquanto, nem o Ministério do Interior de Pinochet nem o de Videla podem desdizer-se, mais ainda, persistem nas suas afirmações embora, até agora, não tenham mostrado a ninguém qualquer dos alegados turistas.

O jornal «El Cronista» acusou os advogados de fazerem afirmações falsas e caluniosas, numa manobra destinada a causar alarme público, o que contraria as disposições do estado de sítio que impera no Chile desde o dia em que Pinochet assaltou o poder. Isso implica uma ameaça aos advogados por parte do jornal da junta chilena e um evidente desejo de que o assunto seja encerrado com as explicações oficiais, que, de todos os pontos de vista, são falsas. Se os advogados insistirem em que se faça uma investigação a fundo, correm o risco de serem detidos, como já sucedeu com outros defensores de presos políticos, ou de serem expulsos do país, como aconteceu já há algum tempo com Jaime Castillo e Eugénio Velasco, que sofreram as mesmas acusações que agora «El Cronista» dirige a Andrés Aylwin, Fernando Guzmán e Luis Contreras. Até ao momento de escrever esta nota não se tinha confirmado a efectividade da informação proporcionada pelos jornais italianos «Avenire» e «Il Poppolo» de que Andrés Aylwin tinha sido preso pela DINA, o que não seria nada de estranho dadas as ameaças lançadas publicamente contra o grupo de advogados que participa neste caso.

Este episódio serve para provar, uma vez mais, que as ditaduras do Cone Sul usam o mesmo sistema, fazem desaparecer os seus presos políticos num afã de mostrarem as prisões vazias, quando a opinião pública internacional pede a sua libertação e, por outro lado, comprova a existência de pactos repressivos, a ponto de um se apressar a avalizar as mentiras do outro, quando o considera conveniente. Além disso, não é esta a primeira oportunidade em que se manifesta o pacto entre os regimes chileno e argentino. Há já bastante tempo que o então Governo de Estrela Martínez Peron emprestou cadáveres para os fazer aparecer como pertencentes a chilenos desaparecidos e presumivelmente mortos fora do Chile, estratagema cuja falsidade se verificou. Mais tarde, o regime militar argentino prendeu o dirigente do Movimento de Esquerda Revolucionária do Chile Edgardo Enríquez e, depois de o torturar, remeteu-o a Pinochet, sem que nenhuma das duas ditaduras tenha até agora admitido o facto nem tenha dado informações sobre o paradeiro de Enríquez. É esta, então, a terceira oportunidade em que a aliança repressiva se manifesta, aliança que implica a desaparição e assassinato de chilenos em qualquer dos dois países, sem que até agora a comunidade internacional tenha feito outra coisa além de registar os acontecimentos.

Nacional

Serviço cívico em breve na Assembleia da República

Um projecto-lei sobre a extinção do Serviço Cívico Estudantil devem subir ainda esta semana para debate à Assembleia da República. Com efeito, a Comissão Parlamentar da Educação, Ciência e Cultura tem estado a estudar a proposta apresentada epio CDS.

Por outro lado, Teresa Ambrósio, deputada pelo PS, defenderia (por exemplo num recente texto no «Diário de Notícias») que o problemas do Serviço Cívico, neste momento, passa por uma alternativa à sua extinção. Qual a alternativa é a questão que hoje se põe já que grande parte dos serviços do S.C.E. foram despoletados e este suspenso e tudo leva a crer que o projecto-lei de extinção virá a ser aprovado. Em contrapartida, segundo apuramos, o ministro Sottomayor Cardia prepara legislação sobre o acesso ao Ensino Superior.

Recordamos que em 11 de Julho sairam, em resolução do Conselho da Revolução as Bases Programáticas para o Ensino Superior que, no respeitante ao acesso à Universidade, conpletavam o factor socio-económico com um dos dados a levar em conta a par da classificação do aluno.

No que respeita ao Serviço Cívico, foi ele sempre uma medida combatida por grande parte dos estudantes e, não sendo a causa única, foi de peso na demissão de Vitorino Magalhães Godinho, a 29 de Novembro de 1974, depois de quatro difíceis meses como responsável por um Ministério que, em lúcida entrevista à «Vida Mundial» (12/1/75) acusóu de entrevar as decisões e de continuar ligado a uma prática «veiga simonista» Defebsor do Serviço Cívico, Vitorino Magalhães Godinho pôs o dedo na ferida ao apontar como os maiores contestatários ao Serviço Cívcio os estudantes mais redicalizados e faculdades como a de Direito onde o domínio do MRPP era quase absoluto e as alianças nem sempre claras. Bastião do fascismo pelos quadros que lhe fornecia, a Faculdade de Direito depoi de um movimento inverso dois anos e tal passados na JSD que representa a direita possível neste momento nas faculdades.

Dos 50 mil candidatos à U iversidade apenas 18 mil poderão ter entrada na Universidade Portuguesa que abarrota. O «numeris clausus» é um paliativo não uma resolução. O regresso ao exame de aptidão com um ano propedêutico (à base do ensino à distância, enviado porém para as calendas a criação da Universidade Aberta), não poderão representa talvez a altarnativa à extinção do S.C.E. Para o CDS, pelas posições que vem tomando, será defensável o incremento do ensino superior particular.

Entretanto, os directamente afectados, os estudantes do Serviço Cívico realizaram um plenário na Faculdade de Letras do Porto. Cmo temas principais surgiram a suspensão das actividades daquele serviço e a votação de um cdernos a apresentar o Ministério da Educação e Investigação Científica acerca do referida suspensão.

Durante o plenário os estudantes apontaram a necessidade de se encontrar uma solução rápida para o problemas e rejeitaram medidas consideradas como hipótese, de aptidão e «numerus clausus». Apelaram igualmente os estudantes para queo MEIC providencie no sentido de que seja assegurado o acesso à Universidade sem caracter selectivo.

Juiz evocou "legalidade revolucionária"

Ocupantes de um prédio absolvidos no Porto

PORTO, 28 — «Os novos arautos do Estado-de-direito, ao exigirem o respeito pelas regras formais do Estado-de-direito negam o Estado-de-direito revolucionário e acabam por legitimar o Estado-de-direito fascista... Negam o direito fundamental de toda a revolução: o direito de se defender da contra-revolução, o direito de tomar medidas de defesa revolucionária sobre as forças contra-revolucionárias. Mas, ao negarem esse direito, o que eles negam é a própria revolução. Só uma coisa falta aos novos arautos do Estado-de-direito: serem suficientemente coerentes para avançarem até ao fundo da sua própria lógica — isto é, para brandir a declaração universal e os clássicos da ideologia alemã onde beberam os seus princípios, para negarem a própria legitimidade de 25 de Abril» — lê-se no acórdão da sentença proferida pelo juiz dr. Augusto Fernandes Vieira, no 2.º Juízo Correccional e que absolveu os réus António Manuel da Rocha Borges, António Vítor da Silva Barros, Américo Pinho Cardoso, Maria Adelaide Morais Lopes e Maria Júlia Nogueira da Silva, julgados naquele tribunal sob a acusação de terem ocupado, em Agosto de 75, um prédio da Rua da Picaria pertencente ao queixoso, dr. Arlindo Lima de Magalhães Júnior. Assim, e ainda segundo a sentença, «A conduta dos réus conforme a legalidade revolucionária, pelo que nenhum ilícito se verificou».

Neste julgamento intervieram, pelo Ministério Público, o dr. António Miguel Tavares que, nas suas alegações, pediu a absolvição dos réus, o dr. Jorge Strech Ribeiro, pela defesa, e o dr. Luís Neiva Santos, pela acusação particular.

Diplomas conferidos pela Faculdade de Letras

Da Secretaria de Estado da Orientação Pedagógica recebemos uma nota oficiosa cujo teor é o seguinte:

«Tendo vindo a chegar continuamente à Secretaria de Estado da Orientação Pedagógica requerimentos, pedidos ou reclamações relacionadas com o desfasamento existente entre os diplomas conferidos pelas Faculdades de Letras e os grupos de disciplinas do Ensino Preparatório e Secundário, esclarece-se:

1 — A Secretaria de Estado da Orientação Pedagógica não tem competência para reconhecer os diplomas conferidos pelas Universidades.

2 — A Secretaria de Estado da Orientação Pedagógica apenas cabe considerar a correspondência entre os diplomas superiores e os grupos de disciplinas do ensino pré-universitário, não tendo obrigação de colocar os diplomados que as Faculdades de Letras habilitam.

3 — Esclarece-se ainda que não interessam ao Ensino Preparatório e Secundário diplomas que habilitem ao ensino de uma única língua e literatura. Também se não admitem conjugações eventuais de línguas e literaturas com disciplinas dos grupos das Ciências Humanas».

HOSPITAIS CENTRAIS E DISTRITAIS

Regulamentado concurso do pessoal médico e permanente

Com vista à constituição de um serviço nacional de saúde e tendo em conta que tal pressupõe, entre outras medidas, «o acesso das populações a cuidados médicos de assistência hospitalar assegurados por estruturas técnicas médicas idênticas e equivalentes em competência em toda a rede hospitalar do País», a Secretaria de Estado de Saúde aprovou o regulamento dos concursos para os lugares dos quadros do pessoal médico permanente dos Hospitais Centrais e Distritais.

Os considerandos que antecedem a aprovação desta medida observam a dado passo: «O bom nível técnico dos médicos dos quadros permanentes dos hospitais centrais e distritais é elemento fundamental para que os referidos estabelecimentos cumpram adequadamente as funções assistenciais de docência e investigação que lhes serão cometidas».

«Deste facto resulta evidente» — concluiu-se — «a importância de que se reveste a regulamentação dos concursos para os lugares dos graus do quadro permanente da carreira médica hospitalar».

Perdoadas dívidas de contribuintes à Previdência

Pelo Decreto-Lei n.º 61/77, emanado do Ministério dos Assuntos Sociais e referente às Caixas de Previdência, «são perdoadas sem prejuízo dos direitos dos beneficiários, as dívidas vencidas até 31 de Dezembro de 1976 dos contribuintes às Caixas, desde que o seu montante não ultrapasse cinco contos. Porém, os contribuintes terão de restituir aos trabalhadores, no prazo de 90 dias, as importâncias que lhes foram descontadas».

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

ANÚNCIO

Faz-se público que, no dia 17 de Março de 1977, no edifício dos Paços do Concelho, pelas 21 horas, e perante esta Câmara Municipal, se procederá ao concurso público para «EXPLORAÇÃO DA PRAÇA DE TOUROS DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO, PELO PERÍODO DE 1977 a 1982 INCLUSIVE».

Base de licitação ..... 75.000$00 anuais
Depósito de garantia ..... 7.500$00

O programa de concurso e caderno de encargos estão patentes na Secretaria Municipal todos os dias úteis durante as horas de expediente.

Paços do Concelho de Vila Real de Santo António, aos 23 de Fevereiro de 1977.

O Presidente da Câmara
António Santos Reis

CARRIS

COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA

A CARRIS INFORMA

CARREIRA N.º 18: ALCÂNTARA – CHELAS

PROLONGAMENTO À ZONA I (LICEU D. DINIS)

Na próxima terça-feira, dia 1 de Março, a carreira n.º 18 será prolongada à Zona I de Chelas, mais precisamente à Avenida Dr. Augusto de Castro, proximidades do Liceu D. Dinis.

Para o efeito utilizar-se-á o arruamento agora construído e que liga directamente estas duas zonas de Chelas (I e J).

IMPORTANTE

No dia 21 de Março, também será prolongada a Chelas (Azinhaga do Vale Fundão) a carreira n.º 34: Chelas – Buraca

PUB

INDÚSTRIA DO CIMENTO

PRODUÇÕES E VENDAS

DADOS REFERIDOS A JANEIRO DE 1977

A actividade do sector da construção civil no seu conjunto sofreu uma forte reanimação em 1976 comparada com a do ano anterior, tendo-se reflectido directamente no consumo de cimento. Com efeito, o mercado interno (Continente e Ilhas Adjacentes) consumiu perto de três milhões e novecentas mil toneladas de cimento (contra a previsão feita no início de 1976 que apontava para um consumo da ordem dos 3.600.000 toneladas) o que corresponde a cerca de 15% de crescimento relativamente a 1975, exercendo por isso uma certa pressão sobre as unidades produtivas. Estas acompanharam esse ritmo insultado de crescimento até ao limite da sua capacidade, facto confirmado pelo acréscimo de 9% da produção no que respeita ao ano anterior. Houve necessidade de recorrer à importação de oitenta mil toneladas de cimento e cinqure, situação não desejável embora de diminuta expressão no que se refere ao total das vendas, de que representa apenas cerca de 2%.

Com o arranque da nova linha de produção da SECIL em Janeiro de 1977, correspondente a uma capacidade anual de 600.000 toneladas, a situação do abastecimento está agora garantida.

Dentro de cerca de um mês dar-se-á o arranque experimental da nova linha de produção de Alhandra (CIMPOR), a que corresponderá a capacidade anual de 1.200.00 toneladas, possibilitando não só o encerramento de alguns fornos muito antigos e anti-económicos, como também dispor de excedentes que permitirão algumas exportações.

VALORES ANUAIS 1976-75	1976 t	1975 t	Variação 1976-75 %
Produções	3.771.818	3.462.252	+ 8,9
Vendas	3.876.306 *	3.358.789	+ 15,4
VALORES DE JANEIRO 1977	**1977 t**	**1976 t**	**Variação 1977-76 %**
Produções	330.363	300.498	+ 9,9
Vendas	306.207 *	318.419	— 3,8

NOTA: Estes valores incluem as produções e vendas das empresas:
CIMPOR — Cimentos de Portugal, E. P.
SECIL — C.ª Geral de Cal e Cimento, SARL
EII — Entreposto Industrial das Ilhas, SARL
e englobam todos os tipos de cimento.

* Quantidades saídas das fábricas para o mercado interno; são ligeiramente diferentes das quantidades facturadas, a que correspondem os restantes valores de vendas indicados.

Sessão pública do Município

Realiza-se hoje, pelas 16 e 30 no salão nobre dos Paços do Concelho, nova sessão pública da Câmara Municipal de Lisboa. Os munícipes podem assistir à reunião, havendo um período antes da ordem do dia no qual podem usar da palavra para pôr questões relacionadas com a vida na cidade de Lisboa.

ASSEMBLEIA DOS PRAZERES

Realiza-se esta noite nas Oficinas de S. José a primeira sessão pública da Assembleia de Freguesia dos Prazeres.

Nas eleições para as autarquias locais, o P.S. obteve o 1.º lugar nesta freguesia, seguido da F.E.P.U., do C.D.S. e do P.P.D. Tal como as restantes freguesias do País, a dos Prazeres debate-se com falta de legislação, que (espera-se) irá ser discutida brevemente na Assembleia da República. E também como todas as outras, com falta de verbas para um trabalho de saneamento básico e de resolução das necessidades mais urgentes da população.

BICOS DE PAPAGAIO

DORES LOMBARES, COSTAS OU PERNAS, HÉRNIA DISCAL, CIÁTICA, NEVRITE, DESVIOS E OUTRAS DOENÇAS DE COLUNA. Massagista diplomado no Brasil. Faz 2 a 4 aplicações com optimos resultados. Tels.: Lisboa 2233227, Porto 315765.

Nacional

Impressionante manifestação em Évora

Trabalhadores rurais exigem avanço da Reforma Agrária

Lourdes Féria (texto) — Rui Pacheco (fotos)

A concentração dos manifestantes anteontem na Praça da Feira, antes do desfile

Não há Barretos nem Portas, nem chaimites nem canhões capazes de fazer recuar a Reforma Agrária... Estas palavras de Manuel Vicente, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Évora, proferidas na grande concentração que teve lugar no sábado naquela cidade, mostram a determinação dos trabalhadores rurais em defender a sua maior conquista. Os muitos milhares de pessoas (há quem diga: 50 mil) que deram corpo a uma das maiores manifestações que desfilaram nas ruas de Évora são a prova evidente de que os trabalhadores alentejanos não estão contentes com a política do actual Governo. Apesar do grosso da manifestação ser constituída por trabalhadores agrícolas estava lá representada a classe operária através da participação dos Sindicatos dos Metalúrgicos e da Construção Civil. Estavam ainda os Sindicatos do Comércio, Rodoviários, Electricistas, Serviços Domésticos, Indústria Hoteleira, Função Pública da Zona Sul, Panificação e outros. Todos eles contribuíram para transformar a manifestação numa poderosa jornada de luta que teve também o apoio do Partido Comunista e do M. D. P.

A concentração estava marcada para a Praça do Geraldo mas o governador civil de Évora decidiu opor-se à pretensão da comissão organizadora a pretexto de que a inundação da praça por um mar de gente iria prejudicar o estacionamento dos táxis ao serviço da cidade. O Sindicato dos Rodoviários contestou esse argumento dizendo que os táxis, ao sábado, nem sequer estão na praça. Para não levantar problemas a comissão organizadora acedeu em mudar o local. Assim a concentração fez-se no Rossio. E foi de facto um êxito. Mais de duzentas «roulottes» e camionetas que trouxeram os trabalhadores das cooperativas estacionaram no recinto. No meio da multidão que erguia cartazes e estandartes conseguimos reter a presença das cooperativas Montemorense, Salvador de Pomar (Escoural), 29 de Outubro (Pegões) Companheiro Vasco (S. Miguel de Machede), Catarina Eufémia (Portel), Pôr do Sol (S. Marcos do Campo) e muitas outras. Um serviço de segurança firme assegurava a manutenção de um espaço desocupado de gente em volta do reboque onde funcionava a «mesa» constituída pelos representantes dos sindicatos, presidentes das câmaras municipais convidadas e elementos do Secretariado Distrital das U. C. P.'s e cooperativas agrícolas, o organismo promotor da manifestação. Foram ainda dirigidos convites de comparência à Comissão de Agricultura da Assembleia da República e aos grupos parlamentares do P. S. e do P. C.P. Apenas o último se fez representar, na pessoa do deputado Custódio Gingão.

Começou por falar Leonel Malaqueco, membro do Secretariado das U. C. P.'s que de improviso esboçou uma análise à política do M. A. P. salientando que **Portas e Barreto têm lançado uma ofensiva contra os trabalhadores que só serve para causar desorientação no seu seio.** Referiu-se em termos duros à repressão desferida sobre os trabalhadores da cooperativa da Rainha do Sul, de Santa Suzana, onde a G. N. R. **se esqueceu que é filha de trabalhadores e não de ministros.** Em seguida foi lida pela trabalhadora agrícola Felicidade Carvalho uma moção. Eis uma passagem do texto: **Exigimos que os 20 milhões de contos que o secretário Portas, o ministro Barreto e o Governo, por exigência da reacção e do imperialismo estrangeiro, se preparam para empregar aos agrários, sejam utilizados na criação de novos postos de trabalho na Reforma Agrária e outros sectores.** Na moção exigia-se ainda **que se ponha fim à entrega escandalosa de subsídios de 8500$00 a grandes agrários num país em que 500 mil portugueses estão desempregados e cerca de 800 mil reformados a receber pensões de miséria.**

Álvaro Rana, em nome do Secretariado da Intersindical, leu uma saudação na qual se louvava **os obreiros anónimos** da Reforma Agrária e se criticava a política **repressiva e de recuperação capitalista que hoje ameaça as conquistas dos agrários sabotadores?** — pergunta-se no texto da Intersindical.

Também foi lida uma moção da União dos Sindicatos do Distrito de Évora. Missão desempenhada por João Paulo, presidente da direcção do Sindicato dos Metalúrgicos do Alentejo. Texto composto por palavras bastante duras. Nele

Trabalhadores das unidades colectivas de produção vieram em massa

trabalhadores portugueses e abre as portas ao domínio imperialista, isse Álvaro Rana que era necessário travar uma luta em defesa da liberdade e da independência nacional. Uma luta patriótica. **Não podemos ficar calados e tudo devemos fazer para impedir que prossiga a prática de uma política que ponha em causa os nossos direitos fundamentais**, acrescentou o porta-voz da C. G. T. P.-Intersindical. Na sua intervenção Álvaro Rana lembrou o desemprego e a miséria que os trabalhadores conheceram ao longo dos anos. Um flagelo. Estão dispostos a impedir que esse flagelo venha a imperar no nosso país como no tempo do fascismo. Contra o desemprego lutam. E o Governo entretanto que faz? **Ontem mesmo fomos surpreendidos pelo anúncio de uma série de disposições que irão ter consequências graves para o povo português. O Governo e outros órgãos do Poder devem ter em conta que a prática de austeridade anunciadas defesa da produção pecuária...** O dirigente da Inter frisou que o Governo afinal, ao cortar o crédito às cooperativas, ao entregar reservas, ao proceder a desanexações, ao prejudicar a viabilidade económica das cooperativas está a contradizer tudo aquilo que afirma quando fala em medidas de austeridade. **Mas quererão as medidas de austeridades anunciadas significar que se vão indemnizar os grandes capitalistas e** critica-se o Governo pela **sua política insensata de direita que, enquanto a vida sobe mais de 30 por cento, congela os salários a 15 por cento.** Segundo a União dos Sindicatos de Évora, a política do Governo define-se por uma série de medidas **antioperárias e de obediência aos grandes capitalistas.** Alguns exemplos: **O Governo P. S. desvaloriza a moeda, o que significa de imediato o aumento da dívida externa em mais de 20 milhões de contos, mais dificuldades e falência acelerada de pequenas e médias empresas, aumento de desemprego e subida cada vez maior do preço dos alimentos, das roupas...** No texto acusa-se o Governo P. S. de preferir mendigar empréstimos às portas dos capitalistas estrangeiros, às portas do imperialismo, **com o apoio dos partidos e organizações do grande patronato reaccionário e fascista (C. A. P., C. I. P., P. P. D. e C. D. S.) tentanto a recuperação do capitalismo.** De novo os responsáveis do M. A. P., sobretudo o ministro António Barreto e o secretário de Estado Carlos Portas são alvos das violentas críticas. As pessoas ouviam e participavam gritando «A Luta Continua; Barreto e Portas para a rua». Os rostos dos trabalhadores alentejanos marcados pelo sofrimento e pelas privações exprimiam os sentimentos que os animam. As palavras dos seus representantes iam ao encontro dos pensamentos dos homens e mulheres que percorreram distâncias largas de quilómetros para dizerem que não voltam as costas à luta. Sempre foi assim o povo alentejano! Quando flaou Manuel Vicente, dirigente sindical saído das fileiras dos operários agrícolas, era a voz de todos que se confundia na sua voz. **O Governo diz que está a cumprir a lei. Nós dizemos que o Governo está escavacando a Reforma Agrária ao apoiar todos os movimentos reaccionários... Não vamos consentir mais verdugos a explorarem os nossos filhos tal como nos exploraram e aos nossos pais e avós.** A propósito dos 700 mil hectares que estão por expropriar e que o Governo parece ter esquecido Manuel Vicente afirmou que, face ao desemprego que alastra no Alentejo possivelmente os trabalhadores terão que tomar medidas. E como? Aventou a hipótese de **os trabalhadores começarem a trabalhar as terras incultas que não dão nem uma grama de carne nem de trigo.** A imensa massa humana gritou com Manuel Vicente **A C. A. P. fora do M. A. P.** e **A Luta continua; Barreto e Portas para a rua.** Era notória a forma enérgica e apaixonada com que as mulheres de chapéu descaído sobre o rosto contornado pelos lenços se exprimiam. Mais outra moção. Esta da Comissão Organizadora. Dentro da linha das anteriores. Depois de se denunciarem as medidas decretadas pelo M. A. P. (reservas, desanexações, saneamento de técnicos progressistas, repressão aos trabalhadores) e o papel da Imprensa «mentirosa e fascista», exige-se que o Governo cumpra a lei e a Constituição. Que dê o apoio técnico e financeiro às cooperativas. Que expropriе os 700 mil hectares. Que a G. N. R. não seja utilizada contra os trabalhadores. Que à frente do M. A. P. se coloquem homens que estejam dispostos a servir os trabalhadores, os pequenos e médios agricultores, os rendeiros e seareiros.»

Finalmente a manifestação que tinha cerca de três quilómetros de comprimento e que demorou vinte minutos a passar na Praça do Geraldo dispersou no mesmo sítio de onde partira: o Rossio. Imponente manifestação! Dizem que foi a maior desde Maio de 74. Não houve qualquer incidente. Tudo se cumpriu rigorosamente — como estava previsto. Desfilou o povo trabalhador do distrito de Évora. Nem a chuva que a certa altura caía insistente os levou à desistência. Só abandonaram a manifestação na altura em que a comissão organizadora a deu por terminada.

NOS ESTALEIROS DE VIANA

Trabalhadores contestam nomeação de administrador

VIANA DO CASTELO, 28 — A comissão de trabalhadores dos estaleiros navais de Viana do Castelo enviou telegramas aos órgãos do Poder repudiando o facto de não ter sido ouvida quanto à nomeação do administrador dr. Luís Lacerda, conforme prescrevem os estatutos da empresa.

Para além de os trabalhadores não terem sido ouvidos, acresce que o dr. Luís Lacerda esteve para ser saneado após o 25 de Abril. Só não o foi, porque certos problemas estavam na sua dependência directa e, em plenário, os trabalhadores entenderam ser melhor apenas afastá-lo para Lisboa, não o aceitando como administrador delegado.

Já que por diversas vezes tinham manifestado a sua posição quanto ao ex-administrador-delegado, foi com espanto que os trabalhadores souberam da sua nomeação para presidente do conselho de gerência, publicada, no «Diário da República», no passado dia 10. Dirigindo-se ao secretário de Estado da Indústria Pesada, a C.T. responsabilizou o Governo pelas consequências que pudessem advir do facto. Foi, entretanto, garantido por aquele secretário que dentro de três meses seria encontrada uma solução a contento dos trabalhadores.

O conselho de gerência tomou posse no passado dia 20. Num abaixo-assinado posto a circular entre os trabalhadores, centenas deles manifestaram-se contra a decisão ministerial, tendo, entretanto, havido vários que, embora concordantes com a posição assumida, não quiseram subscrever o documento com medo de represálias.

Casal morre na estrada

Segundo informação que colhemos esta manhã junto da Brigada de Trânsito da G.N.R., durante o último fim-de-semana ocorreram em todo o País 51 acidentes de viação, dos quais resultaram cinco mortos e cinquenta e quatro feridos.

O desastre mais espectacular teve lugar, sábado à tarde, na estrada Azeitão-Lisboa, na curva junto da Quinta do Conde, quando um automóvel foi chocar violentamente nas traseiras de uma camioneta da Rodoviária Nacional. Em resultado, tiveram morte imediata os seus dois ocupantes: António da Silva Costa, gerente do Banco Espírito Santo, em Setúbal, que conduzia, e sua mulher, Maria Odete Esteves de Sousa Costa. O motorista da camioneta, António Martinho Pratas, saiu ileso do acidente.

NÃO SÃO SALDOS
SÃO VENDAS A PREÇOS DE OCASIÃO
Frigoríficos de 200-235 e 280 lts., c/2 portas — Máq. de lavar e esquentadores «ASPOS» — Rádios e Whiskys de todas as marcas a preços de sensação
FERREIRA ALVES & ALVES
Praça da Figueira, 11-3.º, D.º — LISBOA

BATAS PROFISSIONAIS
ALTAMENTE ESPECIALIZADOS
PARA HOMEM E SENHORA
TINTURARIA GUANABARA — Dep. de confecções
Av. João XXI, 5 D — Rua Infantaria 16, 55 C — LISBOA

PUB

SINDICATO DOS CAPITÃES, OFICIAIS PILOTOS, COMISSÁRIOS E RADIOTÉCNICOS DA MARINHA MERCANTE

CONVOCATÓRIA

REUNIÕES GERAIS DE SÓCIOS

Efectuar-se-ão nos próximos dias abaixo designados, com início às 21.00 horas, na sede do Sindicato – Praça de D. Luís, n.º 9 1.º Dt.º em Lisboa – reuniões gerais de sócios, com as seguintes ordens de trabalho:

Dia 7 de Março, segunda-feira:
- Cobrança de quotização sindical: Projecto de Lei n.º 39/I
- Ratificação da Convenção n.º 87 da OIT: Proposta de Lei n.º 41/I
- Ratificação da Convenção n.º 11 da OIT: Proposta de Lei n.º 42/I

Dia 11 de Março, sexta-feira:
- Regulamentação de horário de trabalho: Proposta de Lei n.º 20/I
- Semana de trabalho na função pública: Proposta de Lei n.º 29/I

Dia 16 de Março, quarta-feira:
- Controlo operário: Projecto de Lei n.º 8/I
- Comissões de trabalhadores e respectivos direitos: Proposta de Lei n.º 43/I
- Revogação do Decreto-Lei n.º 864/76, de 23 de Dezembro: projecto de Lei n.º 37/I

Lisboa, 24 de Fevereiro de 1977
A DIRECÇÃO

PUB

COFRE DE PREVIDÊNCIA DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

ASSEMBLEIA GERAL

(SESSÃO ORDINÁRIA)

Vai reunir, pelas 21 horas do dia 28 de Março, na sala 5, anfiteatro, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Av. do Brasil, Lisboa, a Assembleia Geral, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º — **Informações.**

2.º — **Apreciação e votação do relatório e contas da gerência de 1976.**

3.º — **Discussão dos assuntos que transitaram da última Assembleia Geral (15/12/76).**

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

a) **Dr. Carlos Alberto Andrade Neves**

Nacional

Apesar de tanto que nos prometeram

DIAS DE MELO

Hoje, decorrida a manhã negra de chuva grossa e de nevoeiro denso a enrodilhar-se pela cidade e a cair sobre o Tejo, veio a tarde de céu quase inteiramente azul, com a suavidade de um sol brando a escorrer, num afago, pelos telhados, pelas paredes das casas, pelas pedras da calçada, e a enfiar-se-nos, num amplexo de alegria, pela janela que abrimos de par em par.

E foi numa tarde também de sol, também de céu azul.

Descíamos os dois a avenida que dá para o rio. Tínhamos andado muito palmilhado muitos caminhos, subido muitas escadas, batido a muitas portas. Procurávamos há mais de quinze dias não fazíamos outra coisa, casa para viver. Aqui, informavam-nos: talvez além, em tal parte. Lá íamos adiante, ao sítio, praça ou rua, que nos fora indicado. Dali nos partíamos: ou a casa que estivera para alugar já encontrara inquilino, ou o preço da renda que nos pediam, contos e contos por duas ou três assoalhadas, era incompatível com as disponibilidades magras da nossa bolsa de fundos à vista.

Penetrava-nos um sentimento de frustração, angústia, desencanto, mais doloroso e amarfanhante que o cansaço dos pés, das pernas, do corpo curtido no vinagre do suor que nos grudava a roupa à pele martirizada.

Continuávamos ainda a palmilhar novos caminhos longos de incertezas, a cada passo que dávamos mais vazios de esperança.

Com contos e contos de réis de renda a pagar, como há-de uma família de rendimentos modestos encontrar um buraco aonde se meter?

E descíamos lado a lado a avenida que dá para o rio. Íamos, apesar de tudo, bater a uma porta mais.

É uma avenida larga, com piso de asfalto novo. É uma avenida com prédios de construção recente, todos de muitos andares, portas e janelas de vidros e metais brilhantes amplamente rasgadas nas paredes de cores lindas e garridas. Tudo aquilo, banhado de Sol estonteante — estávamos na Primavera —, revelava-se-nos um mundo em festa e em júbilo a erguer-se da terra, a subir para o céu muito azul e sem nuvem.

Seguíamos calados. Além do mais, bastava o cansaço para não termos vontade de falar.

Os automóveis cruzavam-se connosco. Esgaçavam-nos os nervos com os ruídos descontrolados dos motores. Emporcalhavam o ar com as nuvens de fumo que deixavam atrás de si.

A dada altura, frente a um prédio de janelas ainda mais rasgadas e reluzentes nas paredes de cores ainda mais lindas e garridas, eu disse, por dizer alguma coisa:

— Magníficos edifícios!

Deste alguns passos sempre em silêncio. Depois, como se me atirasses uma pedra de sarcasmo e acusação:

— Magníficos edifícios também aqueles ali... do outro lado.

Olhei à esquerda, na direcção que me apontavas. Um bairro de lata. Em cima, numa elevação de terreno escavacado, revestido de ervas bravias e com um atalho tortuoso pelo meio. Barracas miseráveis, portas miseráveis, janelas miseráveis, tectos miseráveis. Crianças, barrigas de fome por baixo dos peitos escanzelados, brincavam por ali. Mães, cadavéricas, trabalhavam à beira das casas. Tudo como que uma mancha negra, despojada de festa, despojada de alegria, a esconder-se do sol, do céu azul, do aroma da Primavera, — e a revelar-se a quem passava, a quem morava defronte, nos edifícios magníficos, como um gemido de queixume, como um berro de condenação

E tu — e as tuas palavras — a apontarem-me aquele mundo que os homens não vêem e para o qual também eu não voltara os meus olhos... olhos...

Não fomos bater a nenhuma outra porta. Qualquer que ela fosse, não seria senão uma porta mais aberta para o mundo no qual, com os nossos poucos ganhos, não poderíamos, nesta terra, penetrar...

...Apesar de tanta coisa prometida...

GRANDE EMPRESA INDUSTRIAL DO RAMO METALOMECÂNICA PESADA DA REGIÃO DE SETÚBAL

ADMITE :

LICENCIADO EM DIREITO

(para reforço do seu contencioso de pessoal)

EXIGE :
- — Experiência em Empresa e/ou organismo oficial (tribunais de trabalho inclusive)
- — Conhecimentos de legislação do trabalho.

OFERECE :
1 — Remuneração de acordo com curriculum
2 — Horário de trabalho 40 horas semanais (5 dias)
3 — Refeições e transportes subsidiados pela Empresa
4 — Regalias sociais para além das determinadas pela legislação em vigor.

As respostas com curriculum vitae deverão ser enviadas até ao dia 4 de Março ao número 1905 deste Jornal.

GRANDE EMPRESA INDUSTRIAL DO RAMO METALOMECÂNICA PESADA DA REGIÃO DE SETÚBAL

ADMITE :

ESPECIALISTA DE ASSUNTOS DE PESSOAL

EXIGE :
- — 2 anos de experiência em definição de métodos e realização de descrição, análise e qualificação de funções.

CONDIÇÃO PREFERENCIAL :
- — Diplomado em ciências do trabalho

OFERECE :
1 — Remuneração de acordo com curriculum
2 — Horário de trabalho 40 horas semanais (5 dias)
3 — Refeições e transportes subsidiados pela Empresa
4 — Regalias sociais para além das determinadas pela legislação em vigor.

As respostas com curriculum vitae deverão ser enviadas até ao dia 4 de Março ao número 1904 deste Jornal.

PUB

SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES DOS CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES

MOÇÃO

1 — Os sucessivos entraves postos ao avanço do ACT por parte dos Sindicatos horizontais que pretendem representar os quadros dos CCT, são prova evidente que tais organizações sindicais não se preocupam com os interesses dos trabalhadores, mas antes jogam na sua divisão, aproveitando-se do descontentamento de certas categorias profissionais minoritárias para dificultar a luta da larga maioria dos trabalhadores dos CCT por melhores condições de vida e de trabalho.

2 — Deste modo não se cansam os Sindicatos horizontais de jogar com os quadros desta empresa para levar por diante intuitos reaccionários, que, na actual situação política nacional poderão revestir-se de aspectos de extrema gravidade.

3 — Por diversas vezes têm os dirigentes dos Sindicatos dos engenheiros, dos engenheiros técnicos, dos economistas e dos arquitectos tentado lançar movimentos nacionais de quadros, que em tudo nos fazem recordar movimentos semelhantes que tiveram lugar no Chile e que serviram de apoio ao golpe fascista.

4 — Nova tentativa é agora feita. A pretexto de «denunciar» a actuação do SNTCT nas negociações do ACT, vai realizar-se uma reunião nacional de quadros dia 28/2/77 às 21 horas no LNEC. De facto o objectivo desta reunião é meramente aparente, pretendem realmente os seus promotores, jogar com os quadros portugueses mobilizando-os contra os trabalhadores do nosso País, criando assim condições favoráveis à acção das forças reaccionárias e fascistas que dia a dia aumentam de arrogância contra as conquistas dos trabalhadores.

Dada a gravidade de que se pode revestir tal situação os delegados sindicais do SNTCT reunidos em 24/2/77 na Cantina da Rua do Instituto Industrial:

1 — Alertam todos os trabalhadores portugueses para tais factos, que em tudo se assemelham ao que ocorreu no Chile.

2 — Apelam a todos os trabalhadores dos CCT, inclusive aos quadros para que se mantenham vigilantes e repudiem todas as manobras tendentes à divisão dos trabalhadores, ao boicote do seu primeiro ACT e ao aproveitamento reaccionário dos quadros portugueses.

3 — Apelam aos dirigentes do SNTCT e do SINTEL e às respectivas Comissões Negociadoras para que se mantenham firmes contra tais manobras de objectivos políticos claros os quais, sendo levados por diante, poderão constituir uma forte ajuda às forças fascistas e à destruição da esperança que o Povo trabalhador pôs no 25 de Abril.

Lisboa, 24 de Fevereiro de 1977.

MOÇÃO APROVADA POR UNANIMIDADE

CONFEDERAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES PORTUGUESES

INTERSINDICAL NACIONAL

A TODOS OS SINDICATOS PORTUGUESES

Tendo em conta a necessidade de uma apreciação urgente, por parte do movimento sindical, das recentes medidas anunciadas pelo Governo e das suas repercussões sobre os interesses dos trabalhadores, o Secretariado da CGTP-IN, vem lembrar a importância de uma participação massiva de todas as associações sindicais — filiadas ou não na Confederação — no plenário, já convocado, que se realizará no próximo dia 1-3-77 (terça-feira), pelas 10 horas, nas instalações da FIL-Feira Internacional de Lisboa.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 1977

O Secretariado
da CGTP-Intersindical Nacional

Nacional

DECISÕES ECONÓMICAS DO GOVERNO

Apreensão à esquerda, optimismo à direita

O Primeiro-Ministro Mário Soares dirige-se hoje a partir das 21 horas ao País através da Televisão e da Rádio, numa comunicação que deverá centrar-se exclusivamente nas mais recentes decisões do Governo Constitucional. Soares falará da desvalorização cambial do escudo em 15 por cento e das medidas subsequentes e com esta articuladas. Desta comunicação espera-se naturalmente não novidades mas uma explicação que tenha em conta aquilo que parece ser o aspecto mais importante das medidas tomadas pelo Governo na passada sexta-feira: o facto de tratar-se não de medidas isoladas mas de um conjunto articulado e relativamente coerente de medidas destinadas a lançar a economia portuguesa numa via que a liberte das perspectivas que até agora a aemaçam. Com efeito — e esta é opinião praticamente unânime dos observadores políticos minimamente versados na problemática económica e financeira — as últimas medidas do Governo destinam-se a superar a situação presente e encontrar uma saída de perspectivas menos sombrias. Pode inclusivamente pensar-se que da consequente aplicação das medidas sexta-feira decretadas dependerá o futuro do Governo. Para já, no entanto, o Governo jogou *forte*. A expectativa, a partir de agora, aponta para os resultados práticos que a aplicação das medidas vão dar.

Entretanto, as diversas formações políticas actuantes na cena política portuguesa começam a tomar posição. Oficialmente ainda nem todas, mas quase todas pela fala de alguns dos seus principais dirigentes. Das principais organizações somente o P.S.D. através da sua Comissão Política Nacional tornou público um comunicado. Amaro da Costa (C.D. S) falou à Imprensa. O partido do centro deve emitir por todo o dia de hoje ou amanhã de manhã um comunicado. O mesmo, o P. C. P., e a U. D. P. Dirigentes da C. G. T. P. - Inter e da C. I. P. falaram à Imprensa. Nomes de outras organizações políticas também fizeram declarações que a rádio difundiu largamente todo o dia de ontem e a que a Imprensa desta manhã igualmente se refere. Muito por alto pode dizer-se que as forças à direita do P. S. se colocam numa posição de apoio crítico em relação às medidas que o Governo tomou. Pensa-se, por aqui, que as medidas são positivas, mas trata-se de medidas que o Governo há muito devia ter tomado. À esquerda do P. S., a relativa discrição não permite um ajuizamento global mas presume-se facilmente que a posição é crítica e algo «descrente»: para a esquerda portuguesa, poderá dizer-se, as medidas virão prejudicar largos estratos da população portuguesa, e, em primeiro lugar, os trabalhadores.

À DIREITA

«Dado o estado de degradação a que chegou a nossa economia em virtude da sistemática ausência de medidas positivas de recuperação, a desvalorização do escudo constitui uma medida inevitável» — afirma o P. S. D. num comunicado da sua C. P. N. difundido ainda no sábado à tarde. Para esta organização, «o mais grave é que se pode perguntar se a desvalorização, decretada no extremo limite da exaustão das nossas reservas e em período de plena alta de preços, não é tardia e mais determinada por motivos e circunstâncias externas do que resultante de uma política económica nacional e coerente.» Quanto às outras medidas económicas decretadas pelo Governo ao mesmo tempo que a desvalorização do escudo, o P. S. D. diz que elas «contêm apenas algumas decisões positivas mas incompletas e tardias, sendo o restante, e mais uma vez, novas medidas restritivas».

Entretanto, falando à ANOP, o dirigente centrista Adelino Amaro da Costa fez declarações que se poderão interpretar como a posição do C. D. S.

«Decidida mais cedo, a desvalorização teria efeitos úteis sobre a nossa economia. Tomada hoje, prenuncia apenas o caminho novo e difícil que se abre à vida financeira e cambial portuguesa» — diz Amaro da Costa Pronunciando-se acerca das outras medidas, reconhece o mesmo dirigente que elas visam o controlo da inflação e do *défit* da balança de pagamentos, e assevera: «Tudo isso vai significar um grande sacrifício para o povo português que agora começa a pagar a sério a factura enorme que nos foi legada pelo gonçalvismo e pela incapacidade dos sucessivos Governos Provisórios». Amaro da Costa, todavia, tem em conta um facto positivo: pela primeira vez depois de 25 de Abril de 74 um Governo decidiu promulgar um conjunto de disposições económicas «global e internamente coerente».

Por sua vez, o dirigente da C. I. P., Morais Cabral, falando à Imprensa na sequência duma reunião da Confederação da Indústria Portuguesa com o Governo no sábado passado, disse praticamente o mesmo que o P. S. D. e Amaro da Costa. As medidas do Governo — disse Morais Cabral — «parecem coerentes e, mais, do que tudo, características dos países da Europa Ocidental, da economia de mercado».

Aspectos positivos, segundo Morais Cabral, por exemplo: «tais medidas demonstraram nitidamente a adopção de uma filosofia económica 'antigonçalvista' e nela consideramos como mais importante a liberalização dos preços que irá possibilitar o saneamento económico das empresas»; depois, «a revalidação dos activos, como medida de saneamento financeiro»; outros aspectos positivos, segundo o dirigente da C. I. P.: «a mobilização das indemnizações para investimentos produtivos»; «a alteração das taxas de desconto»; «a criação do fundo de estabilização cambial»; «os contractos de viabilidade» e «os estímulos à exportação».

À ESQUERDA

Outros quadrantes não partilham deste franco optimismo visível aqui e além de uma ou outra reserva formulada. Falamos da esquerda, onde as medidas do Governo aparecem como coerentes mas no sentido do que representam de consequente cedência às pressões externas (e internas, como reflexo destas).

Aguarda-se a todo o instante que o P. C. P. tome posição pública acerca da questão. Entretanto «O Diário», consabido como não só afecto ao P. C. P. mas seu órgão oficioso, trata a questão com alguma discrição e diz, a certa altura: «A decisão de desvalorizar o escudo em 15 por cento foi a que se repercutiu com maior intensidade no País, pelos reflexos que poderá ter na vida do Povo Português. Recorda-se que tal medida — que se concretizou poucos dias após o adiamento pelos americanos do empréstimo gigante ao Governo português — representa, por si só, um inevitável acréscimo da taxa de inflação além de um aumento da dívida externa portuguesa de 140 para 161 milhões de dólares. A desvalorização de 15 por cento representa também para os trabalhadores portugueses um aumento de preços das mercadorias importadas bem como de todos os produtos fabricados em Portugal que têm componentes estrangeiros».

Falando para a Rádio, o deputado Acácio Barreiros, da U. D. P., e falando em nome do partido, pôs em questão as decisões do Governo nos termos habituais, acentuando o que as medidas representam de menos consideração pelas camadas pobres da população portuguesa e, num plano político mais amplo, de submissão às pressões do estrangeiro.

Espera-se para hoje ou amanhã tomadas de posição tanto do P. C. P. e da U. D. P. como da C. G. T. P. - Inter e «Carta Aberta». Espera-se naturalmente que as duas primeiras organizações critiquem com alguma severidade as resoluções do Governo. O mesmo, da C. G. T. P. - Inter. Algumas dúvidas, no entanto, levantam-se na expectativa quanto à posição que os sindicatos da «Carta Aberta» virão a assumir.

Entretanto, o Movimento de Esquerda Socialista deve ter sido a primeira organização de esquerda a tomar posição pública sobre as questões em suspenso. Para o M. E. S., «as recentes medidas tomadas pelo Governo do P. S. representam ao mesmo tempo uma clara ingerência do imperialismo norte-americano nos assuntos internos do nosso país e um grande impulso à recuperação capitalista feita à custa da miséria e do desemprego dos trabalhadores portugueses.

O M. E. S. pormenoriza-se nas suas críticas: «desvalorizar o escudo e aumentar as taxas de juro eram duas medidas que há muito o imperialismo vinha reclamando e que agora impôs graças à política de venda dos interesses do nosso Povo que o P. S. substituindo-se à direita fascista e reaccionária, vem praticando. Os tais empréstimos 'sem condições' de que fala o dr. Mário Soares têm afinal condições e condições muito duras para o Povo Português: o adiamento do maior empréstimo até agora anunciado, decidido pelo sr. Carter mais não serviu do que para obrigar o falso Governo socialista a cumprir com as suas obrigações, não para com os trabalhadores, mas para com o capital nacional e internacional.

«Desvalorizado o escudo oficialmente em 15 por cento o que vai acontecer?», pergunta o M. E. S., «as multinacionais, como a I. T. T., a Siemens, a Melka e tantas outras vão ter os salários a pagar 15 por cento mais baratos. A dívida pública do nosso país aumenta de 20 milhões de contos. Os preços dos produtos importados ou dos produtos fabricados com matérias-primas importadas irão todos aumentar e, levando em conta as boas relações do dr. Soares e do seu Governo com o patronato, talvez mais do que os 15 por cento. Os investimentos estrangeiros ficam mais atractivos pois em relação aos países imperialistas os nossos salários ficam mais baixos 15 por cento.

«Em suma», diz o M. E. S., «a pretexto do combate ao enorme saldo negativo da balança de pagamentos, o Governo do dr. Soares toma uma medida que apenas serve os interesses do capitalismo internacional e do patronato que lhes segue as peugadas e vai agravar ainda mais o saldo negativo, pois toda a gente sabe que as importações são o dobro das exportações e constam de bens essenciais ou matérias-primas na sua maior parte. Eis como agitando a bandeira da luta contra a bancarrota se favorece o imperialismo e a direita.

Mas o Governo não ficou por aqui. Assim aparece o cabaz das compras, verdadeira ofensa às classes trabalhadoras do nosso país. Com efeito, depois do custo de vida ter subido 30 por cento em 1976, depois de ter limitado as subidas de salários em 1977 a 15 por cento, o Governo do dr. Soares fixa um cabaz de compras em que não entram produtos essenciais como as batatas, a carne e o peixe frescos, as rendas de casa e os medicamentos, só para não falar de tantos outros produtos de primeira necessidade e, mais do que isso, tem a ousadia de aumentar os preços dos produtos que inclui no ridículo cabaz feito a pensar não nos trabalhadores, mas nos grandes comerciantes e nos seus patrões das multinacionais.»

REMODELAÇÃO MINISTERIAL

A recomposição do Governo P. S. poderá se feita muito em breve, embora seja improvável que antes de concluída a próxima viagem de Mário Soares pelas capitais da C. E. E. que ainda lhe falta percorrer.

Embora seja prematuro anunciar nomes, já que a remodelação é assunto mantido apenas no conhecimento de alguns dirigentes socialistas, pode dar-se como praticamente certa a saída de Medina Carreira e possivelmente de Sousa Gomes, enquanto se aponta insistentemente para a possível entrada de Vítor Constâncio para as lides governamentais.

MOÇAMBIQUE E ANGOLA

Segundo informações do Maputo e Luanda, as autoridades bancárias de Moçambique e Angola tinham hoje suspensas as operações com escudos, aguardando informações oficiais sobre a situação do escudo, nomeadamente quanto à sua noca paridade com o dólar.

Em Lisboa, entretanto, as últimas transacções com o escudo moçambicano, efectuavam-se em regime de igualdade.

Quanto à moeda angolana, o Quanza, não havia cotação oficial, embora se saiba que as autoridades angolanas atribuíam o valor de 5 escudos a um quanza.

C.R. reuniu-se para apreciar constitucionalidade das últimas leis

O Conselho da Revolução reuniu ontem extraordinariamente para apreciar a constitucionalidade das leis emanadas do Governo ligadas às recentes medidas económicas. Como se sabe, de acordo com a Constituição da República, qualquer membro do CR pode levantar a questão de inconstitucionalidade de um diploma no prazo de cinco dias.

O capitão Sousa e Castro, porta-voz do CR, esclareceu os jornalistas que foi para obviar a este prazo que o general Ramalhos Eanes convocou esta reunião extraordinária «atendendo a que o Presidente da República tem urgência em promulgar esses diplomas, que representam a estratégia concertada do Governo para combater a actual crise».

Abordado pelos jornalistas sobre as recentes declarações do major Melo Antunes a uma revista espanhola, o capitão Sousa e Castro disse tratar-se de questões que não têm nada a ver com a sua qualidade de porta-voz do CR, e acrescentou que as posições públicas individuais de mebros do Conselho da Revolução vinculam-nos só a eles «dado que não são posições oficiais do Conselho da Revolução».

Por sua vez o major Melo Antunes, interrogado sobre este mesmo assunto à entrada do CR, afirmou que fez declarações «como simples cidadão» a uma revista conceituada como os «Cuardenos para el dialogo», invocando o seu direito de exprimir as suas opiniões. E sublinhou: «Não vou eximir-me a ter opiniões, nem agora nem no futuro e, quanto a desestabilização, penso que é mais um artifício e não será da minha parte, nem agora nem no futuro, que virão acções desestabilizadoras».

Outra questão levantada, esta de novo ao porta-voz do CR, foi a da «desestabilização a nível militar» Sousa e Castro considerou que tem havido um empolamento dessas questões explicando que «numa situação que nós temos de considerar normal» são «acontecimentos normais factos registados em unidades militares como levantamentos de rancho e até pequenos actos de indisciplina. Salientou que, em seu entender «não há qualquer alteração à situação normal que se vem verificando desde há muito tempo nas Forças Armadas.»

Sobre as recentes declarações do comandante da Região Militar Centro, brigadeiro Hugo dos Santos, o capitão Sousa e Castro disse não desejar pronunciar-se sobre declarações feitas por militares. Observou no entanto que «quaisquer que sejam os acontecimentos que possam ser deduzidos deste tipo de declarações, eles não têm nada a ver com a realidade portuguesa». E com a realidade económica portuguesa, com a necessidade de desenvolvermos o nosso País, de resolvermos os problemas ingentes que existem em vários sectores da vida nacional e, quando me refiro ao empolamento, refiro-me à forma como os assuntos são tratados, o que não quer dizer que não tenham algum significado».

OCTÁVIO PATO NA "PARRY AND SON"

Estado não deve subsidiar partidos

O dirigente do P.C.P., Octávio Pato criticou, ontem, ao intervir numa festa-convívio, efectuada no passado sábado, no refeitório dos estaleiros de Cacilhas da «Parry and Son», o projecto que estabelece o pagamento de um subsídio anual de milhares de contos aos partidos representados na Assembleia da República.

«Devem ser os militantes dos partidos políticos a sustentá-los financeiramente, e não o povo em geral, através de impostos» — acentuou ainda Octácio Pato que abordou também o significado da campanha dos 50 mil contos organizada pelo P.C.P. e os perigos que corre a Revolução portuguesa.

Nesta festa-convívio, promovida pela célula do P.C.P. da empresa, foi ainda evocada a figura de Alfredo Dinis, «Alex», antigo operário da «Parry Son», assassinado pela P.I.D.E., em Bucelas.

PUB

COMUNICADO DOS GRUPOS DE TEATRO INDEPENDENTE

(CONTENDO A RESPOSTA AO COMUNICADO DA SEC DE 19-2-77)

Com data de 30-10-76 a Secretaria de Estado da Cultura emitiu um Despacho que consubstanciava as normas de concurso para os subsídios para a actividade teatral em 1977, segundo parecer do Conselho Sectorial de Teatro. Face a estas normas, elaboradas sem a participação dos trabalhadores de Teatro e reveladoras da mais profunda ignorância àcerca dos problemas concretos e actuais do Teatro em Portugal, os trabalhadores dos grupos de Teatro Independente repudiaram tal documento e pediram ao Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos a sua intervenção. É então elaborada uma crítica exaustiva ao Despacho que é enviada à S.E.C., juntamente com o repúdio do mesmo — subscrito por 500 trabalhadores de Espectáculos — pedindo uma resposta, num prazo de oito dias, dada a gravidade e urgência na solução do problema. Estes documentos são devolvidos ao S.T.E. por a S.E.C. considerar os seus termos inaceitáveis, aguardando a entrega de novos ou dos mesmos documentos de forma a propiciarem o diálogo. Se bem que não aceitando estas razões os trabalhadores dos grupos de Teatro Independente e o S.T.E., que sempre haviam estado abertos ao diálogo, apresentaram a 30-11-76 uma contraproposta àquelas normas. Este documento não obteve qualquer resposta por parte da S.E.C.. Entretanto, aqueles documentos haviam sido também enviados à Presidência da República; ao Presidente da Assembleia da República; ao Presidente da Comissão Constitucional e aos Secretários Gerais dos partidos representados na Assembleia da República. Como a S.E.C. continuava sem dar qualquer resposta e sem possibilitar o diálogo, os grupos, em número de 24, iniciaram uma Semana de Luta a 10-1-76, com uma conferência de Imprensa, afim de esclarecer a opinião pública sobre as razões da rejeição do Despacho de 30-10-76: medidas inconstitucionais e condições que, na prática, não garantiam a existência e desenvolvimento dos grupos independentes, única estrutura de teatro profissional existente susceptível de apoio estatal. Esta Semana de Luta culminou no dia 16-1-76 com uma Jornada de Luta na F.I.L. onde cerca de 10.000 pessoas aprovaram uma moção para que se realizasse um debate público «entre o Senhor secretário de Estado da Cultura e quem ele mais desejar por um lado e, por outro, representantes do Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos e dos Grupos Independentes» sobre o problema do plano de subsídios ao Teatro e da política teatral, a realizar num teatro e a ser transmitido pela RTP no 1.º programa. Entretanto passou-se o seguinte:

1 — Haviam sido iniciados contactos da parte da S.E.C. com alguns dos grupos em luta no sentido da averiguação das suas dificuldades;

2 — Em 27-1-77 os representantes dos grupos avistam-se com o recentemente nomeado Director-Geral dos Espectáculos propondo que esses contactos passem a ser feitos com os representantes de todos os grupos;

3 — No dia 28-1-77, entre as 13 e as 14 h., a S.E.C. aceita receber, até a um máximo de 5, representantes de todos os grupos;

4 — A questão dos subsídios e a actuação dos grupos independentes é o objecto de uma comunicação ao País (na noite de 28-1-77) pelo Secretário de Estado da Cultura que, além de demonstrar na análise da actividade dos grupos uma preocupação de rentabilidade económica e omitir qualquer perspectivação cultural da actividade dos mesmos, omitia factos e fornecia dados errados (alguns desmentidos no dia seguinte, outros ainda por desmentir);

5 — A 2-2-77 iniciam-se as conversações que se prolongaram por 4 sessões de trabalho, e terminaram a 14-2-77 tendo-se chegado às seguintes conclusões:

a) — que a S.E.C. só considera causa de suspensão imediata tividade teatral para fins contrários aos princípios expressos na Constituição uma vez que tal utilização assim seja reconhecida pelo poder judicial;

b) — que a condição de metade do elenco artístico das companhias concorrentes ser constituído por actores sindicalizados há mais de 4 anos deixa de ter aplicação;

c) — que se realizem dois espectáculos por ano, com um mínimo de 170 representações anuais sendo, pelo menos, 80 de textos portugueses;

d) — que a S.E.C. assegura o pagamento de 100 por cento dos salários, até 10.000$00, no primeiro mês e 50 por cento nos 11 meses restantes, considerando um máximo de 15 elementos (actores e técnicos) em cada companhia.
Assegura ainda o pagamento das despesas relativas à montagem de 3 espectáculos, até ao montante máximo de 300.000$00, mantendo o pagamento dos direitos de autor e o esquema de publicidade de proposto nas normas constantes do Despacho de 30.10.76, e estabelecendo um prémio de 50.000$00 (10.000$00 para o Autor) pela estreia de original português e de 30.000$00 pela adaptação de um clássico português, não pagando, no entanto, as rendas dos locais-sede, água e luz;

6 — A 14-2-77 estando já terminadas as conversações e quando os representantes dos grupos se preparavam para sair, portadores das últimas condições (expostas no n.º5) a serem apresentadas ao plenário dos grupos e, a propósito da presença no edifício da S.E.C. de um representante da imprensa — e face às especulações que tinham sido feitas durante as conversações e em que ambas as partes enjeitaram qualquer responsabilidade — , ao perguntar-se: o que é que se diz à Imprensa, propôs o Secretário de Estado da Cultura a feitura dum comunicado conjunto. Dado o adiantado da hora, que impedia a redacção do comunicado naquele momento, concordou-se, por proposta da S.E.C., em que no dia 15-2-77, tanto a S.E.C. como os grupos de Teatro Independente apresentariam uma minuta e do confronto das duas se elaboraria o comunicado conjunto;

7 — No dia 15-2-77 foi entregue na S.E.C. uma minuta, da responsabilidade dos 5 representantes dos grupos, sujeita à ratificação em plenário dos grupos (dado estes ainda não terem tomado conhecimento das últimas condições) e em cuja entrega, realizada pelo actor Morais e Castro, não foi a S.E.C. devidamente esclarecida dessa necessidade de ratificação em relação a todo o texto sendo certo que, no respeitante à aceitação das condições de concurso por parte dos grupos, foi feita tal ressalva;

8 — Na noite de 15-2-77 estas condições foram consideradas como minimamente aceitáveis pela maioria dos grupos. Acordaram estes então que, visto alguns grupos não terem aceite as condições últimas e não poderem, portanto, aceitar as considerações que se encontravam na minuta provisória quanto às «circunstâncias que haviam permitido chegar-se a uma plataforma de entendimento» e até porque também muitas delas tinham sido omitidas, só uma minuta de carácter puramente factual, com as conclusões, poderia ser subscrita por todos os grupos;

9 — Na manhã do dia 16-2-77 foi a Secretaria de Estado avisada telefonicamente de que a minuta entregue seria substituída por outra resultante do consenso dos grupos em plenário;

10 — Esta minuta foi entregue, na tarde do dia 16 por dois dos representantes dos grupos. Nessa altura o sr. secretário de Estado pretendeu comunicar com os representantes dos grupos com o que estes concordaram;

11 — Estranhamente foi, então, apresentado aos representantes dos grupos um documento da Secretaria de Estado, baseado na minuta provisória dos grupos, como comunicado definitivo e não como projecto — o que contrariava a combinação de confronto de minutas para redacção final — tendo os grupos apenas de se limitarem a aceitar ou não este comunicado;

12 — Justificou esta atitude o sr. secretário de Estado afirmando que esta nova versão da minuta provisória dos grupos em tudo lhe era fiel ao espírito e que só havia sido introduzida a parte final e feitas alterações de redacção;

13 — Assumiram então os dois representantes dos grupos a responsabilidade da redacção da primeira minuta tendo-se Morais e Castro responsabilizado, pessoalmente por no acto de entrega daquela não haver devidamente definido que em relação a todo o seu texto faltava a ratificação dos grupos;

14 — Esclarecido este facto o sr. secretário de Estado declarou que havia considerado a primeira minuta como definitiva e passou a defender intransigentemente a sua versão elaborada sobre ela como única alternativa;

15 — Na noite de 16/2 os grupos não aceitaram esta nova versão da S.E.C.;

16 — No dia 17/2 os representantes dos grupos, devidamente mandatados, tentaram uma negociação do comunicado por intervenção pessoal e particular do chefe de Gabinete do sr. secretário de Estado da Cultura já que este não aceitava qualquer alteração ao seu documento mas apenas o sim ou o não o que veio confirmar na tarde do mesmo dia recusando a plataforma de entendimento para um comunicado conjunto proposta pelos representantes dos grupos.

17 — A 19/2 é tornado público um comunicado da Secretaria de Estado da Cultura. Neste comunicado começa-se por afirmar que as conversações se realizaram entre a S.E.C. e «representantes dos **chamados** grupos de Teatro Independente». Estes perguntam-se o porquê de tal atitude quando, à mesa das conversações nunca assim foram desconsiderados nem vituperados. Quanto à afirmação de que as conversações se realizaram por proposta dos grupos «na sequência da comunicação feita ao País, através da RTP, em 28 de Janeiro» pelo secretário de Estado da Cultura, tal não corresponde à verdade de acordo com os pontos n.º 2 e 3;

18 — Quanto àquilo que a S.E.C. considera no seu comunicado, prolongamento de «prazos de certas formas de apoio» e deixarem de existir «pura e simplesmente» ou terem sido «sensivelmente reduzidas, outras formas de auxílio que a Secretaria de Estado da Cultura preconizara», os grupos esclarecem que estes «reajustamentos de pormenor» tão vagamente expostos pela S.E.C., são as conclusões das negociações referidas no ponto n.º5.

19 — Quanto à afirmação de que «repetidamente se tivesse acordado que nenhuma notícia fosse divulgada antes da publicação de um comunicado final», os grupos esclarecem que tal não corresponde à verdade já que o que se acordou, durante as conversações, por sugestão dos representantes dos grupos, foi que nenhuma notícia seria divulgada antes de terminadas as conversações. Aliás seria impossível a existência de tal acordo já que, nessa altura ainda nem sequer havia surgido a ideia de um comunicado final, como já foi exposto no ponto n.º6;

20 — Apesar de a S.E.C. insistir em que o seu texto, apresentado aos grupos, é «em tudo fiel ao espírito» da minuta provisória que foi entregue pelos representantes daqueles verifica-se a existência de diferenças de fundo e de forma que conduzem, necessariamente, a que o espírito de ambas não seja o mesmo subtil como estavam feitas as alterações. Na verdade pareceu àqueles por esse facto ser tal espírito o mesmo e só mais tarde vieram a localizar tais diferenças a saber:

I — Diferenças de fundo

a) **minuta provisória**: a condição de metade do elenco artístico das companhias concorrentes ser constituída por actores sindicalizados há mais de 4 anos deixa de ter aplicação dada a existência de companhias constituídas apenas por actores que iniciam a profissão teatral.
versão da SEC: a condição, estabelecida nas normas, de metade do elenco artístico das companhias concorrentes ser constituída por actores sindicalizados há mais de 4 anos não terá obviamente aplicação nos casos de companhias formadas apenas por actores que iniciam a profissão teatral.
Como pode ver-se, na minuta provisória dos grupos o caso das companhias constituídas por elementos que iniciam a profissão teatral é citado como exemplo que levava à não aplicação de tal norma enquanto que na versão da SEC se restringia a não aplicação de tal norma a esses casos:

b) **minuta provisória** (parte final): A SEC reconhece que nos últimos 3 meses do chamado plano de emergência (Outubro, Novembro e Dezembro de 1976) a produção dos Grupos foi de uma forma geral bastante considerável
versão da SEC: tanto a Secretaria de Estado da Cultura como os Grupos de Teatro Independente reconhecem que a actividade destes últimos melhorou consideravelmente, no que respeita ao nível de produção, durante os últimos 3 meses de 1976, ou seja durante a aplicação do chamado Plano de Emergência, que oportunamente veio já impor o cumprimento de determinadas normas por parte dos grupos subsidiados. Ora uma coisa é localizar o aumento de produção dos Grupos em 3 meses, que corresponderam ao período do chamado plano de emergência — tendo os grupos defendido ser tal aumento resultante do ultrapassar duma fase de arranque de difícil superação, dada a precariedade dos subsídios atribuídos pela SEC entre outros motivos, e do desenvolvimento do trabalho, o que foi reconhecido pela SEC nas conversações e que não o fizera publicamente em qualquer das suas comunicações inclusivé a da RTP — , e outra coisa é os Grupos serem obrigados a reconhecer que o aumento ou melhoria de produção resultou do cumprimento das normas do chamado plano de emergência, o que nem sequer corresponde à verdade até porque grupos houve que recusaram tal plano tendo desenvolvido a sua produção nesses 3 meses e podendo vir a concorrer sob as normas agora alteradas que não contêm aspectos existentes no dito plano, reservando-se o direito de continuarem a não concordar com ele e sobre o qual não se realizaram quaisquer conversações.

II — Diferenças de forma

a) **a utilização de palavras diferentes ou mesmo frases:**
Ex: **MINUTA PROVISÓRIA** — ao mesmo tempo que estes (grupos) tomaram conhecimento das efectivas dificuldades económicas do Fundo de Teatro
versão da SEC: — os trabalhadores dos Grupos Independentes tomaram consciência...

Na verdade os representantes dos Grupos foram informados àcerca de determinados problemas do Fundo de Teatro mas sem que isso implicasse qualquer aceitação dessas razões que aí, então, justificaria a frase «tomaram consciência».

Ex: **minuta provisória** — com a participação dos Grupos Independentes, através dos seus representantes, foi a SEC devidamente esclarecida dos problemas concretos e actuais destes grupos

versão da SEC — já porque a própria Secretaria de Estado da Cultura, por seu turno, através dos representantes dos trabalhadores dos Grupos Independentes, foi **mais amplamente esclarecida**...

Esta frase pressupõe a existência de algum esclarecimento da SEC quando a existência de normas como as do chamado plano de emergência e as contidas no Despacho de 30-10-76 provam o contrário

Ex: **minuta provisória** — que tais deficiências não permitem um trabalho cultural em profundidade...

versão da SEC — que tais deficiências dificilmente permitem um trabalho em profundidade...

Será que não há diferença entre não permitir e dificilmente permitir? Além da omissão da palavra cultural;

b) **alteração na ordem de orações**

Ex: **minuta provisória** — Tal plataforma só foi possível uma vez que com a participação dos trabalhadores dos grupos Independentes, através dos seus representantes, foi a SEC devidamente esclarecida...

versão da SEC — Tal plataforma tornou-se possível, já porque os trabalhadores dos Grupos Independentes tomaram consciência...

Esta mudança faz com que seja colocado em segundo plano o esclarecimento da SEC, já que aparece no final do período embora com forma alterada, negando o facto de ter sido o esclarecimento prestado pelos Grupos o que levou às alterações das normas, e não o contrário;

c) **introdução de opiniões unilaterais da SEC**

Ex: **minuta provisória** — Passando a exigir a realização de 2 espectáculos por ano com um mínimo de 170 representações anuais, sendo pelo menos 80 de textos portugueses a SEC assegura o pagamento de 100 por cento dos salários no 1.º mês...

versão da SEC — a fim de assegurar a necessária transição para formas de actuação mais autónoma por parte dos Grupos de Teatro Independente, garantirá (a SEC), durante o ano de 1977, o pagamento de 100 por cento dos salários apenas no 1.º mês...

Se é verdade que a SEC apresentou nas conversações tal argumento de transição para uma autonomia dos grupos, a justificar o plano de subsídios, não menos verdade é que os grupos responderam que se consideravam com direito a apoio estatal por serem a única estrutura de Teatro profissional existente susceptível de tal apoio.

Perante estes exemplos constata-se que as alterações feitas pela SEC, de maneira nenhuma, foram apenas de redacção e de introdução da parte final é de um ponto que traduzia «a desobrigação por p. . da SEC de um compromisso anteriormente estipulado» que, «curiosamente», constava da minuta definitiva dos grupos rejeitada pela SEC quando passou a defender intransigentemente a sua versão como única alternativa e não ao contrário como erradamente afirma no seu comunicado.

Mais, tudo isto leva a considerar que a SEC pretenderia no comunicado conjunto fazer prevalecer os seus pontos de vista sem ter em conta os dos Grupos.

21 — Quanto ao facto de a SEC considerar o comunicado conjunto como «o termo lógico ou capítulo final das conversações sem o que estas teriam, por sua vez, de considerar-se anuladas» os Grupos esclarecem que tal interpretação não decorre do modo como foi proposta a sua feitura nem do momento em que o foi, conforme o exposto no ponto n.º6, e muito menos das razões por que o foi. A função deste comunicado conjunto seria, obviamente a de informar o público àcerca das conclusões das conversações e para obstar a especulações que já se tinha constatado existirem. O certo é que nunca foi dito que esse comunicado conjunto fazia parte integrante das negociações e, ainda menos, que seria um acordo tornado público. Aliás, tal seria impossível já nessa altura os grupos desconheciam ainda as condições últimas e o acordo, a dar-se, estaria no concurso dos grupos sob estas mesmas condições. Inclusivamente, a reforçar esta interpretação foi dito aos representantes dos grupos, antes de ser proposta a elaboração do comunicado, que se os grupos aceitassem as condições poderiam já concorrer e que o texto definitivo das normas já alteradas, lhes seria entregue provavelmente, no dia 16-2-77. Mais, no próprio comunicado da SEC, contraditoriamente esta interpretação se vê corroborada já que, como aí se diz, só no dia 16/2 e apenas face às 2 minutas dos grupos, que a SEC considera «manobra» apesar de ter sido esclarecida pelo exposto no ponto n.ºs 7 a 14, aquela Secretaria passou a defender e a impor interpretação contrária.

22 — Quanto à supressão do «passo em que se falava de enjeitar quaisquer especulações que à margem do comunicado viessem a fazer-se» esclarecem os grupos que só a fizeram pelas razões contidas no ponto n.º8 e para impedir que qualquer afirmação futura, de parte a parte, pudesse vir a ser tomada como especulação, podendo pôr em risco as conversações havidas. E se é verdade que os grupos enjeitam qualquer tipo de especulações, passadas e futuras, não menos verdade é que de maneira nenhuma poderiam aceitar da SEC, através de semelhante cláusula, obrigá-los ao silêncio em qualquer diferendo que entre ambas as partes viesse a surgir, e em manifesta contradição com a boa fé e o espírito de compreensão e de tolerância com que a SEC diz ter agido. Aliás se a SEC se interroga sobre a «reserva mental, oculta por detrás de tal supressão» os grupos acham-se no direito de se interrogarem sobre a «reserva mental oculta por detrás daquela proposição».

23 — **Os representantes dos Grupos têm em consciência que actuaram entre as quatro paredes do gabinete, onde correram as negociações, com a maior lealdade e honestidade, com veemência por vezes mas sempre com correcção como actuam, aliás, em todas as circunstâncias sendo certo que o fizeram também fora das referidas quatro paredes e mesmo no contacto com os Grupos, procurando relatar-lhes, em pormenor e mesmo em tom, a verdade total das negociações que não esconderam nem escondem terem sido tolerantes de parte a parte até à questão do comunicado conjunto;**

24 — **Face a todo o exposto ao longo destes 23 pontos, os Grupos de Teatro Independente não consideram as conversações anuladas e, consequentemente, as suas conclusões que, embora não significando a conquista da totalidade das exigências dos Grupos, foram consideradas como minimamente aceitáveis por estes e enjeitam, portanto, qualquer responsabilidade numa hipotética ruptura das negociações.**

APROVADO POR UNANIMIDADE E SUBSCRITO PELOS SEGUINTES GRUPOS DE TEATRO INDEPENDENTE

O BANDO; A BARRACA; OS BONECREIROS; CAMPOLIDE; CASA DA CULTURA DA MARGEM SUL; A CENTELHA; OS CÓMICOS; COMUNA; COOPERATIVA FAZ TUDO; COOPERATIVA DE COMEDIANTES RAFAEL DE OLIVEIRA; CORNUCÓPIA; GRUPO 4; GRUPO DE TEATRO A PROPOSTA; PSICONAUTAS; OFICINA DE TEATRO; RICHARDDEMARCY TERESA MOTA; SEIVA TRUPE; TEATRO DE BRANCA FLOR; TEATRO EXPERIMENTAL DE CASCAIS; TEATRO HOJE; TEATRO POPULAR DE ALMADA; TRABALHADORES DA CASA DA COMÉDIA.

Trabalho

Construção Civil pára quinta-feira

A maioria dos 250 mil trabalhadores do sector da Construção Civil aprovou em plenários de empresa e assembleias sindicais de distrito a proposta da Comissão Negociadora Sindical do Contrato Colectivo de Trabalho Vertical de paralisar na próxima quinta-feira à tarde. Esta manhã, apenas o distrito de Braga não se tinha ainda pronunciado.

A jornada de luta tem como objectivo a entrada imediata em vigor das tabelas salariais a negociação do clausulado a sabotagem patronal ao contrato e contra os despedimentos.

A CNS apresentou a sua proposta de CCTV em 15 de Maio de 75, há portanto quase dois anos. Até este momento, o patronato não apresentou qualquer contraproposta, nem sequer se sentou à mesa das negociações, transferindo o problema para os diversos Governos, «que aquela equipa de longa data do Ministério da Habitação tão bem recheada de ex-colaboradores dos patrões tem sabido manter num impasse», afirma a CNS em comunicado.

A CNS considera que o processo deverá ser dividido em duas fases: a primeira de aprovação imediata das tabelas aprovadas pelo Governo em 2 de Setembro passado e a segunda, de actualização do clausulado e negociação com as entidades patronais.

ESTA TARDE

Defesa da semana inglesa leva o comércio à rua

Os trabalhadores do Comércio manifestam-se esta tarde em Lisboa, frente a S. Bento, contra o decreto-lei recentemente aprovado pelo Governo, permitindo a diversificação de horários nos estabelecimentos comerciais pondo em causa o regime de semana-inglesa e descanso ao domingo que constitui uma conquista duramente obtida pela classe.

A manifestação, que se inicia no Rossio às 18 horas e é acompanhada de paralisação, foi convocada abruptamente pela direcção do Sindicato do Comércio no fim-de-semana, e conta com a adesão do Grupo Promotor da Assembleia Geral (G. P. A. G.) requerida por largas centenas de sócios a fim de analisar a actuação daqueles dirigentes em problemas que, como este, são de fulcral importância para o sector.

O Grupo Promotor lançou um apelo à classe «para não permitir que a forma precipitada como esta manifestação foi convocada contribua para o seu fracasso» e «evitar que a escolha incorrecta do local da concentração — o Rossio dos marginais — possa originar incidentes que só contribuiriam para comprometer a nossa luta». O Grupo, eleito em reunião geral de sócios no passado dia 12 de Janeiro, aponta a necessidade de defender intransigentemente o actual regime de descanso semanal, que considera uma «importante conquista da classe».

A manifestação conta com o apoio de todos os sindicatos do País, que ontem reuniram na sede da Federação, em Lisboa. No comunicado final, subscrito pelas direcções presentes, manifesta-se «o maior repúdio pela forma escandalosa como o Governo tratou a questão» dos novos horários para o sector, sem prévia consulta das organizações representativas dos trabalhadores do Comércio.

Os sindicatos preparam-se para «lutar e mobilizar» a classe em todo o País contra a publicação do decreto-lei agora aprovado, e reafirmam a disposição de não ceder nas conquistas dos trabalhadores: semana-inglesa e descanso aos domingos.

«Só ao grande patronato esta medida pode interessar. Não é pelos estabelecimentos estarem abertos mais tempo que aumenta o poder de compra dos trabalhadores, e aos turistas certamente não faltará tempo para fazerem as compras durante o dia», afirma o Grupo Promotor. «As medidas anunciadas recentemente vão até no sentido de reduzir consumos. O prolongamento do horário de abertura só pode ser vantajoso para o grande patronato que, tendo possibilidade de organizar turnos, ficaria em vantagem face aos pequenos e médios comerciantes. Para estes últimos a medida só pode significar novas dificuldades que, a curto prazo, se iriam reflectir na estabilidade de emprego de muitos trabalhadores do Comércio.»

O Grupo Promotor censura o comportamento da direcção sindical de Lisboa perante o problema, e acusa-a de não ter informado, nem esclarecido, nem mobilizado a classe perante medidas que eram facilmente previsíveis desde há sete meses. Recorda-se, aliás, que os dirigentes do sindicato se recusaram a convocar uma assembleia geral requerida pelos sócios em meados de Dezembro para discutir a questão (além de outras).

«O horário de trabalho não está ainda perdido. Muito há a fazer para recuperar o tempo perdido e para mostrar ao patronato a nossa vontade inabalável», lembra o Grupo Promotor.

"Inconstitucional e repressiva"

Proposta governamental de lei da greve rejeitada pelas CTs de Lisboa

Representantes das comissões de trabalhadores da cintura industrial de Lisboa discutiram este sábado, em reuniões efectuadas em Lisboa e Queluz, a proposta governamental de lei da greve e o projecto do P. C. P. sobre o mesmo assunto, que serão analisados proximamente pela Assembleia da República.

No plenário efectuado no refeitório da E. P. A. L., aos Olivais, ficou decidido rejeitar a proposta do Governo «por ser anticonstitucional, repressiva e consequentemente lesiva dos interesses dos trabalhadores».

Em contrapartida, foi aprovado tanto na generalidade como na especialidade o projecto de lei da greve subscrito pelo grupo parlamentar do P. C. P., já que este «possibilita a defesa das conquistas dos trabalhadores através da utilização correcta da última e mais suprema forma de luta — a Greve».

O debate permitiu concluir que a proposta governamental «contém disposições que, a serem aprovadas, poriam em prática medidas altamente repressivas e restritivas do direito à greve, de forma alguma em conformidade com o espírito da Constituição».

A reunião efectuada em Lisboa contou com 56 presenças, assim distribuídas: 34 membros de CT's de Lisboa, representando 25 empresas; 18 delegados sindicais, representando mais 9 empresas; e quatro dirigentes sindicais, representando 35 empresas.

PRESSÕES DO IMPERIALISMO

Durante o encontro ventilaram-se outras questões, nomeadamente o actual momento político nacional e as medidas ultimamente adoptadas pelo Governo.

«Como se compreende, como se aceita que o Governo apele à reconstrução nacional, à austeridade (dos trabalhadores) se em contrapartida cede às pressões do imperialismo, desvaloriza o escudo, aumenta o custo de vida, põe em causa conquistas que nós consideramos irreversíveis», pergunta-se numa moção subcrita pelo Secretariado da C. I. L., que promoveu os plenários. O documento adianta: «Reconstrução nacional, aumento da produção, austeridade só serão possíveis se o Governo for capaz de governar com os trabalhadores, no combate ao patronato reaccionário, ao capitalismo e ao fascismo».

A moção condena, ainda, a ofensiva contra a Reforma Agrária e a devolução de empresas intervencionadas ao patronato sabotador.

As CT's presentes nos Olivais aprovaram também um documento de repúdio pelo recente decreto que regulamenta o processo de eleição das comissões de trabalhadores, por consagrar medidas que se antecipam à proposta de lei sobre o mesmo assunto apresentada pelo Governo à Assembleia da República.

Outros documentos ali aprovados dão conta da solidariedade para com os trabalhadores dos Estabelecimentos Carlos A. M. Fidalgo, que não recebem salários desde Junho de 76, e exigem das autoridades responsáveis o «castigo exemplar» de José Galvão de Melo pelo assalto que perpetrou contra a Maiombe, empresa da qual foi expulso pelo pessoal.

PANIFICAÇÃO EXIGE

Publicação da portaria após o aumento do pão

A Assembleia Geral do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Panificação e Produtos Alimentares Afins do Distrito de Lisboa que ontem reuniu no Instituto Superior Técnico, mandatou a sua Direcção para deligenciar junto dos Ministérios competentes a publicação da portaria salarial imediatamente após o aumento do pão. A Direcção Sindical foi também mandatada para desenvover contactos com Sindicatos de outros sectores em luta como sejam Moagens, Construção Civil, Mármores, Metalúrgicos e Têxteis, no sentido de desenvolverem lutas conjuntas de reivindicação.

A propósito do aumento, do pão, factor que o secretário de Estado do Comércio Interno havia considerado indispensável para a publicação da portaria salarial, declarou o presidente do Sindicato de Lisboa: «Ligar o aumento do pão ao aumento dos vencimentos dos trabalhadores do sector é a prova da incapacidade do Governo para resolver os problemas da indústria. Haveria outras formas de subsidiar a indústria sem aumentar o produto. Pelo menos, o recente aumento da gasolina foi justificado como sendo uma das fontes de um fundo de maneio que iria subsdiar outras indústrias. No caso da Panificação, quem paga o subsídio é o consumidor. Além do mais, a portaria está pronta desde Outubro de 76, com base nos preços antigos, só falta publicá-la. Não há na realidade relação entre dois aumentos».

O Sindicato da Panificação de Lisboa promove no próximo dia 13 um plenário para decidir as formas de luta a adoptar, seguindo-se plenários com o mesmo fim, em vários pontos do país.

Têxteis: a luta prossegue

Os trabalhadores do sector têxtil vão prosseguir as formas de lutas iniciadas há semanas com vista a pressionar o patronato a negociar o contrato colectivo único e vertical. Até quinta-feira, continuarão, portanto, as paralisações diárias de uma hora em cada turno e de 15 minutos de duas em duas horas. Se, naquele dia as negociações não saírem do impasse, haverá nova greve total: a terceira.

Entretanto, o conflito pode ter desenvolvimento a breve prazo, já que o patronato se comprometeu, também até quinta-feira, a apresentar uma proposta de resolução ao Ministério do Trabalho, na qual, presumivelmente, dará resposta ao protocolo de declaração de princípios que recentemente lhe foi apresentado pelo M.T. Por seu lado, a Comissão Negociadora Sindical espera ser amanhã recebida pelo subsecretário de Estado do Trabalho, o qual, no passado sábado, recebeu os representantes dos patrões.

«Se começámos uma luta foi para ganhar, apesar do grande esforço que todos somos obrigados a fazer» — afirmou o dirigente sindical Manuel Lopes, em nome da CNS. Segundo ele, «os patrões sentem-se com força suficiente para prosseguir o boicote», jogando no fim do mês, esperando «que os trabalhadores desmobilizem ao receberem os ordenados com o desconto dos dias em que estiveram paralisados». Aquele dirigente sindical falava durante uma reunião que decorreu ontem no Técnico, promovida pelo Sindicato dos Têxteis do Sul. Os trabalhadores presentes, além de decidirem sobre a continuação da luta, aprovaram moções de repúdio pela desvalorização do escudo e pela repressão exercida ultimamente sobre grevistas, em certos locais de trabalho, manifestando, por outro lado, o seu apoio à luta dos trabalhadores da construção civil pela assinatura — já não seria sem tempo — do seu CCTV.

A forte oposição patenteada pelos operários da Empresa Fabril do Norte contra a suspensão de 33 trabalhadores levou a administração daquela grande firma têxtil a reconsiderar. Durante uma reunião efectuada ontem na delegação do M.T. do Porto, aquela administração considerou sanado o caso das suspensões e processos disciplinares, tendo os trabalhadores posto termo à paralisação.

No sector têxtil de Cortegaça efectuaram-se, no passado fim-de-semana, plenários de empresa em que se decidiu ampliar as formas deluta aprovadas a nível nacional tendo-se registado incidentes na fábrica «Manuel Rodrigo, filho», onde, segundo os trabalhadores, um encarregado, munido de uma catana, ameaçou quatro trabalhadores que ali se dirigiram para contactar com a respectiva C.T.

Barro vermelho paralisou hoje

Os trabalhadores das indústrias de cerâmica, cimentos e similares paralisaram esta tarde duas horas após o almoço, conforme decisão tomada em plenários realizados em todos os distritos do País, a fim de conseguirem a portaria de extensão do CCT dos trabalhadores da cerâmica ao sector do barro vermelho.

Por proposta da Federação dos Sindicatos do sector, durante a paralisação os trabalhadores discutem as formas de luta futura para alcançar aquele objectivo, embora entretanto a Federação continue a tentar por todos os meios ao seu alcance, resolver pela via pacífica o problema que conscientemente sabemos ser de grande gravidade a nível nacional.

SOLTAS

PUNIÇÃO

Os delegados do Sindicato dos Telefonistas de Lisboa, ao tomarem conhecimento do despacho de pronúncia da rede bombista publicado em primeira mão pelo «DL», decidiram exigir a «severa punição de todos os implicados» e a prisão dos que ainda se encontram em liberdade, entre os quais se conta o major Mota Freitas.

TELEFONISTAS

A fim de analisar «os decretos antioperários e anti-constitucionais que saem diariamente dos gabinetes de quem só por hábito promete defender os interesses dos trabalhadores» bem como a «caricata actuação da direcção» perante essa legislação, realiza-se ao fim da tarde de hoje, no Porto (instalações do Grupo Modesto), uma reunião de sócios do Sindicato dos Telefonistas do Norte, promovida por um grupo de trabalhadores descontentes com as posições assumidas pelos dirigentes daquele organismo.

CORREIOS

Para apoiar a entrega de um documento que traduz a «posição de firmeza dos trabalhadores a todos os intervenientes» nas negociações do acordo colectivo de trabalho dos CTT, o Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações convocou para amanhã uma concentração dos seus associados, frente ao Ministério do Trabalho, pelas 14 horas. O Sindicato exige a integração dos trabalhadores nos níveis de acordo com o espírito da tabela já aprovada, a aplicação da tabela até final do mês de Março, e o pagamento dos retroactivos até 15 de Abril.

VIDREIROS

Prosseguem as negociações do CCT dos vidreiros, cujo cláusulado está já, em grande parte, acordado. Discute-se agora a tabela salarial, na base da proposta sindical de 7200 e 9450 escudos para, nrespectivamente, os vencimentos mínimo e máximo. Subsistem ainda divergências respeitantes aos subsídios de trabalho nocturno, feriados, controlo operário e actividade sindical nas empresas.

PLENÁRIO SINDICAL

«Tendo em conta a necessidade de uma apreciação urgente, por parte do Movimento Sindical, das recentes medidas anunciadas pelo Governo e das suas repercussões sobre os interesses dos trabalhadores», o secretariado da CGTP-Intersindical Nacional tornou público um comunicado em que chama a atenção para a importância da participação maciça de todas as associações sindicais, filiadas ou não na confederação, no plenário que amanhã se realiza em Lisboa nas instalações da FIL, com início às 10 horas.

Nacional

PREÇOS DOS FUNERAIS SOBE

MORRER ESTÁ PELA "H

«Era tão boa pessoa. Morreu a trabalhar»; «Achas que a irmã dele virá?estavam zangados, não estavam? pelo menos foi o que ouvi dizer»; «quem vai ficar bem é a filha» — estas são algumas das conversas habituais que se ouve, quando se vai acompanhar alguém que morreu.

Perto da urna, os familiares mais chegados choram. Os presentes ostentam um ar compungido. Pelo «rabinho do olho», vai-se observando as pessoas que entram, as que saem, quanto tempo ali estiveram, se a madeira da urna é boa, se leva muitas coroas de flores, etc.

Quase sempre se fala no preço dos funerais. «Estão pela hora da morte» é o desabafo. E é um facto. Já em 1972 chamávamos a atenção para o custo, a especulação e os intermediários que parsitam na «indústria da morte». Os mais sacrificados são sempre os mesmos. Os que o foram na vida: «as classes economicamente mais débeis» que é como agora se costuma dizer. «Debaixo dos torrões somos todos iguais» afirma o povo e com razão. Mas o «transporte» para lá chegar é que é diferente. E se isso já não incomoda os mortos, revolta os vivos. Pois se a vida está cara, a morte começa a ser um luxo.

É exactamente um luxo. Por incrivel que pareça, um caixão é considerado «artigo de luxo». Temos de pagar como tal. Para os indigentes, a Misericórdia paga o enterro. Também a Caixa de Previdência contribui com 2 000$00. Para que dá esta verba? No fundo quem tem de pagar o funeral são os parentes. Sabe-se lá às vezes com que sacrifícios.

O funeral mais barato (já deve ter aumentado) custa 5200$00. É um funeral civil, com urna de pinho simples, sem faixa, com forro de papel, a sair da residência para o cemitério da circunscrição. Vamos dar outras tabelas: 6 000$00 (funeral civil, com urna de pinho com molduras lisas, com forro de papel); 7 550$00 (funeral, com urna de pinho de escultura ou talha dourada com molduras e tremidos com forro de papel).

No entanto, o funeral que está com mais «saída» é o que anda à volta dos dez mil escudos — funeral civil, com urna **de pinho de escultura ou talha dourada com molduras a tremidos, estofada.**

Por curiosidade: o mais caro anda à volta dos 60 contos — o funeral civil, com urna de pau santo brasileiro «Leva um lindo enterro» é o comentário.

OS INTERMEDIÁRIOS

Se as pessoas morrem em casa, basta um telefonema para a agência funerária e esta ocupa-se de tudo. Mas se falecer depois das 19 horas, terá de esperar pelo outro dia de manhã. Um acordo entre a Associação patronal e o Sindicato, que data de 1941, decidiu que não se trabalhava neste período nocturno.

Também se o médico é da Caixa de Previdência e o paciente faleceu sexta-feira à tarde é um sarilho, pois para encontrar o médico que passa o certificado de óbito é o cabo dos trabalhos.

Se o falecimento se dá num dos hospitais civis de Lisboa, tudo se complica. Quando um individuo aparece de gravata preta num hospital, é positivamente «assaltado» por uma série de cavalheiros — os intermediários — que fazem a «propaganda» das agências funerárias que os contratam. «Vá ali que lhe fazem um desconto»; «tome lá esta direcção que lhe tratam de tudo num instante». Num momento de profunda dor, numa altura em que as pessoas se encontram psicológicamente afectadas, isto parece um auxílio amigo». De facto não é. Os intermediários recebem 10 ou 20 por cento de gratificação. Quem paga? O cliente.

A Associação dos Comerciantes de Artigos Funerários e Religiosos do Distrito de Lisboa (com 67 sócios) tem tentado tudo travar este processo de actuação dos seus próprios associados. Multiplica os inquéritos, as multas. Sem êxito. Chega-se sempre a um beco sem saída.

A Associação pretende fazer cumprir o acordo existente com a Administração dos Hospitais Civis de Lisboa, o Hospital de Santa Maria e o Instituto de Medicina Legal. Trata-se de uma escala onde se podem inscrever todas as agências aguardar a sua vez. Nesse acordo, a Associação compromete-se a dar facilidades aos funerais dos funcionários daqueles estabelecimentos, enquanto a Administração se compromete a permitir o acesso aos Serviços encarregados das marcações dos funerais. É esta escala e este acordo que os «intermediários» violam diariamente. «Queremos dignificar a classe» disse-nos um dirigente da Associação. Mas a ambição do lucro não o deixa, ao que parece.

VESTIR UM MORTO: 70 ESCUDOS

Os funerais estão caros. Melhor estão caríssimos. Mas o enumerar das despesas também arrepia. Em 1976, a Associação contribuiu com 308.825$ para a conservação (?) das casas mortuárias dos Hospitais Civis de Lisboa; 232 contos para gratificações aos funcionários das mesmas casas e 165 contos para os trabalhadores do Instituto de Medicina Legal. Esta última verba é para vestir os mortos. Dá 70$00 por cada morto.

Mas não é só isso. Também tem de «escorregar» mais alguma coisa para que «tudo ande mais depressa». Cerca de 110 contos foi quanto a Associação contabilizou em 1976 no pagamento à Polícia que transporta um cadáver do Hospital de

As campas de mármore andam privações em vida?

À MEMÓRIA DO TESTEMUNHO

Nos cemitérios os corpos vão apodrecendo encerrados nas urnas dos jazigos de pedra mais ou menos enfeitada ou aconchegados na madeira de diferentes custos enterrada nas covas.

Para valer à mudez dos mortos acharam por bem os vivos indentificá-los no último espaço em que eles se vão perdendo no tempo que a História referencia.

Quase sempre a identidade dos mortos vem associada a palavras que traduzem o vazio afectivo cavado pela morte nos corações vivos dando as inscrições das campas não a teia dos afectos mas a uniformidade morta das fórmulas iniciadas «A Memória de...», reforçada pela «Eterna Saudade» que termina no desejo de «Paz à sua Alma».

Assim os cemitérios são um dos testemunhos vivos de que nem a morte escapa à delimitação da opressão alimentada pelo conformismo das fórmulas seculares que impedem o brotar sem mutilações da vida.

H.B.

PUB

Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores do Comércio

Calçada Marquês de Abrantes, 45-3.º
Telef. 60 75 01 — LISBOA-2

COMUNICADO

Os Sindicatos dos Trabalhadores do Comércio, reunidos em plenário no dia 27 de Fevereiro, para discussão e tomada de posição face à anunciada intenção do Governo em publicar um decreto-lei de alteração aos horários de abertura e encerramento dos estabelecimentos comerciais, decidem :

I — Manifestar o maior repúdio pela forma escandalosa como o Governo decidiu tratar a questão, sem submeter aos sindicatos a discussão prévia do decreto-lei.

II — Lutar e mobilizar todos os trabalhadores do Comércio contra a publicação do referido decreto-lei.

III — Apoiar firmemente a concentração promovida pelo Sindicato de Lisboa para o dia 28/2 (hoje) e todas as formas de luta a encetar pelos Sindicatos em todo o País.

IV — Reafirmar a intenção de que os trabalhadores do Comércio não cederão nas suas conquistas da Semana Inglesa e do descanso ao Domingo.

V — Mais reafirmamos, como sempre, estarmos abertos ao diálogo no sentido de se estudar conjuntamente esta questão.

Os Sindicatos do Comércio dos Distritos de : Lisboa, Porto, Setúbal, Santarém, Coimbra, Aveiro, Braga, Viseu, Castelo Branco, Leiria, Beja, Évora, Guarda e Portalegre.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 1977

Circo sobre gelo

POR IMPOSIÇÃO DO PÚBLICO

MAIS UMA SEMANA

ATÉ DOMINGO DIA 6

Instalado no Parque de Jogos do HCP na Avenida do Brasil
Telef. 804545

HOJE MATINÉE
Às 16 horas
NOITE ÀS 21.30
SÁBADOS E DOMINGOS

4 «Matinées» infantis
Às 14.30 e 17.30

BILHETEIRAS
ABEP — Praça dos Restauradores ou no Circo a partir das 10 horas da manhã

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE LISBOA

GRANDE MANIFESTAÇÃO EM DEFESA DA SEMANA INGLESA

Face à recente deliberação do Conselho de Ministros em **retirar aos Trabalhadores do Comércio a Semana Inglesa, a Direcção deste Sindicato declara paralisação total da actividade dos Trabalhadores do Comércio na próxima segunda-feira, dia 28 de Fevereiro, às 18 horas,** convocando todos os trabalhadores para uma grande manifestação de protesto.

— **CONCENTRAÇÃO ÀS 18 HORAS NO ROSSIO**
— **DESFILE ATÉ S. BENTO**
— **ENTREGA AO PRIMEIRO-MINISTRO DA TOMADA DE POSIÇÃO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO**

* **Pela defesa da Semana Inglesa**
* **Não ao avanço dos monopólios**
* **Contra o capitalismo pelo socialismo**
* **Em frente, pela defesa dos interesses da classe**

Lisboa, 25 de Fevereiro de 1977

O preço dos funerais continua a na indústria

HORA DA MORTE"

am á volta de 30 a 40 contos. O luxo na morte compensa as

Santa Maria para o Instituto de Medicina Legal, isto é, 200 escudos por cada morto.

Depois, o pagamento aos trabalhadores das agências. «Achamos que devem ganhar bem. É um trabalho muito ingrato. A média salarial anda à volta de dez mil escudos, mas pouca gente o gosta de fazer».

AS TABELAS

Para que conste, apresentamos agora algumas das despesas inerentes a um enterro e que se encontram tabeladas por aprovação da maioria de sócios daquela Associação, uma Assembleia Geral em 7 de Outubro de 1976.

Uma almofada para o caixão — 100$00; lençol e almofada — 350$00, e o tule — 200$00. Mas se o morto leva um hábito religiosos, tem de pagar também à parte. O hábito das Carmelitas custa 650$00, os hábitos de Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora de Fátima, Santa Filomena, Santa Rita e Santa Teresinha são mais caros — mil escudos. O mais dispendioso é o hábito da Ordem do Carmo e S. Francisco — 1 500$00. Poucas pessoas, no entanto, optam por vestir assim os seus familiares. O hábito é levar um fato normal.

Para o soldador (soldadura da urna e cal) são 500 escudos. Um autofúnebre (raio de presente, tem de se desembolsar 150 escudos. Mas a licença de missa em casa sobe para 1 006$00. Pelo depósito, 24 horas, na paróquia, paga-se 600 escudos. E por aí fora.

O transporte nas carretas funerárias também está tabelado. O aumento de gasolina deverá levar a uma revisão dos preços, recentemente acordados. Um auto-fúnebre (raio de 30 km) leva 1 500$00, num raio de 100km: 2 000$00, 150km — 3 000$00 a além de 300 km, 8$00 por cada quilómetro.

Aqui ficam alguns dos preços que levam a que «morrer esteja pela hora da morte». Mas outras indústrias subsidiárias continuam a enriquecer: as empresas que se dedicam ao fabrico de jazigos de mármore, de coroas de flores...

Uma campa de mármore custa à volta de 30 a 40 contos. Sobretudo na província, as campas são um luxo impressionante. Pessoas que se privaram de tanta e tanta coisa em vida, quando alguém da família morre, aplicam todas as economias de uma vida de trabalho... na campa.

É o caso de uma viúva, cujo marido foi esmagado por um tractor. Vida de sacrifícios. Pois, naquele domingo de manhã, ela limpava cuidadosamente a campa, colocava grandes ramos de flores e chegava ao cúmulo de ter lá um pequeno tractor em mármore. Uma das mais caras do cemitério da terra. Depois, regressa a casa. Ao trabalho. Tem cinco filhos para criar.

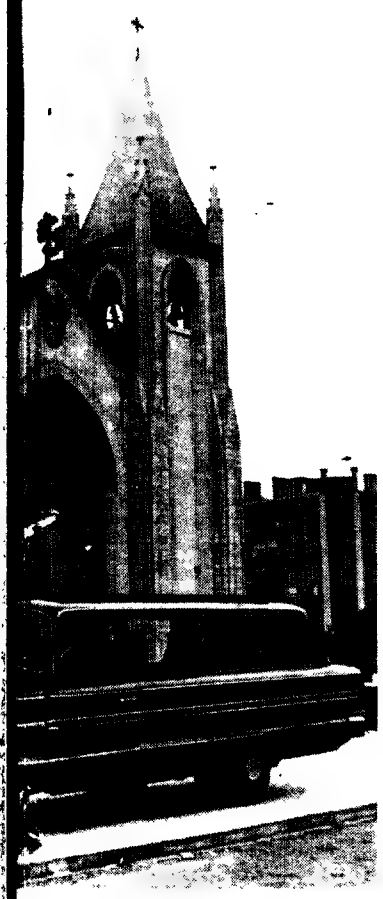
ESPAÇO PARA MORRER

Por último, resta-nos sublinhar a falta de espaço para morrer. Os cemitérios não chegam para alojar os mortos. Apertados em vida, numas casas pequenas e nos transportes a abarrotar, os mortos também não têm muitas vezes lugar. Por vezes, se deviam ser enterrados nos Prazeres vão ficar no Lumiar, se moravam perto do cemitério da Amadora, acabam por ir para Oeiras. A menos que haja um conhecimento, uma «cunha» ou alguma gorjeta.

«Está enterrado. Acabou-se tudo» — pensa-se. Nem por sombras. Ao fim de cinco anos, tem de se levantar o corpo. Pagar, depois, todos os anos pelo aluguer de uma caixa onde ficam os ossos. Ou então, segue para a vala comum. Os outros ficam nos jazigos. «Mas também morrem. Se eles pudessem, ficavam cá. Mas também morrem» — diz-me aquele homem, de mãos nos bolsos, com ar triunfante, à saída do cemitério da Ajuda. Puxa dum cigarro e vai à vida. «Não me preocupo com essas coisas de caixões. Os que cá ficam que não paguem! Já não podem lá ir abaixo buscar o caixão, não é?» — conclui — Tratem-me mas é bem em vida, é a única coisa que se leva para debaixo da terra».

F.M.

«Mortos da vala comum ocupem os jazigos» foi um «slogan» que estava nas paredes logo depois do 25 de Abril. Ou a denúncia de desigualdade entre os mortos.



a aumentar. Quem põe um travão ria da morte?

VIAGENS AVIBAR

MARAVILHOSO CRUZEIRO À MADEIRA

De 21 a 25 de Abril

Fretamento especial do N/M «FUNCHAL» Aproveitando o Feriado de Abril, vá connosco numa viagem inesquecível. A preços excepcionais.

DESDE .... 3.950$00

Abertos à hora do almoço

Consulte-nos e peça-nos programa detalhado

AGÊNCIA DE VIAGENS AVIBAR Av. Liberdade, 49 Barcelos Tel. 82923
TURALGARVE Praça da República, 98-100 Loulé Tels. 62143/4
EM LISBOA: TURALGARVE
RUA LUCIANO CORDEIRO, 6-C T. 538240 40008

UNIÁGUAS
EMPRESA DE ÁGUAS MINEROMEDICINAIS DE MAÇÃO, S.A.R.L.

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas:

De harmonia com a Lei e os Estatutos vimos submeter à vossa apreciação as Contas de 1975.

A conjuntura que caracterizou este exercício não nos permitiu, como era nosso desejo, implantar em plena actividade a vossa empresa.

Esperançados numa próxima operação favorável daquela conjuntura desencadeámos as acções que nos pareceram adequadas para oportunamente se dinamizar a actividade da empresa.

Dentro desta orientação conduziram-se negociações no sentido de obter os financiamentos de que a empresa necessita, cujo resultado se espera seja favorável.

Paralelamente elaboraram-se os projectos necessários, quer para a actividade normal da empresa, quer para um melhor aproveitamento do seu património imobiliário, onde estão incluídos os projectos de urbanização da Quinta de Tavira e os relativos à exploração do conjunto termal da empresa.

Lisboa, 20 de Dezembro de 1976

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente — *Manuel Pereira*
Rogério Calderon da Silva Ramos
António de Sousa Pinhão

BALANÇO GERAL, EM 31 DE DEZEMBRO DE 1975

ACTIVO

	IMPORTÂNCIAS	
DISPONÍVEL:		
Caixa		9 446 243$00
IMOBILIZADO:		
Gastos Plurienais Iniciais	369 298$19	
Amortização	— 170 604$91	198 693$28
Estudos, Projectos e Desenhos	318 035$96	
Amortização	— 142 200$74	175 835$22
Concessões e Patentes		3 350 000$00
Prédio de Mação		300 500$00
Móveis e Utensílios	66 346$11	
Amortização	— 7 371$79	58 974$32
Viaturas Automóveis	72 000$00	
Amortização	— 18 000$00	54 000$00
Obra e Propriedade de Tavira		11 511 534$70
Balneários c/Instalações	1 022 048$10	
Amortização	— 113 560$90	908 487$20
Terrenos		20 000$00
Casa de Envendos		16 827$50
Fábrica de Engarrafamento e Oficina		15 612$00
Maquinismos	120 000$00	
Amortização	— 12 000$00	108 000$00
SITUAÇÃO LÍQUIDA PASSIVA:		
Ganhos e Perdas		
Resultado de exercícios anteriores	779 426$44	
Resultado deste exercício	655 542$54	1 434 968$98
		27 599 676$20

PASSIVO

	IMPORTÂNCIA
EXIGÍVEL:	
Devedores e Credores	12 145 659$30
Credores Especiais	9 051$60
Letras a Pagar	404 079$50
Bancos	40 885$80
NÃO EXIGÍVEL:	
Capital Social	15 000 000$00
	27 599 676$20

O TÉCNICO DE CONTAS
José dos Santos Matos de Carvalho

OS ADMINISTRADORES
Manuel Pereira **António de Sousa Pinhão**

EXERCÍCIO DE 1975 — RESUMO DE GANHOS E PERDAS

DÉBITO

	IMPORTÂNCIA —$—
Remanescentes iniciais	47 900$50
Custos de Balneários c/Exploração	480$00
Fundo do Desemprego	6 262$00
Contribuição Predial	81 919$30
Serviços de Contabilidade	3 053$50
Expediente e diversos	59 947$30
Encargos Financeiros	13 221$30
Seguros (não de vida)	4 146$60
Valores selados	2 226$00
Notariado e Contencioso	4 475$00
Despesas de conservação e reparação	463 738$34
Amortizações	687 369$84

CRÉDITO

	IMPORTÂNCIA —$—
Remanescentes finais	31 827$30
Produto de Vendas da Exploração Agrícola	655 542$54
Resultados do exercício	687 369$84

O TÉCNICO DE CONTAS
José dos Santos Matos de Carvalho

OS ADMINISTRADORES
Manuel Pereira **António de Sousa Pinhão**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, tomámos conhecimento das dificuldades sentidas pela empresa, por motivos que lhe foram alheios, na obtenção oportuna de elementos contabilísticos que permitissem o acompanhamento da sua actividade, com a regularidade desejável.

Essas dificuldades conduziram a que apenas agora fosse possível apreciarmos o relatório, balanço e contas referentes ao ano de 1975.

Como resultado da análise feita, bem como do exame a documentos e valores e da observação dos critérios valorimétricos adoptados, podemos afirmar traduzirem aqueles a exacta situação económico-financeira e patrimonial da Sociedade.

Assim somos de parecer que sejam aprovados o Relatório, Balanço e Contas referentes ao exercício de 1975.

Lisboa, 27 de Dezembro de 1976

O CONSELHO FISCAL

Presidente — *José Rodrigues Martins*
José Luís Lobato Pereira Santo
Luís David Rodrigues

Estrangeiro

EL SALVADOR

Povo na rua em protesto contra fraudes eleitorais

Partidários da oposição de esquerda ocuparam ontem o centro de São Salvador, capital de El Salvador, na América Central, como protesto contra a derrota do seu candidato na eleição presidencial realizada há uma semana. Milhares de manifestantes ergueram barricadas bloqueando todas as ruas que conduzam ao centro comercial da cidade. Outros concentraram-se na praça principal, pelo quinto dia consecutivo, a fim de ouvirem líderes da União da Oposição Nacional — U. O. N. — os quais denunciam as fraudes verificadas nas eleições. Com efeito, a oposição salvadorenna acusa que o Conselho permitiu a inclusão de 400 000 nomes imaginários nos cadernos eleitorais, que apresentam um total de 1,8 milhões de eleitores. Esta manipulação deu a vitória ao Partido de Conciliação Nacional — P. C. N., que apresentou como candidato o ultra-direitista ex-ministro da Defesa, general Carlos Romero, com 67,3 por cento dos votos. O seu único opositor nas urnas era o candidato da U. O. N., coronel Ernesto Claramount, um liberal popular que conta com grandes apoios junto dos jovens oficiais do Exército.

A U. O. N. teve um prazo até a passada terça-feira para apresentar os seus protestos e para fornecer provas das acusações de fraude que faz. O Conselho Eleitoral de El Salvador deverá pronunciar-se dentro de 24 horas. Se a vitória do P. C. N. for confirmada, estará sendo iniciado o quarto período de Governo de cinco anos do P. C. N., que detém ainda todos os lugares no Parlamento devido à oposição não ter concorrido nas eleições do ano passado. Entretanto, os oradores dos comícios disseram que não levantarão as barricadas até ser tomada uma deliberação a favor dos protestos da U. O. N. Até agora, não se registaram recontros com a Polícia.

A fraude que deu a vitória ao ultra Romero, apoiado pelo actual ditador Molina, que por sua vez é sustentado pelo ditador da Nicarágua, Anastasio Somoza, é facilmente comprovável. Em 1972 estavam registados aproximadamente 900 mil salvadorenhos nos cadernos eleitorais. Em 1977, de maneira alguma, poderiam estar registados 1,8 milhões, sem que as inscrições fossem aumentadas artificialmente.

No México, onde está exilado o major Pedro António Guardado, presidente da Junta Militar que tomou o Poder em 1972 e que foi deposta 14 horas depois, Junta esta que tinha um carácter progressista, sai agora um apelo à solidariedade dos Governos democráticos — incluindo o de Jimmy Carter. Numa conferência de Imprensa concedida na noite do passado dia 25, na capital mexicana, o major Guardado pediu a ajuda de todas as forças democráticas do mundo para que não permitam a continuidade da fraude em que vive El Salvador. O apelo incluiu o presidente dos Estados Unidos, país que, como é fácil de constatar, tem apoiado até agora a ditadura de El Salvador, idêntica às outras tantas que existem pela América Latina. O major Guardado informou que, dentro do país, existe um movimento patriótico de jovens oficiais que estão dispostos a acabar com a ditadura de Molina e com a consequente corrupção que grassa em todos os sectores. Este movimento da juventude militar, do qual é um dos membros no exterior, poderá apoiar a agitação popular que se está a registar por causa das fraudes eleitorais, e está apto a estabelecer em El Salvador um Governo constitucional, não opressor, que acabe com a miséria e a injustiça social. Em El Salvador, 0,20 por cento da população de 4100 mil pessoas, detém 49 por cento das terras cultiváveis.

RFA

Rede terrorista de direita ligada a cientista nuclear

Segundo informa o semanário alemão «Der Spiegel», Klaus Robert Traube, um cientista nuclear que trabalhava na «Interatom», uma subsidiária da «Siemens» especializada na construção de reactores, foi afastado das suas funções. Motivo: provadas ligações com uma rede de terrorismo internacional, de extrema-direita. O ministro do interior da RFA, Werener Mainhofer, confirmou que, durante 1975 e 1976 foi exercida uma severa vigilância sobre Traube, que incluiu abertura de correspondência, escuta telefónica e montagem de aparelhos de escuta na sua casa. Rejeitando alegações da «Der Spiegel», este ministro argumentou com o perigo que poderia advir do aproveitamento dos conhecimento de Traube pelos extremistas de direita, com os quais mantinha estreitos contactos. Uma das ligações mais próximas de Traube é Hans Joachim Klein, um dos elementos que em Dezembro de 1975 atacou, em Viena, o local de reunião dos ministros da OPEP, além da advogada Inge Hornischer. Entretanto, ainda segundo o semanário alemão, o Governo da RFA permanece sem determinar se as actividades de Traube se destinavam a apoiar os terroristas ou se ele utilizava os seus conhecimentos e a possibilidade de acesso a materiais atómicos para os ajudar na construção de engenhos ou armas nucleares. Contudo, a vigilância sobre o cientista teve início quando as autoridades federais começaram a manifestar preocupações pelas implicações resultantes de três ataques à bomba a instalações nucleares francesas, efectuadas entre Maio e Agosto de 1975.

Um dos homens da ciência mais conceituado no país, Traube tinha acesso pessoal a materiais radioactivos e de fissão armazenados nos depósitos do plutónio e grandes reservas de sódio. Os materiais do depósito, combinados com oxigénio, são susceptíveis de formar uma substância explosiva de grande potência.

Antes de ser contratado pela Interatom, Traube foi qualificado como um dos três únicos técnicos especializados no mundo para as funções que exercia. Agora, recusou-se a comentar os seus contactos com extremistas de direita, disse que está desempregado mas que já pedira colocação no projecto europeu de fusão nuclear «Jet».

Hussein confirma que recebeu fundos secretos da CIA

O rei Hussein afirma que a Jordânia recebeu auxílio financeiro da C. I. A., os serviços secretos norte-americanos, destinado a aumentar a capacidade do país no campo dos serviços secretos e da segurança, assevera hoje a «Newsweek».

Contudo, o soberano descreveu como «ridículas e insultuosas» alegações de que o dinheiro era para seu benefício pessoal.

Segundo a revista, o monarca declarou numa entrevista que notícias, publicadas em jornais nos Estados Unidos, de que recebera dinheiro da C. I. A. eram «uma mentira completa».

Disse que era prática tradicional nos países árabes cheques passados em nome do chefe de Estado serem depositados na conta orçamental do Estado. Hussein notou que considerava a C. I. A. como uma secção do Governo norte-americano ajudando a Jordânia a realizar operações mutuamente vantajosas.

Acrescentou pensar que dois grupos queriam beneficiar com as notícias da Imprensa norte-americana — indivíduos que tentam sabotar a luta da C. I. A. contra o comunismo e aqueles que não estão interessados num acordo de paz no Médio Oriente.

OPEP debate auxílio ao Terceiro Mundo

Ministros das Finanças de Estado produtores de petróleo iniciam hoje uma sessão de dois dias em Viena para planear como devem ser gastos cerca de mil milhões de dólares (aproximadamente 30 milhões de contos) destinados a auxiliar países em vias de desenvolvimento.

Aguarda-se também que a sessão se comprometa quanto a um novo fundo, criado pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em Nairobi, para estabilizar os preços de artigos produzidos por países do Terceiro Mundo.

Entretanto, o negociador-chefe dos preços do petróleo iraniano, Jamshid Amouzegar, disse ontem em Teerão que a Arábia Saudita tinha aumentado os preços das suas ramas de petróleo em nove por cento e não cinco por cento, como em princípio decidira.

Exército ugandês em estado de alerta

O Uganda colocou hoje os 28 mil homens das suas forças armadas em estado de alerta, devido à presença duma força naval norte-americana estacionada ao largo da costa oriental da África.

O alerta segue-se ao envio dessa força, na qual se inclui o cruzador «Enterprise», a pretexto de defender os cidadãos norte-americanos, que o presidente Amin proibiu de sair do Uganda, até ao dia de hoje, segunda-feira. Este prazo foi, entretanto, alargado para mais dois dias. A justificação de Idi Amin para ordem tão insólita é a de que deseja conversar com todos os cidadãos norte-americanos residentes no país. As 48 horas agora acrescentadas ao prazo inicial destinam-se, segundo Amin, a dar tempo aos cidadãos americanos residentes em pontos afastados do território, de chegarem à capital aonde vai efectuar-se a reunião. Entretanto, o Uganda convidou observadores dos EUA a virem assistir à projectada reunião.

Interrogado em Washington, o secretário norte-americano da Defesa, Cyrus Vance, declarou que o alargamento do prazo não o inquietava e que o seu país tinha recebido garantias de que a vida dos cidadãos americanos residentes no Uganda seria respeitada.

Cinco mortos no Ulster

Atentados à bomba e a tiro causaram este fim-de-semana no Ulster (Irlanda do Norte) a morte de cinco pessoas: um sargento da Polícia, um merceeiro e três desconhecidos, dois dos quais mortos na explosão de um carro, causada, ao que se supõe, pelas próprias vítimas, que estariam a manejar uma bomba.

As autoridades pensam que se trata de uma ofensiva do I. R. A. (Exército Republicano Irlandês) contra a Polícia e comerciantes.

Enquanto isto, numa reunião do movimento «Mulheres para a Paz» foi afirmado que «há explosivos suficientes em Belfast para destruir a cidade e que isso pode acontecer no Verão». Na reunião decidiu-se criar um grupo de paz em cada cidade da Irlanda do Norte.

"Semana pela Amnistia": êxito no País Basco

Os dois primeiros dias de «Semana pela Amnistia», em toda a região basca espanhola, saldaram-se num grande êxito nomeadamente nas províncias de Guipuzcoa e Biscaia. A «Semana» é organizada pelos partidos políticos de esquerda e pelos movimentos nacionalistas. Entretanto, ontem, a polícia já deu o ar da sua graça, na pequena aldeia de pescadores de Lequeito, provocando traumatismo craniano numa jovem de 21 anos. Depois, munidos com granadas lacrimogénias, 60 guardas forçaram a porta de um presbitério e, contra a vontade do cura, expulsaram mais ou menos 100 manifestantes que ali estavam reunidos. Muitos dos presentes também acabaram feridos.

Em três dezenas de cidades de Guipuzcoa, nomeadamente em San Sebastian e em outras tantas cidades da Biscaia, com relevo para Bilbau, milhares de bascos fecharam-se desde a sexta-feira em igrejas e câmaras municipais para estabelecer comissões de trabalho e ler cartas de presos políticos bascos.

Ao mesmo tempo, cerca de 14 mil agricultores bloqueavam ontem diversas estradas no norte de Espanha, a reclamar uma política de preços, assistência social e criação do seu sindicato. O movimento dos lavradores iniciou-se a 19 de Janeiro, na Galiza, e já espalhou-se a Leon, Logronho, Navarra, Burgos, Alava e começa na Andaluzia.

China: destituído o ministro dos Desportos

Chang Tse-tung, ex-campeão mundial de ténis de mesa, que se tornara ministro chinês dos Desportos, foi substituído por Wang-meng, seu antecessor no cargo. Chuang fora implicado nas relações com o «Grupo dos Quatro», embora o seu caso pareça ser susceptível de reabilitação.

O editorial publicado neste fim-de-semana pelo «Jornal do Exército de Libertação» torna claro ao Exército o apelo a ordem e disciplina lançado pelas novas autoridades aos sectores industrial e agrícola. Na opinião dos observadores, as Forças Armadas são o grande esteio do regime. O editorial aponta a «Sexta Companhia Inflexível» como o paradigma pelo qual as Forças Armadas devem reger-se, tal como o campo petrolífero de Tachingce a comuna de Tachai são apontados respectivamente para a indústria e para a agricultura.

Enquanto isto, Leonid Iliytchev, principal negociador soviético nas conversações fronteiriças com a China, que se encontrava em Pequim há três meses, partiu hoje da capital chinesa. Segundo a A. F. P., as conversações parecem não ter contribuído para melhorar as relações entre os dois países.

Nos E. U. A., o secretário norte-americano de Estado, Cyrus Vance, vai averiguar se o seu antecessor chegou a acordo com Pequim no sentido de um corte de relações Washington-Taipé.

Noticiário em colaboração com as agências ANOP, France Presse Inter Press Service, Novosti, Prensa Latina e Reuter

VIAGENS AVIBAR

CRUZEIRO DA PÁSCOA

MADEIRA

De 6 a 11 de Abril

Fretamento especial do N/M «FUNCHAL»

APROVEITANDO OS FERIADOS DA PASCOA

Vá connosco numa viagem inesquecível

A preços excepcionais

Desde ..... 4.480$00

Abertos à hora do almoço

Consulte-nos e peça-nos programa detalhado

AGÊNCIA DE VIAGENS AVIBAR Av. Liberdade, 49 Barcelos Tel. 82923
TURALGARVE Praça da República, 98-100 Loulé Tels. 62143/4
EM LISBOA: TURALGARVE
RUA LUCIANO CORDEIRO, 6-C T. 538240-40008

Televisão
Canal da Crítica

Por MARIO CASTRIM

AMIGOS, AMIGOS... TELEVISÃO À PARTE...

A Televisão apresentou a canção vencedora do seu festival.

Foi tudo muito rápido, muito frio, género «pois sim, para que me deixes». Paulo de Carvalho, num extraordinário golpe de rins, resumiu a situação em duas palavras: «Estamos aviados...»

Realmente, aquilo não fora **informalismo** «como queria o desataviado confuso, baralhado Nicolau Breyner. Aquilo fora de gelo. Visivelmente, a RTP estava desejosa de ver «Os Amigos» pelas costas. Amigos daqueles não lhe servem.

A pressa foi tão escandalosa que os telespectadores ficaram sem saber em que consistiam os prémios...

«Portugal no Coração»: mais do que a vitória de uma canção, foi a vitória da higiene. Que só pode agradar a quem tem (ou quer ter) as mãos limpas.

ARTIGO 275

A Televisão Portuguesa deu ampla cobertura às declarações de um militar. As declarações foram desmentidas pelas organizações políticas atingidas. O militar reincidiu em entrevista ao Blanco (claro!), entrevista citada e não televisionada.

Não se trata, nesta crónica, de criar polémicas. Longe de mim! Não quero, já agora, que a C. A. P., a C. I. P., o C. D. S. e o P. P. D., bem como indivíduos mais ou menos afins, me acusem de pretender «desestabilizar».

Trata-se apenas de lamentar que certas individualidades, em vista do alto cargo que desempenham não se coibam de usar expressões vulgares nos **bas-fonds** do M. R. P. P., A. O. C., P. C. de P.-M. L., e outras organizações ultra-reacio-nárias.

Isso não os honra nada. Isso não aumenta a respeitabilidade das feições que exercem.

Quando se trata de militares, recorde-se o número 2 do Artigo 275, segundo o qual eles não podem «aproveitar-se do seu posto para impor, influenciar ou impedir a escolha de uma determinada via política democrática».

O cumprimento da Constituição responsabiliza os cidadãos. Agredir publicamente forças políticas democráticas, no âmbito daquele Artigo, não terá, isso sim, uma intenção desestabilizadora?

O TRABALHINHO

O anúncio faz a publicidade ao livro. Livro cuja principal personagem é o ditador Salazar. Ditador cuja face nos aparece, dentro do anúncio, na sua austeridade fradesca e hipócrita. Rosto queimado por noites e noites de insónia e sempre a bem da nação, está claro...

Não me hei-de esquecer de comprar. Era o que faltava, esquecer-me eu de uma coisa dessas! Se tal fosse possível, lá estaria felizmente a publicidade na Televisão para mo recordar.

Bem, a publicidade através da TV e «A Rua» fazem trabalho de equipa. A RTP lá sabe. A verdade é que o trabalho em equipa é muito mais rendível.

C E E : À CONQUISTA DOS CORAÇÕES

O sr. Roy Jenkins é o novo presidente da C. E. E. É um homem formidável. Cumpridor; leal, de bom e gentil coração. Melhor do que ele, nem talvez mesmo o S. João Baptista.

Soubémos isto, e muito mais que o pudor me obriga a calar, através de uma entrevista promocional que já não me lembra bem se dava ou não cupão com direito a balde de plástico.

A certa altura recordo-me que «mister» Jenkins determinava a tarefa prioritária da C. E. E.: conquistar o coração dos jovens.

A C. E. E. propõe-se, portanto, uma tarefa evangélica. A C. E. E. acha que deve ter um ideal para assim captar a juventude que, declara-se, totalmente lhe escapou das mãos.

E pronto: o capitalismo quer conquistar os jovens. Como e quais — silêncio, que se vai captar o fado.

Que fará a CEE, para captar o coração de três milhões de jovens desempregados? Mistério!

«NINGUÉM ME QUER»

Mas o problema é mais grave.

«Mister» presidente acha que a C. E. E. não conquistou os jovens.

Acha também que não conquistou os homens de meia idade. Sendo porém igualmente verdadeiro que não achou aceitação entre a Terceira Idade...

Em resumo: a C. E. E. é uma desgraçada. Uma órfã. Ninguém gosta dela. Podia entoar a pobrezinha, aquela canção brasileira:

Ninguém me ama
ninguém me quer...

Deixe lá, «mister». Não faltará quem diga que é muito bom fazer parte do grupo. Nem que seja como apanha-bolas.

ANTICOMUNISMO ARMA DA REACÇÃO

O anticomunismo atinge por vezes expressões caricatas.

Em substituição dos «Jogos sem Fronteiras» começou a Televisão a transmitir os jogos «Inter-Neve», de que participam a Itália, a França e a Suíça.

A primeira emissão decorreu tendo como centro de interesse as fábulas de La Fontaine. A segunda transmitida ontem, baseava as suas brincadeiras no filme à volta das desavenças e da concórdia do Pepone e do D. Camilo. Pepone, o comunista, e D. Camilo, o padre. Reflexos e reflexões de uma realidade que exige a unidade à volta de temas essenciais se se pretende a queda no abismo.

Fialho Gouveia refere-se ao filme e caracteriza as figuras: Pepone, na descrição fialhista, «era candidato às eleições lá do sítio...»

Pergunto a mim mesmo, nessa altura, o que levará Fialho Gouveia a esconder a condição política de Pepone. A possibilidade de uma resposta vem logo a seguir quando o mesmo locutor nos diz que a função de Pepone, nestes jogos, será mostrar que «é simpático e, portanto, pessoa de confiança...» e que «vai mostrar a sua simpatia e o seu civismo, salvando um caozinho perdido na neve, depois vai dar boleia ao senhor cura e acaba por transportar até à aldeia uma velhota perdida na imensidão gelada».

Quer dizer: na perspectiva do sr. Gouveia seria intolerável relacionar os comunistas com o civismo, a simpatia, a prática das boas acções. Assim se compreende que o comunista Pepone seja «um candidato às eleições lá do sítio...»

Pobre de quem capa os gambozinos, pensando que presta um grande serviço às hierarquias...

Hoje

Romeu Correia autor de «Roberta»

I PROGRAMA

1.º Período
13.30 **Ciclo Preparatório TV**
18.05 Fecho.

2.º Período
18.30 Abertura e Janela Grande
18.55 **Abre-te Sésamo** — «Flores», «As Interrupções», «Avançar e Recuar», «O Rosto», «A Soma».
19.40 **Um Lugar para Ouvir Música** — «A Bela Moleira» — 1.º programa com o barítono José de Oliveira Lopes e o pianista Armando Vidal. Realização de Oliveira Costa.
20.00 **Teledesporto**
20.30 **Telejornal** — 2.ª edição.
21.00 O Primeiro-Ministro Mário Soares fala ao País sobre a desvalorização do Escudo e a situação Político-Económica
21.45 **Roberta** — Peça de Romeu Correia, realizada por Adriano Nazareth. Cenários de Albino Baganha. Intérpretes: Delfina Cruz, Jaime Valverde, Luis Alves, Ligia Ribeiro, Júlio Cardoso, Estrela Novais, João Paulo, Castro Gomes, Castro Guedes, Domingos Cerqueira, Júlio Couto, Monte Empina, Mário Rodrigues, Raul Dique.
23.45 **Telejornal** — 2.ª edição
00.00 Fecho

II PROGRAMA

20.30 **Telejornal**
21.00 **TV Jazz** — Sonny Rollins o Cascais Jazz-76. Apresentação de José Duarte. Produção de Nuno Martins. Realização de Luís Andrade.
22.10 **Bremen** — Retrato de uma cidade-Estado. Documentário.
22.45 Fecho.

Amanhã

I PROGRAMA

1.º Período: 13.30: Ciclo Preparatório TV. **18.05:** Fecho. **2.º Período: 18.30:** Abertura e Bonecos. **18.55:** Peço a palavra. **19.30:** O Inglês a sorrir. **20.00** Telecinema — Jornadas Portuguesas realizadas em Poitiers. **20.30:** Telejornal — 1.ª edição. **21.05:** Momento político — Um programa da Secretaria de Estado da Comunicação Social. **21.20:** Ellery Queen — 7.º episódio. **22.15:** A Europa no Século XX. Velho Continente — 5.º episódio. **23.15:** Telejornal — 2.ª edição. **23.30:** Fecho.

II PROGRAMA

20.30: Telejornal. **21.00:** Em busca do movimento. **21.25:** As investigações do major Zeman — 5.º episódio **22.25:** Fecho.

cooperativa teatro popular
Apresenta na
ACADEMIA ALMADENSE
Rua Capitão Leitão, 64
Telef. 275 21 27 — Almada
2.º MÊS
A GRANDE JOGADA!
uma divertida comédia musicada
JOSÉ VIANA · ROGÉRIO PAULO · DORA LEAL
MARIA DULCE
com ANTONIO MACHADO * CARLOS IVO * DINA MARIA * ELISA DE GUISETTE * GIL MATIAS * JANINE OSÓRIO * MANUEL COELHO * MARIA HELENA SILVA * ORLANDO FERNANDES * VICENTE BATALHA
Direcção Musical de VICTOR BONJOUR
Cenografia de VIANA, ROGÉRIO RIBEIRO, HERNANI e RUI MARTINS
Sessões às 3.as, 4.as 5.as e 6.as, às 21.30 — Sábados, às 20.30 e 23 horas — Domingos, às 16 e 21.30
EM LISBOA BILHETES À VENDA NA A. B. E. P. — RESTAURADORES
As marcações de bilhetes só se respeitam 1 hora antes do início do espectáculo.

ADÓQUE teatro
NO MARTIM MONIZ TEL. S. 44 76
O PÚBLICO IMPÕE LOTAÇÕES ESGOTADAS
A PATOTA
UMA REVISTA NUNCA VISTA!
• ANABELA
• NICHOLSON
• HENRIQUE VIANA
• MAGDA
• ERMELINDA
TODAS AS NOITES
Sessões às 20.30 e 22.30
«MATINÉE» AO DOMINGO
As 16 horas
Folga às Quartas-Feiras
(Não aconselhável a m/ 18 anos)
LIBERDADE, SOB HIPOTECA
— Uma proposta de Ermelinda Duarte
AOS SÁBADOS: PARA AS CRIANÇAS
«OS OPERÁRIOS DO NATAL»
«MATINÉES» ÀS 16 HORAS

circular é viver
Em tempo de chuva assegure-se do bom funcionamento do sistema de limpeza do pára-brisas e não deixe embaciar os vidros.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
SOS - CLÍNICA DE TELEVISÃO
COM RÁDIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRÁTIS — SERVIÇO PERMANENTE
Telefs. 722786 - 834271
Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

Desporto

PORTUGAL

AUTOMOBILISMO

A partir de hoje encontra-se em funcionamento no Hotel Estoril-Sol (andar do restaurante) o Secretariado do Rallye de Portugal-Vinho do Porto. A organização informa que estão disponíveis para serviço o telefone 2865152 e o telex 16780.

ATLETISMO

Enquanto em terras espanholas a sportinguista Conceição Alves averbava novo máximo português do salto em comprimento (5 e 93), Rosa Mota (F.C. Foz) venceu os nacionais de corta-mato femininos, realizados no Porto.

BASQUETEBOL

O F.C. Porto é guia isolado do nacional de basquetebol, após os jogos deste fim-de-semana, que forneceram os seguintes «placards»: Ginásio Figueirense, 88-Académico de Coimbra, 73; Benfica, 87-Barreirense, 78; Porto, 81-Sangalhos, 64 e Queluz, 62-Sporting, 103. Tabela classificativa: Porto, 13; Sangalhos e Figueirense, 12; Sporting, 11; Barreirense e Académico de Coimbra, 10; Benfica 9 e Queluz 7.

CICLISMO

Organizada pela Associação de Ciclismo do Sul, disputou-se a prova «José Pavoeiro», ganha por Elias Campos (Lousa). Vencedores de outras corridas realizadas no País: António Parrinha (Almodôvar) e Joaquim Colaço (Campinense), no Algarve; Venceslau Fernandes (F.C. Porto), no Porto; Flávio Henriques (Sangalhos), em Aveiro. Por seu turno, no «Grande Prémio de Valência» (Espanha), onde triunfou Perurena, o 22.º lugar foi para Joaquim Agostinho, enquanto José Martins era 45.º.

HÓQUEI PATINADO

O Oeiras (que eliminou o Carvalhos, por 9-3, no jogo da 2.ª «mão» é finalista da «Taça de Portugal» em hóquei patina-

Continua na pág. 17

ANDEBOL

Selecção eliminada técnicos demitem-se

Estava previsto: as lutas intestinas que afectam o andebol, a nível directivo, teriam de afrontar a representação nacional no «mundial»: duas derrotas e pronta eliminação foram a sequência do passeio à Áustria.

Defechos: 18-36 perante a RDA-, 14-129 face à Islândia. Os grupos e marcadores portugueses:

Com a RDA Carlos Silva (Carrasco); José Manuel (3), Franco (2), Costa (1), Ferreira Vasco, Jorge (4), Hernâni (6), Morais, Sousa e Adão. (2).

Com a Islândia: Carlos Silva (Carrasco); José Manuel (2), João Gonçalves, (3)Costa, Vasco (2), Montenegro (2), Jorge (1), Hernâni (1), Morais (1), Ferreira e Espadinha (2).

Conclusão da viagem: os técnicos Ângelo Pintado e Adelino Moura deixam o comando da selecção, descontentes com o ambiente que a rodeia.

A lista A, concorrente à direcção federativa do andebol, conquistou os votos esperados (31-18), pelo que substitui a gerência que era comandada por José Gomes Machado. Nomes do novo elenco: Alfredo Oliveira Santos (assembleia geral), dr. João Pinto Contreiras Leão (direcção), dr. Avelino Borges Baptista (conselho fiscal), dr. José Delgado Martins (conselho jurisdicional).

Jogos realizados para acerto do campeonato nacional: Sporting, 30-CDUL, 15 e Bairro Latino, 17-Beira-Mar, 17.

Entretanto, em Espanha, o Vitória de Setúbal joga com o Lasalle e com o Teka: derrotas (respectivamente) por 19-23 e 17-20.

TOTOBOLA

BOLETIM COM 13

Varzim - Boavista	1
Setúbal - Belenenses	1
Académico-Benfica	2
Estoril-Guimarães	X
Braga - Portimonense	1
Atlético - Beira-Mar	1
Vila Real - Gil Vicente	1
T. Novas - Portalegrense	2
Torriense - Marinhense	1
A. Viseu - Sanjoanense	1
Sesimbra - Barreirense	X
CUF - Marítimo	X
Juventude - V. Gama	X

Entre Mamede e Simmons, Carlos Lopes marca o compasso

Lopes: um título em passeio

O sportinguista Carlos Lopes conquistou o título de campeão nacional de corta-mato, ao vencer 1.º «Grande Prémio das Amendoeiras em Flor», disputado nos relvados dos campos de golfe de Vilamoura (Algarve). O atleta verde-branco percorreu os 12 mil metros em 35 minutos, 41 segundos e 4 décimos. O 2.º classificado foi o inglês Tom Simmons, que gastou mais 14 segundos. Na prova participaram 180 atletas portugueses e 13 estrangeiros.

Calcula-se em cerca de 15 000 espectadores a assistência que presenciou a prova, que se realizou pela primeira vez em 1922 e este ano foi aberta a clubes de todos os países.

Classificação dos primeiros: 1 — Carlos Lopes, Sporting, 35.41,4; 2 — Tony Simmons, Inglaterra, 35.55,4; 3 — Fernando Mamede, Sporting, 36.40,0; 4 — Pierre Liardet, França, 36.59, 2; 5 — John Wild, Inglaterra, 35.17,4; 6 — M. Paiva, Centro de Atletismo do Porto, 37.24,8; 7 — Vasco Pereira, Benfica, 37.44,0; 8 — Dan Glans, Suécia, 37.49,0; 9 — Dic Evans, País de Gales, 37.56,4 e 10 — Carlos Cabral, Sporting, 38.02,0.

O melhor espanhol foi Juan Baron, em 46.º lugar, antecedido, no que se refere aos concorrentes estrangeiros, dos suíços Schuell e Lafranchi (13.º e 21.º respectivamente) e do sueco Johansson, que se classificou no 31.º lugar. Por equipas, o Sporting foi 1.º (com 34 pontos) seguido do Benfica (37) e do F.C. Porto (129).

A anteceder a prova de seniores realizaram-se os corta-matos de juvenis e de juniores, nas distâncias de 5 mil e 8 mil metros. O primeiro foi ganho por A. Leite (do Espinho) que cobriu a distância em 16.22,4, seguido de C. Pereira (do A.N.A.) (16,40 s) e de H. Sequeira, do Sporting (16.45,0). O melhor espanhol foi Juan Eglésias, em 11.º lugar. A equipa do Centro Paroquial de Fátima triunfou por equipas (107 pontos) seguida do Sporting (120) e do Benfica (149).

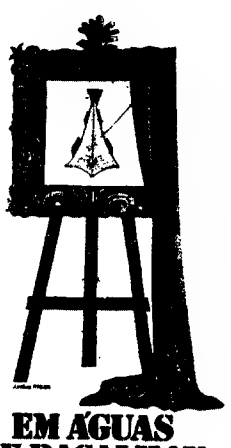
João Campos, do Sporting, venceu a corrida de juniores, tendo percorrido os 8 mil metros em 25.38,8. O 2.º classificado, Fernando Miguel, do Estrela Azul, fez o mesmo tempo, e o 3.º (J. Costa, do Avintes) 25.42,2. O melhor espanhol foi Vítor Gonzales em 11.º lugar. O Sporting triunfou por equipas (36 pontos), seguido do Olivais Sul (141) e do Avintes (159).

TEATRO/Tel. 366745

ABC

Não acons. a menores de 18 anos

DENTRO DE DIAS A SUPER REVISTA



EM ÁGUAS DE BACALHAU

COM

F. ORBELA
NICOLAU
OCTÁVIO DE MATOS
VERA MÓNICA
SIMONE
VICTOR MENDES
NUNO EMANUEL
NINA FLORES
Ballet ABC Dancer's
50 FIGURAS EM CENA
UM GRANDE ACONTECIMENTO ARTÍSTICO

Reserve ou adquira já o seu bilhete

SEXTA-FEIRA, 4
SÁBADO, 5
e DOMINO, 6
Às 21 e 30
(3 ÚNICAS NOITES)

TEATRO ABERTO
P. de ESPANHA (metro PALHAVÃ) telef. 77 09 69

grupo 4 apresenta

«COMO O SR. MOKIMPÓTE SE LIBERTOU DOS SEUS TORMENTOS»
de PETER WEISS; versão de ARY DOS SANTOS; encenação de RUI MENDES

E AINDA

PAULO DE CARVALHO, FERNANDO TORDO, ARY DOS SANTOS, JOAQUIM PESSOA e «OS AMIGOS»

Sábado e Domingo
Às 16 horas
«VIV'Ó PARQUE INFANTIL»
e JOSÉ BARATA MOURA

FERNANDO TORDO

A C. P. informa

FUNICULAR DE SANTA LUZIA

Tendo em vista a necessidade de efectivação da reparação periódica dos carros do Funicular de Santa Luzia, é suspensa a sua circulação no período de 23 de Fevereiro a 25 de Março.

A C. P. agradece a boa colaboração dos Srs. Passageiros.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA

AOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO SECTOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os trabalhadores de escritório, do sector, para um Plenário, no dia 1 de Março de 1977, às 21 horas nos BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS LISBONENSES, Rua Camilo Castelo Branco, n.º 33 – Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Contratação
2. Análise acerca da futura evolução do processo.

NÃO FALTES!

Lisboa, 23 de Fevereiro de 1977

A DIRECÇÃO

AUTOMÓVEL - GRÁTIS

Precisa de reparar o seu automóvel?

MICROMOTOR L.DA

OFICINAS GERAIS DE REPARAÇÃO DE AUTOMÓVEIS

Av. Paris, 3-B, ao Arieiro

Põe ao seu dispor um automóvel grátis enquanto durar a sua reparação. Marcações telefone: 720166. Oficina especializada em várias marcas

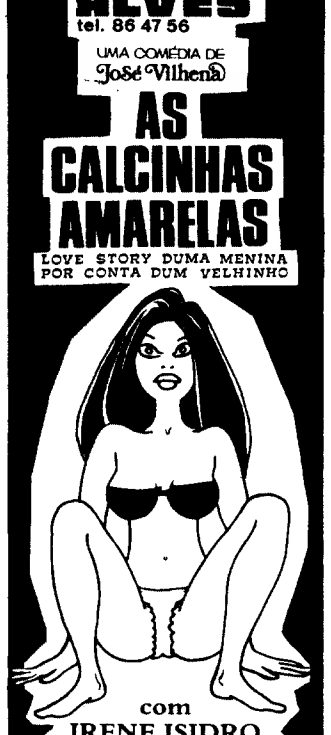
Mecânica • Bate Chapa • Pintura • Electricidade

TEATRO LAURA ALVES
tel. 86 47 56

UMA COMÉDIA DE José Vilhena

AS CALCINHAS AMARELAS

LOVE STORY DUMA MENINA POR CONTA DUM VELHINHO



com
IRENE ISIDRO
BARROSO LOPES
MANUELA MARIA
LUIZ HORTA
CARLOS MIGUEL
TEREZA ZILOC
MARIA JOÃO
E
PAULA LIMÃO

Todas as NOITES às 21.30
(excepto às 3.as feiras)
MATINEÉS
sábados e domingos às 16 h.

Desporto

"NACIONAIS" DE FUTEBOL

Benfica escapa ao Sporting

O Benfica isolou-se no comando do «nacional» da Primeira Divisão mercê do difícil triunfo (1-0) que alcançou em Coimbra frente ao Académico, beneficiando do surpreendente empate (0-0) que o Sporting consentiu ao Leixões em jogo disputado no sábado. Estes dois resultados poderão vir a ter efeitos decisivos quanto à conquista do ceptro, e terão moralizado ainda mais os campeões nacionais, entre os quais desponta o jovem Chalana, actual «coqueluche» dos benfiquistas.

Chalana, tal como no desafio contra o Sporting e o F.C. do Porto foi o marcador do tento que deu a vitória ao seu clube sobre o Académico, equipa que muito valorizou o encontro pela réplica que deu ao clube da Luz, dominando-o mesmo em certos períodos do encontro, ainda que o Benfica se visse reduzido a dez elementos já na segunda parte, por expulsão do defesa central Alhinho. De qualquer modo, um autêntico desafio de campeonato, em que as duas equipas foram dignas uma da outra.

O jogo de Alvalade teve pouca história, com a insipidez do 0-0 a corresponder à ineficácia do Sporting, que não teve talento para levar de vencida a tenacidade defensiva da jovem equipa leixonense. Para esta, o empate tem o sabor a vitória, e muito útil lhe poderá ser para fugir à descida de divisão. Este nulo corresponde à acentuada descida de forma que o Sporting tem vindo a registar desde que consentiu a sua primeira derrota no campeonato (0-1), frente ao Setúbal, quando desfrutava então de uma vantagem de seis pontos sobre o Benfica.

Por sua vez, o F.C. Porto, como que transformado por influência do regresso de Cubillas ao Peru, mostra-se mais forte de domingo para domingo, e tal como há oito dias, para a Taça, voltou a golear o Montijo, desta feita por 7-0. Excelente vitória, sem discussão quanto à sua justiça, foi a que o Varzim logrou contra o Boavista, por 2-0. Com este triunfo a turma da Póvoa do Varzim ascendeu ao quarto lugar, embora com os mesmos pontos (21) que o seu adversário de ontem (o Boavista), o que lhe abre boas perspectivas quanto a uma participação nas provas europeias da próxima época.

As vitórias do Setúbal frente ao Belenenses (2-1) e do Braga sobre o Portimonense(3-1) são resultados normais, como normal se pode considerar o 0-0 que o Guimarães alcançou no Estoril. Já o mesmo não se pode dizer do retumbante 4-1 com que o Atlético, ultimo classificado, «brindou» o Beira-Mar, onde um Eusébio em eclipse já não pode fazer «milagres». Este triunfo dos alcantarenses colocou-os mais perto dos clubes que o precedem na classificação.

O campeonato entrou agora numa fase do maior interesse, tanto pela incerteza no que respeita à conquista do título, como na luta pelos lugares para as provas europeias e no esforço de fuga aos lugares, como se pode constatar pelo modo como está ordenada a classificação: Benfica, 31 pontos; Sporting, 30; Porto, 26; Varzim, 21; Boavista, 21; Académico, 20; Setúbal, 20; Belenenses, 18; Guimarães, 18; Braga, 18; Estoril, 16; Leixões, 15; Portimonense, 14; Montijo, 13; Beira-Mar, 12; e Atlético, 11.

Próxima Jornada: Belenenses-Boavista, Benfica-Setúbal, Guimarães-Académico, Portimonense-Estoril, Leixões-Braga, Beira-Mar-Sporting, Montijo-Atlético e Porto-Varzim.

Resultados da 21.ª jornada do Campeonato Nacional de Futebol da II Divisão (Zona Norte): Lourosa-Salgueiros, 3-0; Espinho-Penafiel, 3-0; P. Ferreira-Famalicão, 1-0; Vila Real-Gil Vicente, 3-1; Fafe-União de Lamas, 0-0; Riopele-Régua, 3-0; Paredes-Vilanovense, 2-0; e Tirsense-Chaves, 1-1. O Paços de Ferreira comanda a classificação, com 31 pontos, seguido do Fafe e do Riopele, com 27, e do Espinho, com 26. Em último lugar está o Vilanovense, com 10 pontos.

Zona Centro: Torres Novas-Portalegrense, 0-2; Torriense-Marinhense, 2-0; Caldas-Alba, 3-0; Ac. Viseu-Sanjoanense, 1-0; Feirense-U. Tomar, 3-2; Covilhã-U. Coimbra, 2-0; U. Leiria-Peniche, 0-0; Est. Portalegre-U. Santarém, 0-0. O Feirense é o primeiro, com 31 pontos; segundos: Estrela de Portalegre e Portalegrense, com 28; quarto: Covilhã, com 26. O Alba é o último, com 7 pontos.

Zona Sul: Esp. Lagos-Lusitano, 2-0; Sesimbra-Barreirense, 1-1; Alcochetense-Odivelas, 2-0; U. Montemor-Olhanense, 0-0; Farense-Sintrense, 1-2; Oriental-Almada, 0-0; Cuf-Marítimo, 1-1; Juventude-Vasco da Gama, 2-2. O Marítimo é o comandante da zona, com 29 pontos, seguido do Vasco da Gama, com 28 e do Desportivo da CUF, com 27. Na última posição, o Oriental soma 10 pontos.

Porto: golos por atacado

PORTO, 7-MONTIJO, 0

Golias destroçou David

À semelhança do que acontecera oito dias antes para a «Taça de Portugal» este segundo cotejo consecutivo entre o F.C. do Porto e o Montijo veio confirmar (afinal) a enorme distância que separa as duas equipas. Verdadeiro confronto entre Golias e David, só que ao invés da lenda o «Gigante portista» esmagou, mesmo o «anão», montijense, ao qual nada valeu ter-se «camuflado» com um equipamento verde, diferente do da semana anterior.

Realmente, movimentando-se como um bloco a equipa «azul e branca» sempre que embalada para o ataque era uma espécie de «blindado» que fazia tremer o débil conjunto do Sul que adivinhando a sorte que o esperava se apresentou normalmente disposto em táctica superdefensiva. Actuando com um «libero» (Carlos Pereira) e com cinco homens na defesa (que se limitavam a despachar de qualquer forma) e com quatro «centro-campistas» cuja primeira função seria (ao que pareceu) «queimar» tempo em trocas de bola, embora por vezes bem engendradas, mas que não mostravam suficiente intencionalidade, deixando à frente apenas, desapoiado, Bolota. Pelo seu lado, a «orquestra» das Antas era dirigida pelos «maestros» Rodolfo e Octávio, sob a égide dos quais toda a manobra ofensiva se desenrolava desde o meio campo, em jogadas, rápidas e incisivas: ora pelo centro em tabelinhas, terminando com remates prontos de Oliveira ou Ailton; pelos flancos, com uma alavancha de cruzamentos emendados certeiramente por Duda ou Gomes (3 golos cada) dos dois «artilheiros» mais influentes no volume do «placard».

Foi assim, actuando em fato de trabalho, com o suor escorrendo pelo peito, que a turma de Pedroto logrou atingir o intervalo usufruindo da larga vantagem de 6-0, fazendo crescer água na boca aos sócios «portistas» mais ambiciosos que começavam a dar palpites de «11 ou 12» para o fim do jogo. Não obstante, Abrantes, o substituto de Delgado (que aos 18 minutos abandonou o campo, lesionado no nariz por ter chocado com um dos postes da sua baliza) preocupado em não sofrer mais golos que o seu antecessor não teve grande razão de queixa, já que a equipa da casa descendo subitamente de produtividade pouco mais fez do que o 7.º golo (aos 68 m) pois Seninho entrando nesta altura para fortalecer o ataque já desgastado seria pouco depois (75 m). contuso num joelho após uma entrada viril de Carlos Pereira, que (aliás) por diversas vezes se excedeu na dureza, ficando impune pela arbitragem. O encontro nos derradeiros momentos, resvalou para um certa frouxidão, com um F.C. do Porto muito aquém da excelência que lhe tinhamos visto no tempo inicial.

Destacaram-se no vencedor Gabriel, Teixeira, Octávio, Ailton, Duda e Oliveira, enquanto que no conjunto visitante Candeias, Fonseca, Arnaldo e Celestino foram os que mais remarm contra a poderosa corrente adversárias. A arbitragem (de Graça Oliva) pecou apenas por um caseirismo desnecessário, perdoando dois «off-sides» de Gomes e Oliveira, estando este na origem do 5.º golo «portista».

Porto: Torres; Teixeira I, Freitas, Gabriel (Seninho, depois Ademir) e Murça; Octávio, Rodolfo e Ailton; Oliveira, Duda e Gomes.

Montijo: Delgado (Abrantes); Rodrigues Dias, Carlos Pereira, Candeias e Lázaro; Gilberto, Celestino, Arnaldo, Fonseca (Artur) e Gijo; Bolota.

Sérgio de Matos

CUF, 1-MARITIMO, 1

A Grande Cégada e a Paródia

JOÃO FERREIRA

Aos 16 minutos, o Marítimo marcou o seu golo, por intermédio de Noémio, golo que os cufistas contestaram sem razão, assistindo-se às cenas do costume e a atitudes a merecerem «cartão amarelo». A Cuf lançou-se, em seguida, ao ataque em massa aos domínios do guardião Amaral (um excelente «keeper») e, aos 19 minutos quando teve de lançar-se aos pés de um atacante cufista, o funchalense caíu em cima dele reclamando (ambos) falta a seu favor. Concentração de jogadores nas redes do Marítimo e, de repente, Simões agride Fernando com uma cabeçada. O madeirense nem teve tempo de responder, caindo no solo. Foi o sinal de partida para uma cena de «estaladas» que envolveu vários jogadores e algum público que, entretanto, saltara para o relvado...

No meio do pandemónio, valeu a sensatez de alguns atletas que conseguiram impor o regresso à normalidade. No fim de cerca de 8 minutos de interrupção, o juiz da partida (santos Luís, de Coimbra) expulsou o agressor e o ofendido, cometendo uma das mais graves faltas, dentre as muitas que viria a assinar. Santos Luís não soube assumir as suas responsabilidades e, quando uma pessoa não tem coragem para ser justa, o melhor é procurar outra ocupação aos domingos. Esta é que não, para que os campos do desporto deixem de ser palco de espectáculos desta natureza. Os aplausos que Simões ouviu quando recolhia às cabines, de um pequeno (felizmente) sector do público, foram consequência (em parte) da injusta atitude do árbitro para com o jogador madeirense. Os adeptos da Cuf, dois dias passados sobre os tristes acontecimentos, terão de reconhecer que Lavradio foi um mau exemplo a não repetir.

Quanto ao jogo: depois do recomeço e até ao intervalo, continuou a ser disputado com muito entusiasmo a confirmar a grande expectativa que o rodeou e o valor das duas turmas, tentando o melhor resultado. Na 2.ª parte, o clube local teve um período de muito acerto, graças ao bom futebol praticado pelo duo do meio campo (Eduardo e João Pedro) que «empurrava» os seus companheiros para o ataque. Foi neste período que a Cuf logrou obter o golo do empate, (por C. Manuel, aos 55 minutos) resultado que se manteria até final e que se justifica pela aplicação posta em jogo pelos atletas da casa, muito embora tenha de se reconhecer que o Marítimo demonstrou ser a equipa mais adulta (com óptimos jogadores) a quem a vitória assentava muito bem: e isso esteve ao seu alcance, sobretudo nos pés de Arnaldo Silva que (duas vezes só, em frente de Castanheira) fez o mais difícil atirando para fora.

Pena que tenha havido a «grande cegada» num jogo onde apareceu futebol de 1.ª água e muita animação dentro e fora do relvado, onde se gritou, barafustou, se cantou e bailou...

NO MES

CUF: Castanheira; Vieira, Castro, Frederico e Cruz; Carlos Manuel, Quaresma (Eduardo) e João Pedro; Arcanjo (Jorge Manuel), Simões e Venâncio.

MARÍTIMO: Amaral; Fernando, Eduardo Luís, Bira e Rui; Nelson, Ângelo e Eduardinho; Norberto (Jaime), Arnaldo Silva e Noémio (Chico).

Cartão vermelho para Simões (Cuf) e Fernando (Marítimo) após o «sururu» iniciado aos 19 minutos de jogo.

OPINIÕES

Declarações de Pedro Gomes, no final do encontro:

«Lamento que o meu clube não tenha conquistado a vitória que merecia, se atendermos a que lhe pertenceram as mais flagrantes oportunidades de golo. No entanto, conquistar 1 ponto na casa de um adversário tão categorizado como a Cuf, é muito bom. Foi pena que o árbitro expulsasse o nosso jogador Fernando, que só se compreende para dar satisfação ao público local. Aliás, o juiz da partida realizou um mau trabalho, permitindo que os nossos adversários, através de gestos teatrais, forçassem a marcação de faltas contra o Marítimo. Ora, como se sabe, nenhum jogador pode protestar contra as decisões do árbitro e tal atitude é punida com «cartão amarelo». Santos Luís não fez o que lhe competia, prejudicando a nossa equipa.»

Marítimo, a promoção: «Acredito na subida à 1.ª divisão. O Marítimo tem uma boa equipa, atravessa um bom momento e estou convencido de que o esforço que tem sido feito pelos atletas e por todos os madeirenses vai ser compensado com essa alegria. Fizémos uma 1.ª volta excelente, tivémos depois um período de resultados menos bons, mas agora estamos, de novo, a atravessar uma boa fase e por isso penso que a 1.ª divisão está ao nosso alcance.»

Os jogadores: «O Marítimo dispõe de 24 jogadores, 17 dos quais são trabalhadores ou estudantes, 4 amadores (um deles junior «internacional») e os restantes 3 profissionais. Posso dizer que a média dos vencimentos (excluindo os jogadores adquiridos no continente) é de 7 mil escudos, menor do que o vencimento desses pseudo-amadores que militam em muitos clubes da 2.ª divisão. Os jogadores de que disponho são excelentes atletas que merecem toda a minha confiança e admiração.»

Augusto Valegas, novo presidente da Direcção da Cuf:

«Ainda é cedo para falar na acção da nova Direcção. Temos muitas ideias para apreciar e pôr em prática, mas isso será decidido nas reuniões que a Direcção pensa fazer com os seccionistas e os técnicos do clube, criando-se assim uma grande equipa de responsáveis que tudo farão pelo desenvolvimento desportivo e cultural dos atletas cufistas.»

Segundo Augusto Valegas, pode fazer-se um bom trabalho: «O Grupo Desportivo da Cuf tem muitas modalidades e algumas com elevado número de praticantes. É necessário coordenar toda a acção das diversas secções desportivas. Por outro lado, também temos um parque desportivo relativamente bom. É utilizado diariamente, desde as 9 horas da manhã até à meia-noite. Aqui vêm crianças das escolas primárias, polícias (a fazer ginástica), os fuzileiros (a praticar atletismo), muitos trabalhadores integrados em provas desportivas do Inatel, além dos quase 1500 atletas que o clube tem, incluindo os não federados.»

A situação do futebol: «É uma das modalidades onde se procurará constante melhoria.» Futebolistas profissionais? «Praticamente os nossos futebolistas têm empregos na C. U. F. ou noutras empresas. Profissionais, se profissional é o que não tem outra ocupação além do futebol, temos alguns (transitoriamente) pois todos esperam arranjar emprego. Na C. U. F. ou noutro sítio qualquer. Infelizmente os atletas do Grupo Desportivo não têm qualquer tratamento preferencial no que respeita a admissões. O clube é independente, embora apoiado nos trabalhadores da C. U. F. É evidente que vamos tentar interferir nesse processo, porque o desportista tem de ter uma protecção para o futuro e, portanto, numa sociedade que caminha para o socialismo, o desportista tem de ter a segurança de um emprego para ser útil à sociedade e ter o futuro garantido.»

O dirigente cufista disse-nos (ainda) ser um dos objectivos da nova Direcção, promover uma campanha de novos associados. «Não faz sentido que o clube tenha apenas 6000 associados, tanto mais que os trabalhadores da Cuf pagam uma quota diminuta e beneficiam de muitas vantagens que o clube lhes pode dar. Também pensamos pôr em prática algumas iniciativas culturais. Neste momento, funcionam cursos de línguas para uns 500 trabalhadores e atletas, organizados com a colaboração da comissão de trabalhadores da empresa.»

ATESTE

NAS NOSSAS BOMBAS!

Em electrodomésticos continuamos a atestar de bons preços o público em geral. Veja como exemplo: esquentadores, 5 litros, desde 1499$90; 10 litros, 2799$90; auto-rádios, 1599$90; máquinas de lavar roupa (2 kg), 2699$90. Grande sortido de fogões, máquinas de lavar roupa e louça, frigoríficos, congeladores, televisores, rádios, gira-discos, gravadores, sofás-cama, mobiliário, alcatifas, etc. Rádio Primavera — Rua Gomes Freire, 9-B — Lisboa — Telefones 49486 e 574042

Desporto

ATLÉTICO, 4-BEIRA-MAR, 1

A fuga da forca

NEVES DE SOUSA

é de força, o animo deste Atlético que, com o pescoço já esticado, fugiu da forca como gato assanhado. Se tivesse perdido o cotejo com o Beira-Mar, adeus minhas encomendas: assim, enfiando quatro bolinhas na rede concorrente, transtornou a vida ao Beira-Mar e colocou um certo sorriso em quantos, nas calmas, desciam a Tapada para o repouso antes um novo dia de trabalho.

Foi um belo (belíssimo) espectáculo de futebol: onde não apareceram as violências dos Da Costas, os murros e cabeças do Lavradio, as pedradas ou os insultos que são o ai-Jesus dominical, por esses campos fora. Atlético e Beira-Mar, pelo que mostraram à plateia declararam talento para (no mínimo) disputarem o meio da tabela. Nunca para andarem na peugada de certos maiorais que, de grandes, apenas têm mais dinheiro na tesouraria, em cada fim de mês para os seus opiaroa profissionais.

Diga-se, já, que a arbitragem (do setubalense José Luis Tavares) foi quase impecável: nem se deixou enrolar nos erros de auxiliar Romeu Franganito nem na pasmaceira do parceiro Jerónimo Gomes, que está com o físico do Vítor Mendes, mas em corpo menos crescidinho. Assim, contribuindo para um bonito duelo de cristas, Tavares venceu o exame com a mesma limpeza do «team» de Artur Santos, que teve em Norton de Matos, Franque, Wilson e Rui Silva quatro dos principais escamoteadores dos sonhos aveirenses. Aliás, foi (também) bonito de registar as presenças de Garcêz

Coelho versus Soares: defesa contra defesa

(efêmera), Rodrigo, Soares e Sousa, todos a mais fazerem sobressair o forçoso zero que tomba no bolso de Eusébio, infeliz e taciturnamente a refugiar-se nos flancos de guerrilha, sombra e passado a arrastar-se perante o passamo e a cara fechada de quantos querem guardar, para todo o sempre, a imagem desse fenómeno que não teve paralelo em toda uma geração.

Quase sem o pretendermos, terá de centrar-se Eusébio como fulcro do ocorrido na Tapadinha: e, que nos lembre, jamais o vimos tão sorumbático, descrente, anónimo, esquecido, petiz entre doutores que por si passavam como galgos em «Derby». Eusébio, bom amigo: é preciso cair de rastos para alguém te estender a mão?

Para além de uma lágrima pela «pantera» qie virou pardalito ferido, palavra de apreço para o aprumo dos artistas, para a magnífica forma física dos blocos em equação, para a habilidosa bi-serpente com que Norton de Matos rubricou dois tentos imparáveis, para a verticalidade com que os rapazes de Aveiro aceitaram o domínio, sem queixumes nem reprimendas, antes estendendo o braço a cada colega que perdia vantagem. Nos lisboetas, ainda um pormenor: a confiança com que arrancaram para um «show» de 20 valores, entre os apertos no coração de quem sofre pelo emlbema (modesto mas ofuscante) que é divisa em fim de semana de quem não tem tempo para arrastar ócios.

Ficou escrita a verdade: embora mais um tento na verba aveirense toenasse tudo mais lógico. Mas, aceita-se o 4-1: cada alcantarense valeu por quatro, especialmente se o paralelo se chamava Eusébio.

Atlético: Azevedo; Coelho, Franque, Pereira e Cardoso; Costa, Baltasar e Armando: Rui Silva, Wilson e Norton de Matos.

Beira-Mar: Domingos (Jesus); Marques, Quaresma (Garcêz), Guedes e Soares; Manuel José, Zézinho e Eusébio; Sousa, Abel e Rodrigo.

Golos por Norton de Matos (2), Mário Wilson, Rui Silva e Garcez.

VARZIM, 2-BOAVISTA, 0

Aproveitar e embolsar

O jogo da Póvoa teve um desfecho efectivamente incondizente com o seu desenrolar. Dois «secos» foi castigo demasiado severo para os de xadrez.

Duas equipas à procura de um lugar na Europa, ofereceram uma partida por vezes adornada com lances de grande fulgor técnico, versáteis, espectaculares em alguns períodos. Em sete minutos (dos 36 aos 43), o jogo apanhou um «safanão» em termos de lógica: viragem total, com a aparição de um primeiro golo (imprevisto, na altura) apontado por Marco Aurélio e outro, sete minutos depois, graças ao oportunismo do pequeno Horácio no meio dos defesas axadrezadsos (pasme-se) altos, como são Mário João e Trindade e ainda Carolino, a cabecear a bola quando o sector defensivo do Boavista não admitia que o «rato» cobrador do tento chegasse tão alto.

Ao atingir-se o intervalo era flagrante a injustiça do resultado: em quase todo o tempo anterior, foi ao Boavista que pertenceram as jogadas de ataque e até as melhores oportunidades de golo, a primeira logo aos 4 m quando Celso, menos rápido do que Fonseca, finalizou de forma a permitir intervenção do guardião; ao quarto de hora, foi Mané que dominou a saída extemporânea de Fonseca surgindo Festas a desfazer a possibilidade de golo; a seguir, Albertino teve uma excelente abertura para Celso que chegou um passo atrasado para fazer golo, já que a arrojada intervenção de Fonseca aos pés do avançado de xadrez foi feita «in extremis». O Boavista era (sem dúvida) a equipa que dominava a situação, pois até aí a defesa não tinha tido muito que fazer; o meio campo (com Francisco Mário e Nogueira como bons condutores do ataque) servia em condições jogáveis Mané, Celso e Albertino.

Estava «escrito», porém, que o Boavista não faria um golo, nem pelo processo mais simples do «penalty» (aos 70 m) após um período inicial do 2.º tempo em que o Varzim parecia refeito dos abalos do primeiro tempo e se mostrava equipa de pernsonalidade mais forte: Francisco Mário entrou na área com a bola bem agarrada às botas e foi derrubado por Leopoldo. «Penalty» indiscutível que o «nervoso» Nogueira atirou por alto, fora da trave.

Gorou-se neste lance a mais flagrante oportunidade do 1.º golo para o Boavista e o ensejo para um resultado mais justo, que se justificava plenamente. Mas não terminou aqui o «forcing» dos «axadrezados». Saiu entretanto um defesa (Artur) e entrou um avançado (Acácio) com o objectivo evidente de reforçar a frente de ataque. Num outro lance Celso rematou à trave e Mário João metido lá na frente rechaçou para a baliza; defesa de Fonseca, bola de novo no terreno e outra vez impelida para a baliza poveira, uma confusão dos demónios concluída com extrema felicidade para os varzinistas. Denovo Celso (isolado) atirou contra o corpo de Fonseca: depois de tanto lutar, infrutiferamente, foi com toda a naturalidade que o Boavista baixou os braços, à medida que o jogo foi caminhando para o final.

Aconteceu (até) que os últimos minutos foram pertença dos poveiros. Inclusivamente esteve à vista o 3.º golo na baliza de Botelho, caído no terreno quando o remate de Marco Aurélio não precisava de «ajuda», mas surgiu Jarbas, em posição de «fora-de-jogo», a dar o último toque de posição irregular. Lance anulado e, ainda mais perto do fim, foi Eliseu (um «poço» de energia), a aproveitar o adiantamento de Botelho e a mandar um «chapéu» que proporcionou a este a última grande defesa.

As derradeiras imagens deram um Varzim dominador. Para trás, haviam ficado, contudo, inúmeras oportunidades (mais para os visitantes) de golo que, transformadas a cinquenta por cento, dariam uma divisão justa de pontos. Não foi assim: é futebol. Versatilidade de lances, boa condição física de parte a parte, clima de grande emoção, lances construídos e lances desperdiçados, de tudo houve um pouco neste belo jogo e muito apreciável qualidade técnica e uma arbitragem que não lhe ficou atrás na nota positiva.

Varzim: Fonseca, Teixeira, Festas, Albino e Leopoldo; Eliseu, Montóia (Manata) e João; Jarbas, Marco Aurélio e Horário.

Boavista: Botelho; Trindade, Mário João, Carolino e Artur (Acácio); Francisco Mário, Barbosa e Nogueira (Vítor Pereira); Mané, Albertino e Celso.

Abel Ferreira

SPORTING E LEIXÕES: 0-0 EM ALVALADE

Os "craques" fazem gazeta

DANIEL REIS

O empate consentido pelo Sporting em Alvalade, no sábado à tarde, perante um modestíssimo Leixões confirmou o que há semanas vem sendo assinalado ao ex-guia da classificação do campeonato de futebol da I Divisão: uma progressiva perda de faculdades, sobretudo físicas, paralela com o afastamento de unidades fundamentais na equipa como Keita e Manuel Fernandes.

Com estes dois factores negativos a pesarem, uma vez mais, na balança (Manuel Fernandes jogou a primeira parte mas, lesionado, foi como se não tivesse estado em campo), o estado de espírito dos «leões» era já de dúvida. Haviam perdido, como num carrocel, cinco pontos de avanço ao mesmo tempo que, ora este ora aquele dos seus homens-chave, ia faltando à chamada semanal.

Os 10 minutos iniciais chegaram a fazer esquecer os antecedentes. Extraordinária mobilidade, sobretudo de Manoel na avançada e dos laterais Vítor Gomes e Da Costa (a partirem da defesa) velocidade razoável, pelo menos para «encurralar» o Leixões no seu meio campo, vontade manifesta de rematar e de anular as preocupações que os antecedentes justificavam.

Mas a partir daí e como não entrou bola nenhuma na rede de Benje (até quando durará este excelente profissional?) os futebolistas do Sporting pareceram ter desmoralizado. Primeiro, o andamento afrouxou; depois, iniciaram o «modus faciendi» que serviria de regra o resto do tempo: lentidão até atingir a dianteira, pelas laterais (menos vezes) e pelo centro, e depois pontapés para cima da baliza a solicitar cabeceamentos que nunca apareciam.

Face a esta mudança de ritmo, a este abrandamento, o Leixões respirou e pôde montar a sua razoavelmente urdida teia de 4-4-2 em que se destacavam os brasileiros Zezé (na frente, batalhando com a defesa do Sporting e não a deixando avançar) e Josefá, na charneira entre o meio campo e a defesa. Como Benje assegurava tranquilidade absoluta do costume o à vontade leixonense transformou-se em regra. A partir daí, era fácil notar que o Sporting, sem modificações radicais de processos, não conseguiria marcar.

Depois do intervalo Hagan ainda tentou modificar as coisas, quer substituindo Manuel Fernandes, que parece ter iniciado o jogo já em más condições físicas, quer mandando sair Valter (realmente a travar constantemente o fluir das jogadas da defesa para o ataque) para entrarem Palhares e Camilo.

É certo que o volume do futebol sportinguista passou a desabar sobre a grande área do Leixões com uma frequência até então desconhecida: mas foi tudo tão trapalhão, tão precipitado, tão falho de classe, de discernimento, que o zero vingou mesmo até final do encontro.

No rosto e nos comentários dos milhares e milhares de sportinguistas à saída do encontro era visível o panorama que se oferece à equipa para o resto do campeonato: numa altura em que perdeu o comando, a equipa não se reencontra fisicamente e as unidades que a distinguiam da mediocridade geral (Keita, Manuel Fernandes, por vezes Fraguito, Baltasar, Manoel) ou não jogam ou estão longe demais da sua forma. Daí que as perspectivas de futuro não sejam brilhantes.

Árbitro: Castro e Sousa (Coimbra).

Sporting: Matos; Vítor Gomes, Laranjeira, Amândio e Da Costa; Valter (Camilo), Fraguito e Baltasar; Marinho, Manoel e Manuel Fernandes (Palhares).

Leixões: Benje; José Manuel, Adriano, Guilherme e Jacinto; Josefá, Nelinho (Boia), Varela e Fernando; Franco e Zezé.

PORTUGAL

Continuação da pág. 15

do, onde deverá ser opositor do Sporting (que já venceu o Valongo, por 11-3). Em contrapartida, uma informação aborrecida: o competente Torcato Ferreira afasta-se da selecção nacional, de «moto» próprio. nacional, de «motor» próprio.

HALTEROFILIA

Em Atenas (Grécia), o halterofilista Raul Dinis (categoria de 52 quilos) estabeleceu novo máximo nacional no total: 195 kg.

NATAÇÃO

Liliana Santos (Benfica) nadou 100 m bruços em 1m 23,7s: novo «record» nacional de juniores.

"Canarinho" tem novo chefe

O Brasil nomeou Cláudio Coutinho para dirigir a sua selecção de futebol, no campeonato do mundo apenas algumas horas depois de Oswaldo Brandão se ter demetido.

Coutinho, que treina o «Flamengo» (Rio de Janeiro) estava encarregado da equipa de juniores do Brasil que a União Soviética venceu, na disputa da medalha de bronze nas Olimpíadas de Montreal no ano passado.

Brandão demitiu-se depois de violentas críticas à actuação do Brasil no seu jogo de abertura para a classificação no campeonato do mundo: um empate sem golos perante a Colombia, em Bogotá. As críticas intensificaram-se quando o Paraguai venceu a mesma equipa colombiana alguns dias depois.

Coutinho, que aos 39 anos é um dos mais jovens treinadores do país (virtualmente «caloiro» na profissão) enfrenta a tarefa de injectar de novo nos tri-campeões do mundo o estilo, garra e espírito que os os impuseram no futebol mundial.

Pouco depois de ter sido nomeado para o cargo reuniu-se com os principais funcionários desportivos para estudo das alterações a introduzir no «onze».

Sem ter sido jogador, Coutinho era supervisor físico até à sua nomeação para dirigir a equipa amadora brasileira que consquistou o 4.º lugar em Montreal, a melhor classificação do Brasil nas olimpíadas.

Brandão anunciou a demissão por motivos pessoais ao regressar de Bogotá. O clamor popular contra Brandão por parte tanto de adeptos como de comentadores desportivos foi sempre crescendo. Acusado de fazer alinhar um «onze» defensivo face a uma equipa mais fraca, foi responsabilizar pela ausência total de um sistema táctico e da estratégia, e de continuamente alterar a equipa.

De fiasco total foi como os comentadores classificaram o resultado de Bogotá, e pela primeira vez começaram a admitir a hipótese, até então inimaginável, de o Brasil não conseguir qualificar-se para as finais do torneio na Argentina, no próximo ano. Apenas uma equipa do grupo um sul-americano passará à fase de qualificação: e o Paraguai é uma ameaça após a sua vitória em Bogotá.

Keita: o imbróglio

Há forte colisão entre o Departamento Médico do Sporting e o preparador físico Jimmy Hagan, que exerce (ainda) funções técnicas em Alvalade. O impasse fundamenta-se, baiscamente, na não utilização de Keita pelo britânico: embora o homem do Mali esteja clinicamente curado e apto a trabalhar no «team» sportinguista.

O dr. Branco do Amaral faz questão de salientar isso mesmo, não se escusando a dizer para os orgãos de comunicação social.

— **Keita está óptimo. Se não joga, isso é por deliberação de Hagan, que quer que o mali suba as escadarias do estádio no mesmo andamento dos colegas, só depois disso o levando para o «onze».**

Entretanto, enquanto a birra persiste (e o Sporting perde pontos...) Keita vai a um **tira-teimas**: também o dr. Inácio Branco, a solicitação do colega dr. Branco do Amaral garantiu que o jogador não tem qualquer lesão.

No meio disto, qual será o comportamento (imediato) da direcção de Alvalade em relação ao preparador físico do «onze» que faz tremer espectacularmente a grande hipótese do título nacional?

Geral

Trabalhadores do "Templário" contra Fernanda Leitão

Vários trabalhadores de «O Templário» afirmam, em carta que nos enviaram, sentirem-se «lesados, afendidos e obrigados a tomar a única atitude possível, capaz de salvaguardar não só os seus postos de trabalho como o recebimento de salários atrasados, como o próprio jornal». Assim decidiram a divulgação desta carta e a instauração de um processo à directora jo jornal, Fernanda Leitão.

«Inúmeras cartas, com aviso de recepção, têm alguns dos trabalhadores em causa enviados, sem a obtenção de qualquer resposta por parte da s.ª D.ª Fernanda Leitão» — sublinham ainda os citados trabalhadores que referem o facto de o outro sócio da firma estar «desligado da gerência da empresa por lhe terem sido vedados os meios de intervenção gestionária «e que tentou resolver os problemas do pessoal».

José Duarte libertado dos cárceres brasileiros

Foi libertado dos cárceres da ditadura brasileira o antifascista português José Duarte, de 74 anos de idade, preso desde 1972.

Em comunicado tornado público pela Associação de Ex-Presos Políticos Antifascistas, anuncia-se essa libertação e salienta-se o passado político de José Duarte, desde muito novo combatente antifascista de vanguarda e activista sindical.

No mesmo comunicado, a A. E. P. P. A. salienta que conduziu repetidas lutas pela libertação daquele antifascista, bem como do padre Alípio de Freitas, apontando a necessidade de lutar também pela libertação deste cidadão português, condenado a trinta anos de cadeia por manter actividades contra a ditadura brasileira!

. Relembra-se que recentemente foi denunciada a prisão e consequente submissão a torturas de vários resistentes brasileiros, alguns dos quais, Pedro Pomar, Angelo Arroyo e João Baptista Drummond, foram assassinados.

EXTERNATO
CICLO PREPARATÓRIO
CURSO LICEAL NOCTURNO

—— ABERTAS AS INSCRIÇÕES ——

CURSOS INTENSIVOS — TRABALHADORES ESTUDANTES
(das 18 às 23 horas)
Av. Duque de Loulé, 71, 2.º — Telef. 40345

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DE ENERGIA E MINAS

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Benavente em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex-Hidro-Eléctrica Alto Alentejo) a que se refere o processo 8/50 637, arquivo 18, para o estabelecimento no concelho de Benavente, de modificação da linha aérea a 30 kV, Benavente-Samora Correia entre os apois n.os 3 e 11, sofrendo a linha um aumento de comprimento de 604 metros ficando com um total de 7874 metros.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 18 de Fevereiro de 1977.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA E MINAS

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Chamusca em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex-HEAA) e a que se refere o processo 8/59 164, arquivo 18, para o estabelecimento na freguesia de Chamusca, concelho do mesmo nome, de uma linha aérea a 30 kV, com 1148 metros, do posto de transformação n.º 116 (Adega Cooperativa da Chamusca), ao posto de transformação n.º 490 — Largo dos Arneiros.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 18 de Fevereiro de 1977.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art. 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Almeirim em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP — (EX. HEAA), a que se refere o processo 8/50268, arquivo 18, para o estabelecimento no concelho de Almeirim, de uma linha aérea a 30 KV, com 17 m, do poste n.º 5 da linha para o Posto de Transformação n.º 323 — Vale de João Viegas ao Posto de Transformação n.º 322 — Paços Negros; de uma linha aérea a 30 kV, com 2014 m, do poste n.º 27 da linha para o Posto de Transformacão n.º 274 em Raposa-Almeirim, ao Posto de Transformação n.º 323 — Vale João Viegas; de uma linha aérea a 30 KV, com 1516 m, do poste n.º 5 da linha para o Posto de Transformação n.º 323 ao posto de Transformação n.º 324 — Paços Novos; de uma linha aérea a 30 kV, com 284 m, do poste n.º 8 da linha para o Posto de Transformação n.º 323, ao Posto de Transformação n.º 416 — Vale João Viegas; de uma linha aérea a 30 kV, com 543 m, do poste n.º 34 da linha para o Posto de Transformação n.º 274, ao Posto de Transformação n.º 417 — Paços Velhos e de uma linha aérea a 30 kV, com 259 m, do poste n.º 5 da linha para o Posto de Transformação n.º 334 — Marianos, ao Posto de Transformação n.º 418 — Bairro Novo.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 17 de Fevereiro de 1977

O Engenheiro Chefe
GUILHERME MARTINS

"AMADOR E MACHADO, LIMITADA"

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 11 de Fevereiro corrente, lavrada de fls. 46 a 49 do livro de notas para escrituras diversas n.º. C-488, do 12.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo da Notária Lic. Lídia Rodrigues Maia Devesa, deixaram de fazer parte da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada com a firma em epígrafe e sede em Lisboa, os srs. José Martins Amador e Maria Rosa Guerreiro Machado Amador, que autorizaram a sociedade a continuar sob a mesma firma de que fazem parte os seus apelidos; e as únicas sócias entre quem ficou a existir a referida sociedade, alteraram parcialmente o respectivo pacto social, substituindo a redacção dos seus artigos terceiro e quinto, com seus parágrafos, pela seguinte:

ARTIGO TERCEIRO

O capital social, que foi integralmente realizado em numerário, é de trezentos mil escudos, dividido em três quotas de cem mil escudos cada, pertencente uma a cada uma das sócias: D. Idália da Cruz Pacheco Leão, D. Maria Isabel Pacheco Leão Henriques e Esteves, e D. Maria Fernanda Pacheco Leão.

ARTIGO QUINTO

A gerência da sociedade e a sua representação, em juízo e fora dele, activa e passivamente, são exercidas pelas sócias, que desde já são nomeados gerentes, com ou sem remuneração conforme deliberação da assembleia geral, e com dispensa de caução.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — Para obrigar a sociedade em quaisquer dos seus actos e contratos é suficiente a assinatura de qualquer sócia-gerente.

PARÁGRAFO SEGUNDO — A sociedade pode constituir mandatários para os fins consigandos no artigo duzentos e cinquenta e seis do Código Comercial.

Está conforme — Lisboa, vinte e três de Fevereiro de mil novecentos e setenta e sete.

O 2.º Ajudante,
(José Fernando Pereira Pires)

tempo

Situação do tempo
09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava em geral muito nublado o vento era fraco ou moderado dos quadrantes Sul e chovia na Faixa Costeira a norte do Mondego.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO	11º
COIMBRA	11º
PORTALEGRE	8º
LISBOA	11º
FARO	12º
FUNCHAL	17º

TEMPERATURAS EXTREMAS

LISBOA	
Máxima	14,2º
PENHAS DA SAÚDE	
Mínima	0,3º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
11.19	3,0 m	4.32	1,9 m
23.53	3,2 m	16.56	1,8 m
DIA 1			
		5.40	1,7 m
12.25	3,2 m	17.56	1,6 m
DIA 2			
0.48	3,5 m	6.30	1,4 m
13.13	3,4 m	18.43	1,4 m

PREVISÃO GERAL ATE ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu geralmente muito nublado; vento fraco ou moderado de Sudoeste; períodos de chuva ou chuvisco a norte do Mondego; a partir da noite também no Sul

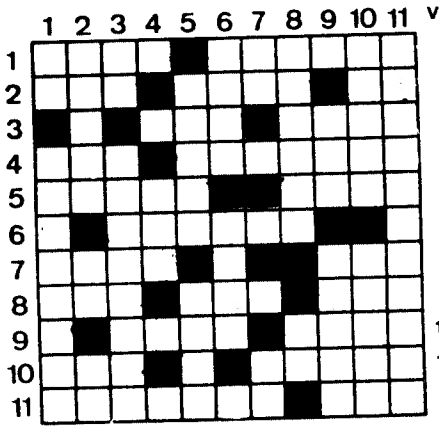
AMANHÃ

NASCER AS 7.10
OCASO AS 18.30

DIA 5 | DIA 12 | DIA 19 | DIA 27

palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO
PROBLEMA N.º 11684



HORIZONTAIS:

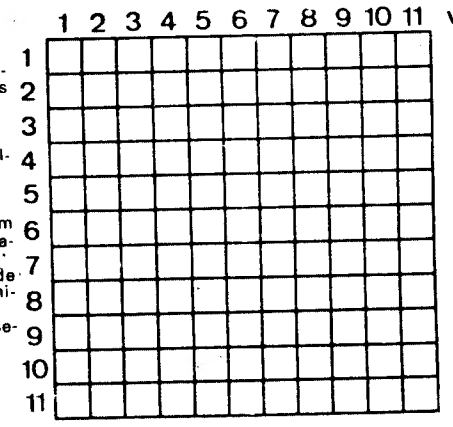
1 Aquele que. Cinge com os braços.
2 Senhora. Árvore cuja madeira serve para a construção de casas. Érbio (s.q.).
3 Conceder. Gostar muito de.
4 Desgraça. Atirara.
5 Empregava. Fileiras.
6 Começar a ter barba.
7 Grande rio da Roménia. Estima.
8 Empregue. Anel. Coragem.
9 Grande apette. Cidade de Itália.
10 Antepassado. Resto.
11 Alisais. Duna da Suécia.

VERTICAIS:

1 Quantum satis. Dizer em voz baixa.
2 Dás urros. Carta de jogar. Tempo do verbo ir.
3 Palavra latina pela qual começam muitos documentos pontifícios de interesse para Portugal. Rústicos.
4 Vazio.
5 Unir por casamento. Caminha.
6 Gorgulho tropical. Falso.
7 Bromo (s.q.). Abreviatura de Santíssimo.
8 Continuar. Boro (s.q.).
9 Infelicidade. Termina.
10 Comera à ceia. Interjeição designativa de vingança.
11 Induzirias.

Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE
PROBLEMA N.º 7744



HORIZONTAIS:

1 Cor política. Apelido.
2 Despacha. Romancista português autor de «Os Maias».
3 Viatura. Guardai segredo.
4 Limparíamos metais.
5 Cobalto (s.q.). Pilhagem. Alternativa.
6 Rate.
7 Cidade de Itália. Volta.
8 Peixe de Portugal também chamado pintainho e variaz. Que tem asas.
9 Caminhar. Abreviatura de Santíssimo. Moderato. Caminhar.
10 Instrumento para atirar setas. Apelido.
11 Cidade de Itália. Trivial.

VERTICAIS:

1 Infelicidade persistente (pop). Olhavam.
2 Avarento. Armação de um leito.
3 Saque. Cidade da Ucrânia. Cesio (s.q.).
4 Palmeira da Amazónia. Alegrias.
5 Pregarias.
6 Rei lendário de Tróia.
7 Espiolhavam.
8 Patrão. Separa de.
9 Apelido. Época. Prefixo de privação.
10 Poente. Acrescentara.
11 Vai para fora. Artigo indefinido. Verbal.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11683

HORIZONTAIS:	VERTICAIS:
1 COÇAR. Ema.	1 COMEÇO. QUER
2 Os. Roas. Coo.	2 Siso. Murro.
3 Mim. Pois.	3 MMMC. Er.
4 Esmaiarias.	4 Or. Aios. Ará.
5 Comiam. Ar.	5 Cosiam. Brio.
6 COMER. Ais.	6 Aa. Amela.
7 Asa.	7 Rs. Cosa.
8 Que. Baco. Tl.	8 Pia. Aos.
9 Urrar. Osseo.	9 Ecoaras. Sór.
10 Er. Rios. Osa.	10 Móis. Iates.
11 Rolão. Aer.	11 Aos. V S. Loas.

Provérbio: COÇAR E COMER; COMEÇO QUER.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7743

HORIZONTAIS:	VERTICAIS:
1 Bruxa. Corja.	1 Barra. Broxa.
2 Airas. Alear.	2 Ri. Era. Arel.
3 Dl. Afro.	3 Urdiram. Ri.
4 Rei. Amá. Ide.	4 Xai. Animais.
5 Arrás. Dalas.	5 As. Assaco.
6 Aans. Elas.	6 Sm.
7 Mia. Ror.	7 Ca. Aderia.
8 Rã. MCXII. Pr.	8 Olá. Aloiram.
9 Or. Ao. Arpão	9 Refilar. Pio.
10 Xeri. Ai.	10 Jardas. Pá.
11 Aliso. Amora.	11 Arões. Prosa.

farmácias de serviço

LISBOA

Até às 22 horas

ARNALI — Rua Escolas Gerais, 88-A. Tel. 863940.
ASCENSO — Praça Norte, 11-A (B.º Encarnação). Telefs. 311216-310172.
AVENIDA (das) — Av. da República, 27-A. Tel. 533688.
CELTA — Rua Moura Girão, 3-B. Telefone 890621.
CENTRAL DO LUMIAR — Rua do Lumiar, 77. Tel. 790480.
COMBRO (do) — Calç. do Combro, 78. Tel. 326059.
DIMAR — R. Conde de Monsaraz, 17-B. Telef. 842533.
G. SILVA — Rua Francisco Tomás da Costa, 3-C. Tel. 771873.
GUERRA — Rua Andrade, 32-36. Telefone 845513.
J. RIBEIRO — Estr. da Luz, 199-A. Tel. 780968.
JOÃO XXI — Av. João XXI, 16-A. Telefone 726462.
MARLUZ — C.ª da Picheleira, 140-B-C. Telefs. 720703-728395.
MENDES GOMES — C.ª da Ajuda, 222. Tel. 638258.
NACIONAL — Rua do Salitre, 7. Telefone 46858.
NOBEL — Rua Actor Vale, 53. Telefone 842152.
NOGUEIRA — Rua de Alcântara, 5-A-B. Tel. 637563.
OLIVEIRA — R. de Campolide, 54-A. Tele. 684424.
OLIVEIRA VIEGAS — Rua Viriato, 29-A. Tel. 548966, 553601.
ORIENTAL DE LISBOA — Rua Alves Torgo, 2-B. Tel. 45079.
PORFÍRIO — Rua Francisco Metrassi 59-B. Tel. 663349
RAINHA SANTA — Rua Afonso Lopes Vieira, 57-B. Tel. 765262.
S.A.E. SILVA, F.os — Rua S. João da Mata, 72-74. Tel. 661010.
SALTER — Rua de Xabregas, 63-65. Telefone 381185.
SANEX — Av. da Igreja, 31-C. Telefone 897505.
UNIÃO — Estr. de Benfica 592-594. Tel. 700092.
VALADAS SUCR — R. Madalena, 235. Tel. 872060.

Permanente

AVENIDA (das) — Av. da República, 27-A. Tel. 533688.
CELTA — Rua Moura Girão, 3-B. Telefone 840621.
COMBRO (do) — Calçada do Combro, 78. Tel. 326059.
G. SILVA — Rua Francisco Tomás Costa, 3-C. Tel. 771873.
NOGUEIRA — Rua de Alcântara, 5-A-B. Tel. 637563.
OLIVEIRA — Rua de Campolide, 54-A. Tel. 684424.
SALTER — Rua de Xabregas; 63-65. Tel. 381185.
ORIENTAL DE LISBOA — Rua Alves Torgo, 2-B. Tel. 45079.
RAINHA SANTA — Rua Afonso Lopes Vieira, 57-B. Tel. 765262.
VALADAS, SUCR. — R. da Madalena, 235. Tel. 872060.

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Miramar, R. Ernesto Silva, 81 (Tel. 2112048)
ALCABIDECHE
Carvalho. Até às 21 horas
PORTO SALVO
Ferreira Salvo, Até às 21 horas.
CARCAVELOS
Central, Até às 24 e das 0 às 9 horas
S. DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Saboia, 29-B (Tel. 260085) Até às 21 horas
OEIRAS
Central, R. Conde Ferreira, 29 (Tel. 2430058) Até ás 22 e das 24 ás 9 horas
NOVA OEIRAS
Leal, Até às 21 horas
PAREDE
Aisir Av. Coutinho B.º DAS Caixas de Previdência (Tel. 2472948) Até às 24 e das 0 às 9 horas
PAREDE
Junqueiro, Mendes Até às 21 horas.
AMOREIRA
Amoreira, (Tel. 262313/267314) Até ás 22 horas
CASCAIS
Cascais R. Conde de Monte Real B.º Caixas (Tel. 282407) Até às 21 horas
Misericórdia, R. Regimento 19, 41 (Tel. 280141) Até às 24 e da 0 às 9 horas.

LINHA DE SINTRA

AMADORA
S. Jorge, R. Pedro del Negro, 5 Reboleira (Tel 938703) serviço permanente NETE
Carmele, R. Elias Garcia, lote 28 (Tel. 933303) Até às 22 horas
Helénica, R. Elias Garcia, 2 (Tel. 933613) Até ás 22 horas
DAMAIA
Lemos, R. de Goa, 21-A (Tel. 971121)
RIO DE MOURO
Rio de Mouro Av. Óscar Monteiro Torres, 8, (Tel. 2960194)
QUELUZ
Serra e Pinto, Av. D. António C. Sá, 50-E (Tel. 957619)
CACÉM
Araújo e Sá, Est. de Paço de Arcos, Lote 1-B (Tel. 2940781)
MEM MARTINS
Química, Est. Mem Martins 285 (Tel. 2910012)
MERCÊS
Claro Russo
S. PEDRO DE SINTRA
Velentim, (Tel. 980456)
COLARES
Abreja, (Tel. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Nunes, L. Coronel Ramos da Costa, 10 (Tel. 234137)
ALHOS VEDROS
Portugal, Av. da Bela Rosa, 8 (Tel. 204250)
ALMADA
Nuno Álvares, Av. D. Nuno Álvares Pereira, 39 (Tel. 2750504)
BAIXA DA BANHEIRA
Nova Fátima, Est. Nacional, 244-A (Tel. 2040141)
BARREIRO
Castro Rodrigues, L. 5 de Outubro, 62 (Tel. 270121)
COVA DA PIEDADE
Santa Maria R. D. Manuel Pacheco Nobre, 44-B (Tel. 20721141)
MOITA
Silva Rocha, P. da República, 16 (Tel. 239029)
MONTIJO
Montepio, R. Almirante Reis, 93 (Tel. 2310035)
SESIMBRA
Lopes, R. Cândido dos Reis, 21 (Tel. 2233028).
SETÚBAL
Bocageana, R. do Romeu (Tel. 23425)
Bairros, B.º Santos Nicolau (Tel. 23330)
SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Tele. 2218580)

PORTO

GONDARÉM — Rua de Gondarém, 360 — Foz; **CORREIA DE ARAÚJO** — Rua de Santa Catarina, 259 — T. 25644; **SILVA PEREIRA** — Rua de Costa Cabral, 293 — Tel. 480761; **ALVES** — Praça do Exército Libertador, 62 — Tel. 60002; **BARROS** — Rua do Loureiro, 104 — Telef. 315075; **BOA HORA** — Rua da Boa Hora, 80 — Tel. 28783; **CAMEIRA** — Rua do Heroísmo, 90 — Tel. 52583.

(De dia e toda a noite)

TERREIRO — Rua da Reboleira, 21 — Tel. 23576; **PINHEIRO MANSO** — Rua São João de Brito, 25 — Tel. 60692; **SANTA TERESA** — Praça Guilherme G. Fernandes, 100 — Telef. 315713; **NOVA AVENIDA** — Av. Fernão Magalhães, 692-Tel. 52250.

COIMBRA

VILAÇA — Rua Ferreira Borges, 132 — Tel. 22043.

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

LAURA ALVES
21.30 (18 anos)
«As Calcinhas Amarelas»
ADÓQUE
20.30 e 22.30 (18 anos)
«A Paródia»
CIRCO SOBRE O GELO
21.30 (6 anos)
Campo do H.C.P.
Av. Brasil
VARIEDADES
21.30 (13 anos)
«Isto é que me Dói»

LISBOA/Cinemas

CAPITÓLIO
21.15 (18 anos)
«O Último Tango em Acapulco»
EUROPA
21.15 (13 anos)
«Onde está o Óscar»
VOX
21.15 (10 anos)
«Cantinflas Pepe»
PARIS
21.15 (18 anos)
«Voando Sobre um Ninho de Cucos»
OLÍMPIA
Sessões permanentes (18 anos)
«Em Carne Viva»
PROMOTORA
21.15 (18 anos)
«Matam em Silêncio»
CINEARTE
21.15 (13 anos)
«Doze Indomáveis Patifes»
CINEARTE
21.15 (18 anos)
«Os Anjos da Guarda»
CINEBOLSO
21.30 (18 anos)
«As Memórias Íntimas de Miss Aggie»
JARDIM
21.00 (18 anos)
«O Gafanhoto»
RESTELO
21.15 (18 anos)
«Voando sobre um Ninho de Cucos»
CALEIDOSCÓPIO
21.30 (18 anos)
«Os Homens do Presidente»
CINE AUDITÓRIO
21.15 (14 anos)
«O Cavaleiro da Máscara de Ferro»
LUMIAR
21.15 (18 anos)
«Camille 2000»
ROYAL
21.15 (18 anos)
«O Último dos Duros»
MONUMENTAL
21.15 (18 anos)
«Grizzy, o Monstro da Floresta»

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Recreios Desportivos
21.15 (13 anos)
«Balburdi no Oeste»

AMADORA
Lido
21.15 (18 anos)
«Flic Story»

AMADORA
Cinestúdio
21.30 (18 anos)
«Lições Privadas»

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrivel
21.15 (18 anos)
«Chove em Santiago»

LARANJEIRO
Instrução e Recreio
21.15 (10 anos)
«Toca o Tambor Devagar»

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Stadium
21.30 (18 anos)
«Fritz, o Gato»

ESTORIL
Casino
17.00, 21.15 (18 anos)
«A Bela Casta Susana»

ESTORIL
Palácio
21.15 (6 anos)
«O Ministro e Eu»

CASCAIS
S. José
21.15 (18 anos)
«os Homens do Presidente»

CASCAIS
oxford
21.15 (13 anos)
«Perfume de Mulher»

PORTO/Teatros

COLISEU
21.30 (6 anos)
«O Circo de Moscovo»

PORTO/Cinemas

SÁ DA BANDEIRA
21.30 (18 anos)
«Mash D'Machissimo»
JÚLIO DINIS
17.45 e 21.00 (18 anos)
«Loucura Sexual»
ESTÚDIO 400
21.15 (13 anos)
«Uma Espada para um Império»
CARLOS ALBERTO
21.15 (13 anos)
«A Guerra Acabou»
ÁGUIA DE OURO
21.15 (13 anos)
«Passado Inesquecível»
BATALHA
21.15 (13 anos)
«O Lutador da Rua»
ESTÚDIO
21.15 (13 anos)
«O Processo Dimitrov»
ESTÚDIO FOCO
21.15 (13 anos)
«Perfume de Mulher»
VALE FORMOSO
21.15 (13 anos)
«Afeição»
PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«Flic Story»
OLÍMPIA
21.15 (18 anosz0
«Justine e Juliette»
TRINDADE
21.30 (6 anos)
«O Peito ou a Perna»
RIVOLI
21.15 (4 anos)
«Os Trabalhos D'Astérix»
S. João
21.00 (18 anos)
«As Aventuras de um Motorista de Táxi»
SALÃO BEBÉ
21.15 (13 anos)
«A Flauta Mágica»

COIMBRA

GIL VICENTE
21.15 (18 anos)
«Gata em Telhado de Zinco Quente»
AVENIDA
21.15 (13 anos)
«Ela tinha o Direito de Viver»
S. TEOTÓNIO
21.15 (14 anos)
«Almas a Nu»
TIVOLI
21.15 (18 anos)
«Mandingo»

cinemas

ALVALADE

Tel. 897 480 15.30; 18.30 e 21.15

Laura Antonelli, Terence Stamp, Marcello Mastroianni

DIVINA CRIATURA

Um filme de Giuseppe P. Griffi

Não acons. a men. de 18 anos

APOLO 70

Tel. 763319 14.15, 17.45 e 21.15

Ryan O'Neal, Marisa Berenson em

BARRY LYNDON

um filme de Stanley Kubrick

Não acons. men. 11 anos

Hoje às 00.30 Grupo D (18 anos)

LUTA SEM TREGUAS

AVIS

Tel. 47163 15.30, 18.30 e 21.15

Interdito a menores de 18 anos

NO CALOR DE JÚLIA

4.ª semana

Este filme contém cenas eventualmente chocantes

BERNA

Tel. 776095 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15

Primitivo! Poderoso! Selvagem!

AS MELHORES MARAVILHAS DA NATUREZA

De Walt Disney Productions

Para todos

Falado em português

CASINO ESTORIL

Tel. 264521 17 e 21.15

HERBIE UM CAROCHA DOS DIABOS

CALEIDOSCÓPIO

Tel. 795093

A partir de hoje sessões: Às 14, 16.30, 19 e 21.30

Robert Redford, Dustin Hoffman em

OS HOMENS DO PRESIDENTE

Um filme de Alan J. Pakula

Não acons. a men. de 13 anos

CASTIL

Tel. 630194 15, 17.19 e 21.15

(Int. m/18 a.)

TRIÂNGULO ERÓTICO

Uma Mulher voluvel entre o amor e o prazer...

CONDES

Tel. 322523 14, 16.30, 19 e 21.15

Não acons. menores de 13 anos

A missão impossível!

O RAID RELÂMPAGO DOS COMANDOS

Com Charles Bronson

EDEN

Te. 320768 14,16.30,19 e 21.15

Alberto Sordi, Adriano Celentano, Mariangela Melato

DE QUE SIGNO É?

Não acons. a men. 18 anos

ESTÚDIO

Tel. 535134 15, 17, 19 e 21.15

Marina Vlady/Jacques Charrier

VENTO DE INVERNO

Não acons. a menores de 18 anos

ESTÚDIO 444

Tel. 779095 14,30, 16.45, 19.00, 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

CASAMENTO MODERNO

IMPÉRIO

Tel. 555134/5

Às 21.15 em ANTE-ESTREIA

A MARQUESA D'O...

(sessão especial lançamento da revista «Música Música» bilhetes à venda

Às 15.15 e 18.30 Últimas de

«A AGRESSÃO»

AMANHÃ

Às 15.15/18.30/21.15

ESTREIA

Inter menores 18 anos

O IMPORTANTE É AMAR

LONDRES

Tel. 801313 14.00, 16.30, 19 e 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

OH! MEUS AMIGOS

9.ª Semana

Pietro Fermi

Hoje às 24 h. N/ ac. men. 18

EM NOME DO PAI

MUNDIAL

Tel. 538743 15.00, 18.15, 21.30

Não acons. men. 18 anos

A obra prima de Bernardo Bertolucci

1900 — 2.ª parte

STADIUM

Algés Tel. 2112544

19 e 21.30 M/18 anos

FRITZ, O GATO

desenhos animados pa adultos

NIMAS

Tel. 574362 14.15 16.30 18.45 e 21.15

Não acons. a men. 18 anos

O OUTRO

Um filme de Robert Mulligan

ODEON

Tel. 326283 15.15, 18.15 e 21.10

Int. a men. de 18 anos

ADOLESCENCIA PERVERTIDA

Contém cenas event. chocantes

3.ª Semana

PATHÉ

Tel. 821933 14.15, 16.30 18.45 21.45

Não acons. a menores de 18 anos

A PROFESSORA DE CIÊNCIAS NATURAIS

c/ Hilli Casati, Michele Gammino

POLITEAMA

Tel 32380514 14.15, 16.30 19 e 21.30

Int. a men. 18 anos

AS DESCARADAS

2.ª semana

RESTELO

Tel. 610375 21.15

Não acons. a men. 18 anos

VOANDO SOBRE UM NINHO DE CUCOS

ROMA

Tel. 727778 14.30, 16.45, 19 e 21.15

CRIADO DE CONFIANÇA

Não acons. a menores de 18 anos uma comedia com Lando Bazzanca

3.ª Semana

ROXY

Tel. 48560 14,16.30,18.45 e 21.15

A linguagem do amor e a sua interpretação

LIBERDADE PARA AMAR

Um filme de Harold Philipp

Não acons. a menores de 18 anos

S. JORGE

Tel. 554153/4 15, 18.15 e 21.30

Em 3.ª semana

Não acons. a men. de 18 anos

«1900» — 1.ª PARTE

Atenção: A 2.ª parte de **«1900»** Está em exibição no CinemaMundial

TIVOLI

Tel. 570 595 15.15,18.30 e 21.15

Laura Antonelli, Terence Stamp, Marcello Mastroianni

DIVINA CRIATURA

Um filme de Giuseppe P. Griffi

Não acons. a men. de 18 anos

UNIVERSAL

Tel. 774402 15.00, 19.00, 21.00

Não acons. a menores de 13 anos

DEUS, PÁTRIA, AUTORIDADE

Um filme de Rui Simões

Às 17 e 23 h **O ANO 01** um filme de Jacques Doillon, Alain Resnais e Jean Rouch

D. JOÃO V Damaia

Tel. 971794 As 21.15

Não acons. a men 14 anos

077 — OPERAÇÃO RELÂMPAGO

rádio

1.º Programa

16.00: Noticairo. **17.00**: Música popular. **17.30**: Orquestras. **18.00**: Música portuguesa. **19.00**: «Perspectiva» — Música variada. **20.00** «Jornal da noite» **20.30**: Instrumentistas. **21.00**: 3.ª introdução do folhetim «Mário», de Silva Gaio, numa adaptação de Ema Paul. **21.28**: Contraponto. **00.00**: «Último jornal». **00.15**: «Jazz». **00.30**: Canções da Europa. **01.00** Repetição **da 2.ª parte de um programa de variedades** realizado no Teatro S. Luis e **organizado pela Radiodifusão portuguesa, «Música na noite».**

2.º Programa

16.00: Intercâmbio musical: Festival de Arte contemporânea, 1976 em Royan — gravações cedidas pela Rádio França:

Obras de Isang Yung e Maurice Ohana, **16.46**: Música de bailado: Suitte de bailado «OCid», de Massenet. Suite de Bailado «O Mandarim Maravilhoso», de Bela Bartok. **17.25**: Música do século XX — Conjuntos de câmara: Trio, de Paul Hindemith, por elementos do quarteto de flautas de Bisel «Duschenes». Largo para violino, clarinete e piano, de Charles Ives. «Pastorais de natal» de André Jolivet «Vibrações» para quarteto de cordas de Christian Wolff. **18.00**: Concerto sinfónico — obras de TchaikovskY: **1.ª parte**: «Romeu e Julieta» (abertura). Concerto n.º 1 em si bemol menor. Intervalo. Concerto real n.º 4 de Couperin! **2.ª parte**: Sinfonia n.º 4 em fá menor, op. 36. **20.00**: Ciclo Mozart: Duas obras para piano, pro Christoph Eschenbach fantasia em ré menor K. 397 Sonata em mi bemol maior k. 282. Divertimento n.º 10, k. 247. **21.00**: «O canto e os seus intérpretes», por Maria Helena de Freitas. **22.00**: Solos do órgão Coral n.º 3 em lá menor de César Franck. Toccata, de Jean Guillou. **22.25**: Orquestras de câmara: Concerto em sol maior, de Telemann. Concerto brandeburguês n.º 1 em fá maior, de Bach. **23.00**: Intercâmbio musical: **Festival de arte contemporânea em Royan**, 1976 — gravações cedidas pela Rádio França. 1.ª pate: «Fluctuance» p/duas orquestras (1975/76), de Fernand Vandenbogaerde — «Andamentos» n.º 2, de Hanj-Joachim Hespos. Intervalo: Três canções de Guridi pelo meio-soprano Teresa Berganza, ao piano Felix Lavilla. 2.ª parte: Concerto para piano e orquestra, de Michael Finnissy **00.20**: Quarteto op. 127, de Beethoven. **01.00**: Fecho.

3.º Programa-local (187,5 m)

18.00: «Entardecer». **18.15**: Sal e pimenta (repetição). **19.30**: Romance de uma cidade (repetição) 20.15· Você concorda. **21.00**: Fecho.

4.º Programa — Emissão Total em Estereofonia

19.00: Em órbita. **20.00** Programa da Noite. **22.00**: Auditório. **24.00**: Prisma. **02.00**: Fecho.

Na FIGUEIRA DA FOZ o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no CAFE NISA

DL

RENASCENÇA GRÁFICA S.a.r.l.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TECNICOS E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA-PORTUGAL

Guarda-nocturno disparou

Um morto e um ferido num roubo de automóvel

Um jovem de 18 anos foi esta madrugada abatido por um guarda-nocturno quando, com outros cinco amigos, foi surpreendido a roubar um automóvel.

Os factos passaram-se por volta das 4.30 da manhã na Av. Madrid. O grupo, com idades entre os 17 e os 20 anos, transportava-se num automóvel roubado, tendo parado naquela avenida com o objectivo de furtar outro carro. Foi justamente quando já tinham conseguido abrir a porta do veículo EH-89-78, pertencente a João Eusébio, ali residente, que o guarda-nocturno os surpreendeu e — segundo o seu próprio relatório — fez disparos para o ar, na tentativa de impedir a fuga.

Ainda de acordo com o guarda-nocturno, os marginais ripostaram abrindo fogo, tentanto depois atropelá-lo e, então, o guarda atirou sobre o automóvel. Resultado: um morto e um ferido grave. A vítima mortal foi Mário Ferreira, de 18 anos, encontrando-se hospitalizado outro elemento do grupo, Carlos Silva, de 20 anos.

Os outros quatro elementos viriam a ser presos mais tarde.

Outra vez as bombas

Continuação da Pág. 1

res prejuízos verificaram-se na cervejaria, cujos vidros e reclamos luminosos foram destruídos.

A segunda explosão deu-se à 1.05 da manhã, junto ao Centro Comercial Caleidoscópio, no Campo Grande. Neste centro, funciona um cinema e uma «boîte», encontrando-se nesta última vários clientes por altura do rebentamento. Ninguém foi atingido. O atentado teria redundado uma tragédia se a bomba tivesse atingido a central eléctrica fo Centro, a poucos metros do local da explosão.

Finalmente, a terceira bomba explodiu à 1.50 da madrugada, a cerca de 200 metros do apeadeiro do caminho-de-ferro no Campo Grande. Também neste caso, o engenho deflagrou muito próximo da central eléctrica ali existente, provocando o estilhaçamento dos vidros das janelas dos edifícios das redondezas.

Entretanto, no caso da primeira explosão (Banco Borges) testemunhas referem que foi visto no local um indivíduo que passeava com um cão pela trela e comunicava com alguém através de um «walkie-takie». Na ocasião, alguns populares afirmam que o ouviram dizer que ainda iam «rebentar mais duas».

Relativamente à última explosão, próximo da linha férrea, especulava-se esta manhã com o facto dos bombistas a terem colocado ali e não contra a central, apenas porque o escalamento da respectiva grade de protecção tornava a operação mais arriscada. Aliás, moradores na zona acrescentaram que os bombistas chegaram a ser vistos em fuga, imediatamente após a colocação do engenho.

Até ao dia 5

Mais chuva e mais frio

Aguaceiros, céu muito nublado, neve nas terras altas, vento moderado: eis o que nos reserva o tempo até 5 de Março, segundo o Serviço Meteorológico Nacional, que nos assegura também mais frio acompanhando uma melhoria gradual do estado do tempo. Entretanto o anticiclone dos Açores está em fase de intensificação, em acção conjunta com um sistema depressionário situado sobre as ilhas Britânicas.

Relativamente às culturas, continua a verificar-se um atraso de duas a quatro semanas no seu desenvolvimento normal nos distritos da Guarda, Bragança, Portalegre e Lisboa, ao contrário do que se passa no Barlavento algarvio e no Minho, onde esse desenvolvimento potencial é temporão, registando um avanço de duas semanas. Nas outras províncias do território continental não se verificam atrasos nem avanços em relação ao que vem sendo normal nos últimos anos.

VENDEDORES/AS DE PUBLICIDADE

NECESSITAMOS DOS MAIS QUALIFICADOS PROFISSIONAIS PARA PREENCHIMENTO DE QUADROS DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE A NÍVEL NACIONAL.

CARTA EXPLICANDO EXPERIÊNCIA, ACTUAL OCUPAÇÃO E CARTEIRA, A ESTE JORNAL AO N.º 1907.

Bolsa reabriu (sem operações)

A Bolsa reabriu esta manhã sem que se tivesse efectuado qualquer transacção. Encerrada desde o 25 de Abril, os correctores mostraram-se cautelosos no primeiro dia. de abertura. «É natural» — disse-nos um alto funcionário. Um indivíduo, frequentador assíduo da Bolsa, furibundo, dizia-nos: «Quem é que quer comprar acções destas empresas?. Estão todas falidas, falidas. É tudo para os trabalhadores e o povo é que ainda está a dar dinheiro para elas».

Apenas 21 empresas tinham acções que podiam ser transaccionadas esta manhã. Entre elas a Lisnave e a EFACEC. A primeira estava com ordem de venda a **6000$00**, enquanto em 1974 se encontrava a **11 550$00**, e a EFACEC tinha ordem de venda a **5000$00** e antes do encerramento estava a **6200$00**. Pelo menos hoje ninguém lhes pagou e pensa-se que estes números tendem a descer.

nos Eléctricos, Portugal e Colónias, Compal, Luso e Vidago, Melgaço e Pedras Salgadas.

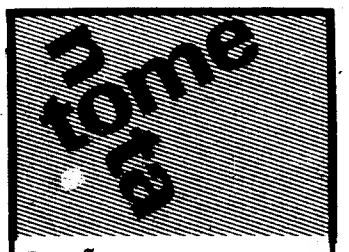
Os Fornos Eléctricos apresentaram acções com uma co-

Na sua maioria a ordem de venda está a 50 por cento do preço praticado em 74. Outras empresas que já tinham esta manhã acções na Bolsa são: Rádio Marconi, União Fabril Farmacêutica, Gases e Produtos Químicos (Sociedade), Fortação extremamente baixa: **400$00**, em comparação com os **4050$00** com que encerrou a Bolsa.

Mas a Bolsa está aberta ao público, a partir de agora, todas as segundas, quartas e sextas-feiras. Os emissários do grande capital lá estarão (já hoje lá estavam). Presentes, esta manhã, representantes do Banco de Portugal e dos departamentos de títulos dos Bancos.

À saída, representantes do Movimento para defesa dos direitos dos pequenos e médios accionistas das Empresas nacionalizadas distribuíram um comunicado no qual exigem, entre outras coisas, que «aos detentores de pequenas quantidades de Acções seja imediatamente liquidado o valor atribuído, em dinheiro».

O interesse é só aparente: esta manhã ainda não houve qualquer transacção



RAZÃO IMPERIOSA

Um oficial da Força Aérea, suspenso desde Dezembro de 1975, foi recentemente chamado ao serviço.

Razão oficial da suspensão: ninguém sabe (exceptuando, talvez, o ex-general Morais e Silva).

Razão oficial da reintegração: absoluta necessidade, dada a competência técnica do oficial em questão.

Uma achega: o oficial visado foi representante do M. F. A. na Assembleia Constituinte e desempenhou funções na ex-E. N., depois do 25 de Abril.

INCONTESTADO

«A C. A. P. nunca contestou a política seguida pelo actual Ministério da Agricultura» (sic). «De uma entrevista de José Manuel Casqueiro, secretário-geral da C. A. P., ao «Jornal Novo» de 24/2/77).

Tanto pior (para António Barreto e para o Partido Socialista).

Saneamento político

Rui Pedro ameaçado de despedimento na RDP

Rui Pedro, redactor-locutor da R.D.P., submetido a processo disciplinar a pretexto dos acontecimentos de 25 de Novembro de 1975, poderá conhecer nas próximas horas a decisão do Gabinete Jurídico da Rediodifusão Portuguesa.

Registe-se, que a Comissão de Trabalhadores da RDP, a quem foi pedido pelo presidente daquela estação-emissora, major João Figueiredo, um parecer sobre o processo de Rui Pedro, emitiu opinião contrária ao despedimento, saljentando o carácter político que o caso reveste, e lembrando que a Constituição proíbe expressamente despedimentos por razões políticas.

Por outro lado — sabe-se, e a própria Comissão de Trabalhadores, o terá denunciado em parte no seu parecer — foram cometidas várias irregularidades no processo daquele conhecido e competente profissional da rádio. O seu advogado não pôde consultar os autos, e as pretensas infracções não indicam as circunstâncias de tempo, lugar, modo e intervenientes. Além disso não poderia haver processo por ter caducado o prazo de 60 dias.

Segudo apurámos ainda, a matéria acusatória é de natureza política e não laboral, sendo de referir que as únicas suspensões ou sanções sofridas por Rui Pedro ao longo de 15 anos de carreira profissional ocorreram antes do 25 de Abril e deveram-se a motivos de ordem política.

Estranha-se ainda que seja um Gabinete Jurídico a antecipar-se a qualquer decisão P.J.M., onde corre um outro contra Rui Pedro.

Entretanto o instrutor do processo na RDP apenas ouviu quatro das dez testemunhas apontadas por Rui Pedro, e não procedeu às acareações solicitadas.

Processos do 25 de Novembro concluídos até ao fim do ano

A fase de instrução dos processos referentes aos acontecimentos de 25 de Novembro de 1975 poderá vir a ser concluída até meados do ano em curso — soube a ANOP junto dos serviços de Polícia Judiciária Militar.

Um comunicado lido à ANOP por aqueles serviços refere que foram já dadas por concluídas as investigações relacionadas com os acontecimentos do 25 de Nobembro de 1975», os quais deram origem a 811 processos respeitantes a 1.120 pessoas.

Entretanto, deste total, segundo o comunicado da PJ.J.M., foram mandados arquivar os autos de notícia que envolviam 70 oficiais, 47 sargentos, 5 praças, 47 civis e 9 incertos e foram tratados autonomamente 66 processos, «por não dizerem directamente respeito aos acontecimentos».

No final da fase de investigação, o número inicial de processos diminuiu ainda mais, pelo facto de terem sido mandados arquivar os respeitantes a mais 46 oficiais, 81 sargentos, 30 praças, 60 civis e três incertos, «tendo ficado a aguardar melhor prova ma dois processos enquanto eram remetidos ao foro civil sete processos».

Ainda de acordo com o comunicado lido à ANOP pelos serviços da Polícia Judiciária Militar, transitaram para a fase de instrução processos referentes a 182 oficiais, 197 sargentos, 68 praças e 135 civis, tendo destes já sido mandados arquivar 4 processos e dois ficaram a aguardar melhor prova.

Entretanto, foram já concluídos e remetidos a tribunal para julgamento três processos que não bizem directamente respeito aos acontecimeftos de 25 de Novembro de 1975.

Imposto sobre veículos

Os automóveis e outros veículos cuja situação tributária não se encontre regularizada até ao fim do dia de hoje, ficarão a partir de amanhã sujeitos a ser apreendidos — lembra uma nota do Ministério das Finanças.

Cooperativas de consumo reuniram-se no Porto

PORTO, 28 — Medidas urgentes para a redução do circuito produção/consumo, combate aos consumos compulsivos e mal orientados, esclarecimento dos consumidores numa perspectiva não capitalista e estreitamente das relações entre cooperativas de produção e de consumo, foram alguns dos aspectos mais salientes das teses apresentadas e discutidas no encontro regional de cooperativas realizado este fim-de-semana no Porto, com vista ao 1.º Congresso das Cooperativas em Liberdade que decorrerá em Lisboa de 11 a 13 de Março próximo.

A propósito do aumento do custo de vida os cooperativistas defenderam a sua participação na «política económica nacional, com voto activo, nos organismos de coordenação económica, na Comissão Coordenadora do Comércio do Bacalhau, na Junta Nacional das Frutas, dos Produtos Pecuários e de outros organismos congéneres».

Foi, ainda, salientada a necessidade de consciencialização dos consumidores contra «a especulação imposta pelos intermediários parasitas e pela falta de medidas económicas globais».

A política de crédito para as cooperativas, os encargos fiscais e a participação «na elaboração de toda a legislação» que respeite às cooperativas, foram pontos igualmente discutidos neste encontro.

M.U.T.I. debate integração europeia

Com a participação do economista Sérgio Ribeiro realiza-se esta noite no MUTI (Teatro Vasco Santana, à Feira Popular) uma sessão sobre o tema «Portugal e a integração economica europeia — CEE».

Sérgio Ribeiro é autor de uma importante obra sobre a integração de Portugal.

TIRAGEM MÉDIA DIÁRIA EM JANEIRO: 45.122

Unita faz explodir ponte no caminho-de-ferro de Benguela

Sabotadores fizeram explodir uma ponte de caminho-de-ferro de Benguela cortando a via de dois mil quilómetros, outrora vital, que vai desde a Zâmbia até ao mar, a através de Angola.

As autoridades declararam qae a ponte, situada perto de Cuivre, a oeste de Luena, tinha sido sabotada há seis semanas por guerrilheiros da UNITA, um dos grupos pró-ocidentais derrotados na guerra que se seguiu à independência de Angola.

O Caminho-de-Ferro de Benguela, pertencente a ingleses, esteve encerrado ao tráfego internacional durante 19 meses por causa da guerra, mas estava a funcionar normalmente em alguns troços. O corte da linha ocasionou uma grave penúria de combustivel